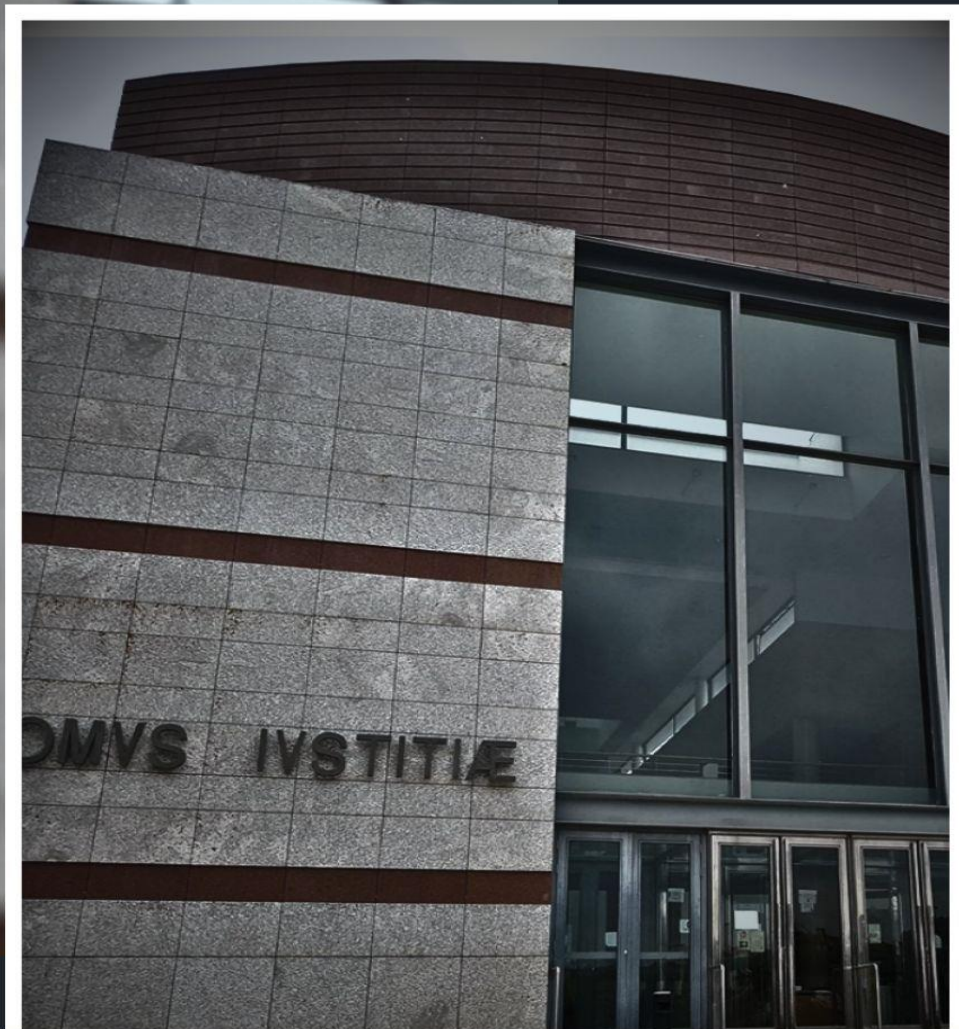




TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA NORTE

RELATÓRIO ANUAL



2024

Palácio da Justiça, Rua Professor
Afonso Costa - 2674-502 Loures

Tel: 21 982 5200



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Autoria:

Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte

Sara Pina Cabral

Contribuições:

Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte

Sónia Marly Xavier Mascarenhas

Colaboração:

Assessores do Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais:

Bárbara Sacur

Carlos Ribafeita

Funcionárias do Gabinete de Apoio:

Alexandra Brito

Márcia Mendonça



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Abreviaturas

ALTEC - Apoio Logístico à Tramitação de Elevada Complexidade

CEJ - Centro de Estudos Judiciários

CSM - Conselho Superior da Magistratura

CRHONUS – Sistema informático de gestão de presenças/assiduidade/férias

DGAJ - Direção Geral da Administração da Justiça

GAMJ - Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais

GIS - Geographic Information System

IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça

LOSJ - Lei da Organização do Sistema Judiciário

QCJ - Quadro Complementar de Juízes

PISAT - Plataforma de Informação sobre os Arquivos dos Tribunais

SEGIP - Sistema Eletrónico de Gestão de Informação Processual

STJ- Supremo Tribunal de Justiça



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Índice

I. Introdução	6
1. <i>Âmbito do Relatório</i>	6
2. <i>Método</i>	6
II. Orgânica do Tribunal	7
1. <i>Conselho de Gestão</i>	10
2. <i>Conselho Consultivo</i>	10
2.1 Alterações na Constituição do Conselho Consultivo em 2024	10
2.2 Composição atual do Conselho Consultivo	11
3. <i>Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais</i>	12
3.1. Assessoria na área da Psicologia	12
3.2. Assessoria na área das Ciências Jurídicas	16
III. Os Tribunais e o Território da Comarca	20
1. <i>Juízo de Comércio de Vila Franca de Xira – deslocalizado em Loures</i>	20
IV. Recursos Financeiros	21
1. <i>Orçamento, Execução Financeira e Contratação Pública</i>	21
1.1. Principais Intervenções Realizadas	22
1.2. Procedimentos Recusados	23
1.3. Cumprimento dos Contratos	35
V. Recursos Humanos	35
1. <i>Assiduidade</i>	39
1.1. Juízes	39
1.1.2 Resumo dos Dados	40
1.2. Funcionários	42
VI. O arquivo	48
VII. Greves e o seu impacto	50
VIII. Estatística Oficial	51
1. <i>Análise por juízo</i>	53
2. <i>Pendência Secretaria/ Unidade Orgânica/ Oficial de Justiça</i>	79
3. <i>Pendência por jurisdição</i>	81
3.1. Pendência Oficial	81
3.2. Pendência Secretaria	83
IX. A Colaboração da Comarca com a sociedade	86



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

X – Objetivos.....	87
XI. Medidas de Gestão.....	108
1. <i>Juízes</i>	108
2. <i>Secretarias</i>	114
XII- Juíza Presidente	115
XIII. Necessidades/Medidas adotadas ou a adotar	117
1. <i>O edificado</i>	117
2. <i>A segurança</i>	120
3. <i>Equipamentos</i>	121
4. <i>Desmaterialização e tramitação processual eletrónica</i>	122
5. <i>Situação atual dos Recursos Humanos e o impacto da Portaria n.º266/2024/1</i>	122
XIV– Propostas/Soluções	124
1. <i>Juízes</i>	124
2. <i>Oficiais de Justiça</i>	128
XV – Conclusões	129



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

I. Introdução

1. Âmbito do Relatório

O relatório anual visa, na sua essencialidade, a prestação de contas do serviço prestado aos cidadãos, a comunicação dos constrangimentos e das dificuldades enfrentadas na respetiva prestação e a apresentação de propostas com vista à melhoria contínua do serviço de justiça. No presente relatório analisa-se a atividade do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, bem como o grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos em cada uma das suas jurisdições, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024, nos termos previstos no artigo 94.º, n.º 8, alínea a), conjugado com o artigo 108.º, n.º 2, alínea f) da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, na sua redação atual, que aprovou a Lei de Organização do Sistema Judiciário, doravante LOSJ.

Na sua elaboração procurou-se respeitar as indicações e regras estipuladas pelo Conselho Superior da Magistratura, designadamente a situação dos recursos humanos, das instalações e equipamentos e o movimento estatístico.

Sempre que se justifique, no sentido de melhor compreender algum dos aspetos supra, serão ainda analisadas outras questões correlacionadas.

Quando as questões abordadas se mantenham em continuidade com o registado em anteriores relatórios tal será devidamente apontado, optando-se por remeter para o conteúdo dos mesmos.

2. Método

Os dados estatísticos foram recolhidos na aplicação informática *Citius*, no dia 06 de janeiro de 2025, seguidamente exportados para folhas *Excel* e aí tratados, tendo em vista a análise comparativa do movimento processual e a construção dos indicadores apresentados.

O relatório foi objeto de parecer em reunião do Conselho Consultivo, no dia 31 de janeiro de 2025 e aprovado em reunião do Conselho de Gestão de 6 de fevereiro de 2025.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

II. Orgânica do Tribunal

Comarca de Lisboa Norte

Sede: Loures.

Circunscrição: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Loures, Lourinhã, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.



A composição orgânica do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte integra 22 juízos, um deles de proximidade, distribuídos por 7 dos 9 municípios que complementam a respetiva área territorial.

Núcleo de Loures (9 juízos)

- Juízo Central Cível;
- Juízo Central Criminal;
- Juízo de Execuções;
- Juízo de Família e Menores;
- Juízo de Instrução Criminal;
- Juízo de Trabalho;



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

- Juízo Local Cível;
- Juízo Local Criminal;
- Juízo de Pequena Criminalidade.

Núcleo de Vila Franca de Xira (5 juízos)

- Juízo de Família e Menores;
- Juízo de Comércio (deslocalizado em Loures);
- Juízo de Trabalho;
- Juízo Local Cível;
- Juízo Local Criminal.

Núcleo de Torres Vedras (4 juízos)

- Juízo de Família e Menores;
- Juízo de Trabalho;
- Juízo Local Cível;
- Juízo Local Criminal.

Núcleo de Alenquer (2 juízos)

- Juízo Local Cível;
- Juízo Local Criminal.

Núcleo da Lourinhã (1 juízo)

- Juízo de Competência Genérica.

Núcleo do Cadaval

- Juízo de Proximidade



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Âmbito Geográfico 2023

Município	População Residente
Alenquer	48.319
Arruda dos Vinhos	15.321
Azambuja	22.932
Cadaval	14.435
Loures	207.065
Lourinhã	28.383
Odivelas	153.708
Sobral de Monte Agraço	11.879
Torres Vedras	88.020
Vila Franca de Xira	139.452
Total	729.514

População residente: total e por sexo
Fontes de Dados: INE – Estimativas Anuais da População Residente
PORDATA
Censos 2023



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

1. Conselho de Gestão

- A partir de 02 novembro 2023 iniciou funções como Administradora Judiciária a Senhora Sónia Marly Xavier Mascarenhas, em regime de substituição. Por despacho da Juíza Presidente datado de 01 fevereiro 2024, foi a mesma nomeada Administradora Judiciária.
- A Senhora Magistrada do Ministério Público Coordenadora, Dra. Isabel Valente, iniciou funções em 02 de setembro de 2024.
- A Senhora Juíza Presidente, Dra. Sara Pina Cabral, iniciou funções em 13 de maio de 2024.

2. Conselho Consultivo

No ano de 2024 ocorreram reuniões do Conselho Consultivo da Comarca em 07 de fevereiro e 11 de julho.

2.1 Alterações na Constituição do Conselho Consultivo em 2024

Durante o ano de 2024, ocorreram as seguintes alterações nos membros do Conselho Consultivo:

- **Juíza Presidente:** Dra. Sara Pina Cabral assumiu o cargo, substituindo a Dra. Anabela Rocha, que cessou funções em 12 de maio de 2024.
- **Magistrado do Ministério Público Coordenadora:** Dra. Isabel Valente sucedeu à Dra. Maria de Lurdes Correia, que cessou funções em 01 de setembro de 2024.
- **Representante dos Juízes:** Dra. Alexandra Maria Esteves de Oliveira Vargas Pecegueiro substituiu a Dra. Carla Sofia Gouveia Antunes, a qual havia iniciado funções após vacatura do lugar, nos termos regulamentares (art. 7º, nº 9 do Regulamento Eleitoral dos Representantes dos Juízes, Magistrados do Ministério Público e Oficiais de Justiça para o Conselho Consultivo, na versão aprovada pelo



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Conselho de Gestão de 12.12.2023), por o representante eleito haver tomado posse como Juíza Presidente, em 13 de maio de 2024.

- **Representante dos Magistrados do Ministério Público:** Dra. Cristina Costa e Silva substituiu, em 19 de outubro de 2024, a Dra. Sónia Fonseca.
- **Representante dos Funcionários Judiciais:** Sr. Alexandru Singnearu substituiu, em 19 de outubro de 2024, o Sr. Carlos Gonçalves

2.2 Composição atual do Conselho Consultivo

A composição atual do Conselho Consultivo da Comarca de Lisboa Norte é a seguinte:

- **Juíza Presidente da Comarca:** Dra. Sara Pina Cabral.
- **Magistrado do Ministério Público Coordenadora da Comarca:** Dra. Isabel Valente.
- **Administradora Judiciária da Comarca:** Sra. Sónia Marly Xavier Mascarenhas.
- **Representantes dos Juízes da Comarca:** Dra. Alexandra Maria Esteves de Oliveira Vargas Pecegueiro.
- **Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca:** Dra. Cristina Isabel da Costa Silva.
- **Representante dos Oficiais de Justiça da Comarca:** Sr. Alexandru Singnearu.
- **Representante da Ordem dos Advogados da Comarca:** Dra. Andrea Oliveira Santos.
- **Representante da Câmara dos Solicitadores da Comarca:** Dra. Diana Queiroz.
- **Representantes dos municípios integrados na Comarca de Lisboa Norte da Câmara Municipal de Odivelas:** Dr. Hugo Martins.
- **Representantes dos municípios integrados na Comarca de Lisboa Norte da Câmara Municipal de Alenquer:** Dr. Pedro Folgado.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte Gabinete da Presidência

Os membros a cooptar, de entre os representantes dos utentes dos serviços de justiça, serão os eleitos pelos membros do Conselho Consultivo na primeira reunião a ter lugar com a atual composição, nos termos regulamentares.

3. Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais

O Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais, doravante GAMJ, conta com um assessor na área das Ciências Jurídicas – que iniciou funções em junho de 2023 - e uma assessora na área de Psicologia.

3.1. Assessoria na área da Psicologia

Em 2024 o Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais (doravante GAMJ) **rececionou 222 pedidos de assessoria** na área de Psicologia (ver Quadro 1), tendo sido realizadas 180 assessorias. Cerca de 42 pedidos não foram concretizados devido a uma das seguintes situações: pedidos de assessoria com a mesma data e horário ou falta de comparência dos intervenientes.

Quadro 1. Número de pedidos e número de assessorias realizadas por jurisdição.

Jurisdição	N.º de Pedidos	N.º de Assessorias
Família e Crianças	207	167
Instrução Criminal	11	10
Local Criminal	3	2
Central Criminal	1	1
Total	222	180

As **jurisdições** de Família e Crianças e de Instrução Criminal solicitaram assessorias em Psicologia, à semelhança dos anos anteriores, sendo que 97% dos pedidos provêm da Jurisdição de Família e Crianças. O Quadro 1 demonstra que também foram efetuados pedidos de assessoria pelos juízos Local Criminal e Central Criminal, representando uma estreia nas solicitações de assessoria na área de Psicologia.

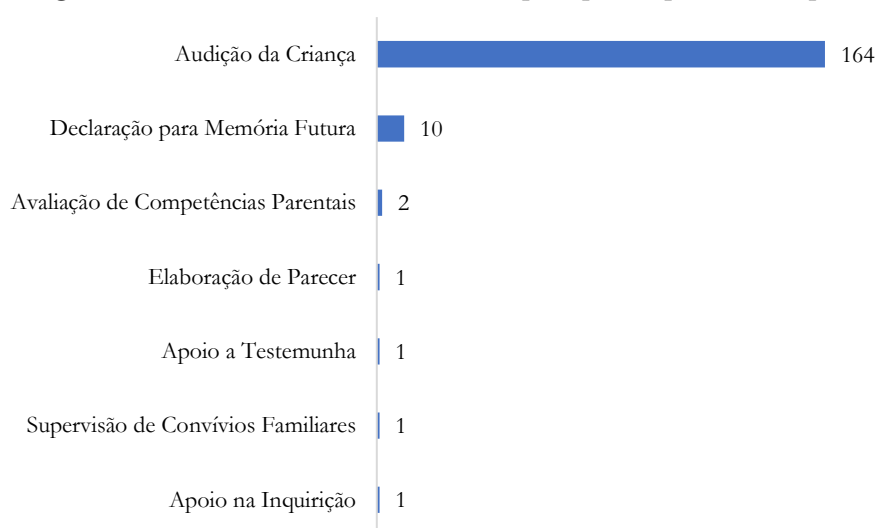
As assessorias consistem em **apoio técnico prestado aos Magistrados Judiciais**. No ano de 2024 o apoio técnico consistiu (i) na preparação e acompanhamento da audição de



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

crianças, (ii) no acompanhamento de vítimas especialmente vulneráveis em sede de Declaração para Memória Futura, (iii) na avaliação de competências parentais, (iv) na elaboração de parecer, (v) no apoio a testemunha em contexto de julgamento, (vi) na supervisão de convívios familiares, bem como (vii) no apoio à inquirição de testemunha considerada neurodivergente (ver Figura 1).

Figura 1. Número de assessorias realizadas por tipo de apoio técnico prestado.



O apoio técnico prestado na avaliação de competências parentais e na supervisão de convívios familiares foi efetuado no âmbito da parceria entre o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte e a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, através de estágios de alunos finalistas de Mestrado em Psicologia.

Relativamente aos **núcleos e juízos**, constata-se que foram realizadas assessorias nos núcleos de Loures, Torres Vedras e Vila Franca de Xira da jurisdição de Família e Crianças (ver Quadro 2). Destaca-se o núcleo de Loures onde ocorreram cerca de 95% das referidas assessorias.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Quadro 2. Número de assessorias realizadas na jurisdição de Família e Crianças, por núcleo e juiz.

Jurisdição, Núcleo, Juiz	N.º de Assessorias
Família e Crianças	167
Loures	158
J1	78
J2	13
J3	25
J4	42
Torres Vedras, Juízo de Família e Crianças	6
Vila Franca de Xira, J3	3

No que diz respeito às jurisdições de Instrução Criminal, Local Criminal e Central Criminal, as assessorias foram realizadas no núcleo de Loures, conforme indicado no Quadro 3.

Quadro 3. Número de assessorias realizadas nas jurisdições de Instrução Criminal, Local Criminal e Central Criminal, por núcleo e juiz.

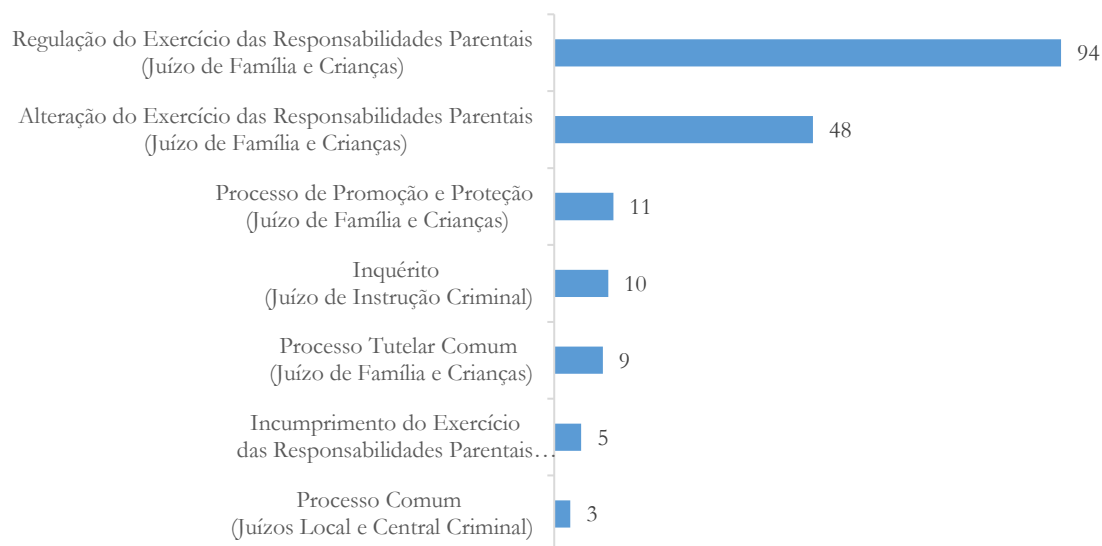
Jurisdição, Núcleo, Juiz	N.º de Assessorias
Instrução Criminal	10
Loures	
J1	6
J2	4
Local Criminal	2
Loures, J2	2
Central Criminal	1
Loures, J3	1

A Figura 2 apresenta a **espécie de processo** em que foram levadas a cabo as assessorias na área de Psicologia. A maioria das assessorias foi realizada em processos de Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais (52%).



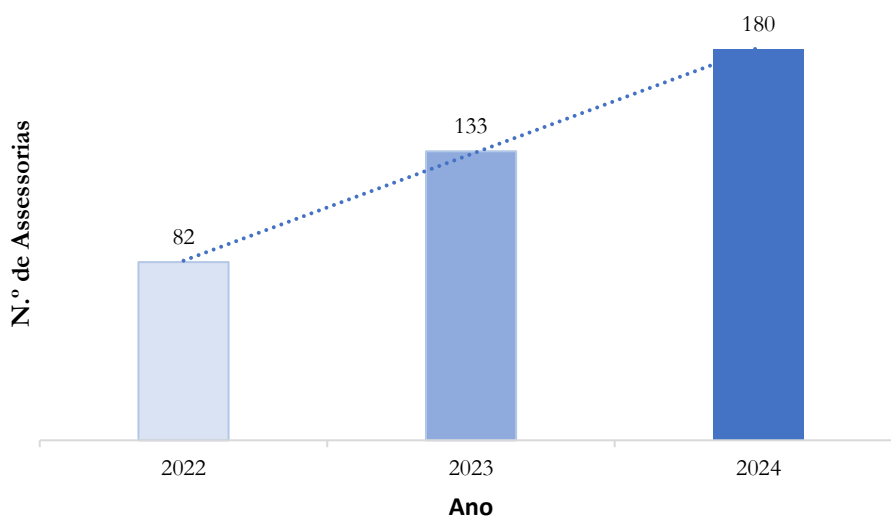
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Figura 2. Número de assessorias realizadas por espécie de processo.



Desde o início do GAMJ, em 2022, o número de assessorias realizadas na área de Psicologia tem registado uma evolução positiva, como pode ser constatado na Figura 3.

Figura 3. Evolução do número de assessorias realizadas entre 2022 e 2024.





**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

OUTRAS AÇÕES

Reunião com equipas de apoio aos Juízos de Família e Crianças

Tendo em vista a discussão de boas práticas e a solução de desafios no âmbito da jurisdição de Família e Crianças, foram realizadas reuniões com a Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica do Instituto da Segurança Social, I.P. de Torres Vedras e o Núcleo de Infância e Juventude de Loures, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As reuniões ocorreram nos dias 19 e 11 de junho, respetivamente, com a presença da Sr.^a Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, bem como das Sr.^{as} Magistradas do Ministério Público, dos Sr.^{os} Magistrados Judiciais do Juízo de Família e Crianças e da Sr.^a Assessora na área de Psicologia.

Protocolo com a Associação Portuguesa de Terapia Familiar e Comunitária

O protocolo entre o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte e a Associação Portuguesa de Terapia Familiar e Comunitária (doravante, APTeFC) visa, especialmente, assegurar a realização de terapia familiar nas situações definidas pelos(as) Juízes da jurisdição de Família e Crianças.

No ano em análise, APTeFC recebeu 17 pedidos dos núcleos de Loures (no total 10), de Vila Franca de Xira (no total 4) e de Torres Vedras (no total 3).

3.2. Assessoria na área das Ciências Jurídicas

Por despacho do Exm.^o Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 28-09-2023, publicado em Diário da República n.º 198/2023, Série II de 2023-10-12, foi designado para a Comarca de Lisboa Norte, em regime de comissão de serviço, com efeitos a 12 de junho de 2023, um assessor da área das ciências jurídicas para o Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais (GAMJ).

Estes gabinetes foram criados em execução das normas dos artigos 35.º da Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto), e artigos 28.º a 32.º do Regulamento da L.O.S.J. (D.L. n.º 49/2014, de 27 de março), e da Lei n.º 2/98, de 8 de janeiro.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Assim, o Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais da Comarca de Lisboa Norte passou a contemplar e a desenvolver a atividade de assessoria na área de ciências jurídicas, prestando apoio aos Magistrados Judiciais e à Sr.^a Juíza Presidente do Tribunal.

O conteúdo funcional das atribuições dos assessores encontra-se regulado nos termos do Regulamento n.º 1064/2022, de 2 de novembro de 2022.

Nos termos do artigo 7.º do citado Regulamento, os assessores de ciências jurídicas têm como funções principais, designadamente:

- a) Proceder à pesquisa da legislação, jurisprudência e doutrina necessárias à preparação das decisões nos processos;*
- b) Elaboração de sumário das decisões, da legislação, da jurisprudência e da doutrina de maior interesse científico, com a respetiva integração em ficheiros ou em base de dados;*
- c) Colaboração na organização e atualização da biblioteca do tribunal, bem como na atualização da informação contida na página eletrónica da Comarca.*

O assessor, apesar de estar sediado em Loures, presta apoio aos Magistrados Judiciais da Comarca, que contempla também os municípios de Alenquer, Cadaval, Lourinhã, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Atendendo ao conteúdo funcional, concretizando os pedidos de pesquisa de legislação, jurisprudência e/ou doutrina, bem como o demais conteúdo funcional atribuído aos assessores, foram solicitados pela Juíza Presidente da Comarca de Lisboa Norte e pelos demais Senhores Magistrados Judiciais da Comarca os seguintes pedidos:

Ciências Jurídicas		
Autor/pedido	Detalhes/observações	Jurisdição
JP	Anonimização de acórdão	Criminal
Juízo Local Cível VFX (J1)	Assessoria no âmbito de pesquisa e estudo da legislação aplicável aos barramentos das comunicações eletrónicas nos serviços de jogos; Pesquisa e estudo da legislação aplicável à utilização desse tipo de produto.	Cível



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Juízo do Comércio VFX (J3)	Assessoria no âmbito da assembleia de credores para discussão de plano de insolvência.	Comércio
Juízo Local Cível Torres Vedras (J1)	Assessoria jurídica no âmbito da espécie processual Interdição/Inabilitação.	Cível
JP	Apoio na recolha e tratamento de dados referentes ao serviço por turnos (forma de organização de serviço).	-
Juízo Central Criminal Loures (J1)	Assessoria no âmbito de processo de “especial complexidade” designadamente no apoio à sistematização e análise dos elementos de prova documental.	Criminal
Juízo Local Cível Torres Vedras (J1)	Assessoria jurídica no âmbito de pesquisa e estudo de legislação aplicável aos parques de estacionamento improvisados.	Cível
JP	Tratamento, anonimização e publicação das Medidas de Gestão da Comarca.	-
Juízo de Instrução Criminal Loures (J1)	Assessoria na prestação de apoio na identificação e análise dos movimentos registados em contas bancárias.	Instrução Criminal
JP	Recolha de decisões TJCLN	-
JP	Redação de várias notícias e posterior publicação no portal da Comarca.	-
Juízo Central Cível Loures	Relatórios de sentenças	Cível
JP	Contributos referentes à informação relativa aos critérios de seleção, anonimização e publicação de Jurisprudência ECLI Iudex - Gestão Documental	-
JP	Divulgação de diversas informações e conteúdos no portal da Comarca	-
CSM	Informação - ALTEC	-
JP	Apoio no relatório anual da Comarca	-

A Assessoria de Ciências Jurídicas do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte tem vindo a consolidar o seu papel, demonstrando progressivamente a sua relevância na resposta a múltiplos pedidos em diversas jurisdições e áreas do direito.

A atividade tem como propósito oferecer um apoio especializado e direcionado, garantindo a consistência dos procedimentos e colaborando para a execução eficaz das suas atribuições. Atualmente, o assessor assume a responsabilidade pela gestão e atualização do portal da Comarca.

Ações de formação

No âmbito das qualificações e desenvolvimento profissional, o assessor participou em formações, que visaram complementar as suas competências para o desempenho das suas funções. As formações realizadas encontram-se detalhas no quadro ilustrativo abaixo:



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Denominação	Descrição	Data
Conferência -“Mega Processos - Quando a Justiça Criminal é especialmente complexa”	A conferência reuniu especialistas jurídicos para discutir os desafios dos megaprocessos, caracterizados pela sua complexidade, elevado número de intervenientes, extensão probatória e impacto social.	08/02/2024 09/02/2024
Ação Formativa – Plataforma IUDEX	Utilização na Ótica de Utilizador(a) da Plataforma IUDEX.	07/02/2024
Formação no sistema SIIP (atual SGIP)	Demonstração do programa.	08/07/2024
Formação sobre RGPD nos Tribunais Judiciais da Comarca	Análise e debate do Regime de Proteção de Dados no contexto judicial.	06/11/2024

*

1. Encontro anual de assessores

A **III Reunião de Trabalho de Assessores** ocorreu no auditório do Conselho Superior da Magistratura (doravante CSM) aos dias 19 de setembro de 2024, com a participação de assessores de diversas comarcas.

A reunião foi aberta pelo Vice-Presidente do CSM, que destacou a relevância da assessoria no apoio aos juízes, especialmente nos megaprocessos.

Foram discutidos diversos pontos relevantes, incluindo os modelos de assessoria nos tribunais de primeira instância, funções desempenhadas e propostas para sua especialização e valorização. Também foi debatida a experiência dos assessores no ALTEC/SEGIP, com relatos sobre a atuação em processos complexos e a necessidade de ampliar as formações para todos os profissionais da área.

O grupo de trabalho responsável pela assessoria apresentou avanços e desafios, como o acolhimento de novos assessores, acesso a ferramentas tecnológicas, disponibilização de materiais e a necessidade de regulamentação específica para as funções.

Houve ainda a demonstração do site das comarcas, com debates sobre a estrutura e funcionamento da plataforma, além de sugestões para capacitação mais abrangente.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

2. Reunião dos membros do ALTEC

O encontro decorreu na sala de conferências do Conselho Superior da Magistratura, no dia 11 de dezembro, e nele foram abordadas as formas de implementação do ALTEC, com foco nos requisitos para a sua operacionalização. Entre os pontos abordados destacaram-se os critérios técnicos, os recursos humanos e materiais necessários, além das estratégias de intervenção para garantir a eficácia e o alinhamento da iniciativa com as exigências dos processos de elevada complexidade.

III. Os Tribunais e o Território da Comarca

1. Juízo de Comércio de Vila Franca de Xira – deslocalizado em Loures

A questão da deslocalização deste Juízo para o núcleo de Loures já foi destacada em relatórios anteriores, evidenciando as dificuldades associadas a essa decisão. Os problemas continuam a manifestar-se, tornando pertinente uma análise autónoma.

A deslocalização tem forçado a deslocação de funcionários de Vila Franca de Xira para Loures, gerando significativo prejuízo pessoal.

Esta situação contribui para as assimetrias funcionais no núcleo de Vila Franca de Xira, resultantes da disfuncionalidade na organização da estrutura judiciária. Esta disfunção é agravada pela insuficiência de transportes públicos adequados, o que impõe aos funcionários deslocados um encargo adicional, seja pelo longo tempo despendido em deslocações, seja pelos custos acrescidos associados ao transporte pessoal utilizado como alternativa.

Além disso, esta realidade desincentiva candidatos a ocupar os lugares disponíveis no quadro do núcleo de Vila Franca de Xira, devido ao receio de serem deslocados para Loures, precisamente para o Juízo de Comércio.

No ano transato, a Ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, anunciou a abertura de concurso público para a construção do novo Tribunal de Vila Franca de Xira, entretanto publicado em Diário da República (D.R.) sob o [Anúncio de Procedimento n.º 23255/202.](#)



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte Gabinete da Presidência

Localizado nas antigas instalações da Escola n.º 1 da Armada, o novo tribunal ocupará uma área de 7.500 metros quadrados, com capacidade para acolher 650 pessoas, incluindo magistrados, funcionários e utentes. O edifício será a nova sede dos juízos de Trabalho, Comércio e Criminal da Comarca de Lisboa Norte.

Este projeto representa um avanço significativo na modernização das infraestruturas judiciais da Comarca de Lisboa Norte. Além de melhorar as condições de trabalho e de serviço à população, o novo tribunal visa mitigar os impactos negativos resultantes da deslocalização, trazendo maior funcionalidade, eficiência e proximidade à Justiça, após uma longa espera que há muito exigia soluções concretas.

IV. Recursos Financeiros

Neste capítulo, correspondente ao exercício do ano económico de 2024, importa referir que a Comarca não dispõe de autonomia financeira nem administrativa, sendo a gestão financeira comum a todos os tribunais, corporizada numa única entidade de processamento titulada pela Direcção-Geral da Administração da Justiça, que é responsável pela execução do orçamento bem como pela autorização e disponibilização dos registos necessários à assunção das despesas. É a referida entidade que assegura a liquidação e o pagamento das despesas.

1. Orçamento, Execução Financeira e Contratação Pública

- **Dotação Inicial:** 747.897€
- **Reforço Orçamental:** 580.565,99€
- **Dotação Final:** 1.328.462,99€
- **Taxa de Execução Orçamental:** 92,27%

A execução orçamental demonstra um aumento significativo em relação ao ano anterior.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

1.1. Principais Intervenções Realizadas

Durante 2024, foram concluídos 76 procedimentos administrativos. Entre os mais relevantes, destacam-se:

I. **Melhorias em Infraestruturas:**

- Substituição parcial da rede elétrica e instalação de sensores no Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira.
- Reparação em zonas de telhados e impermeabilização de áreas no Palácio da Justiça de Loures.
- Instalação de sinalética fotoluminescente em Loures.
- Colocação de chão vinílico numa sala de audiências, duas salas de testemunhas e um gabinete de magistrado do Palácio da Justiça de Loures.
- Reparação e isolamento do telhado da sala de audiências/contentor do Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira.

II. **Segurança e Acessibilidade:**

- Substituição de detetores de intrusão e de incêndio no Palácio da Justiça de Alenquer.
- Instalação de grelhas de proteção contra quedas em altura em Loures.

III. **Aquisições Diversas:**

- Estores, placas de sinalização e calhas de piso para Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

A DGAJ forneceu suporte essencial no desenvolvimento de procedimentos, com destaque para:

- Avaliação dos orçamentos apresentados para a renovação dos sistemas AVAC do Palácio da Justiça de Loures.
- Monitorização do processo de reparação de elevadores em Loures.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

1.2. Procedimentos Recusados

Dez procedimentos inseridos no sistema GIS, alguns deles cabimentados, não obtiveram aprovação devido à falta de verbas orçamentais na DGAJ. Entre estes, destacam-se:

- Limpeza de coberturas e algerozes (2.792,10€).
- Substituição de iluminação para LED (3.722,31€).
- Desbaratização e desratização em vários edifícios (6.136,44€)

Total de procedimentos recusados: **18.713,87€**.

É importante destacar e esclarecer, no contexto destas recusas, que a Gestão realiza todo o processo administrativo com base na informação de que há verba disponível para o efeito. No entanto, as prioridades definidas pela DGAJ acabam por subverter o que foi formalmente atribuído à Comarca. Este cenário reforça a necessidade de revisitar e debater a questão da efetiva autonomia financeira das Comarcas, essencial para uma gestão mais eficiente e alinhada com as reais necessidades locais.

Alguns desafios persistem:

- **Execução de Procedimentos Pendentes:** procedimentos de manutenção como limpeza de telhados e reparações de infraestrutura serão uma prioridade em 2025, visto não terem avançado por falta de verba na DGAJ.
Alguns dos procedimentos recusados têm um impacto direto e significativo, tanto na conservação do edificado – agravada pelas chuvas intensas que se têm verificado – como na saúde e bem-estar de todos os que trabalham nos tribunais ou neles se deslocam.
- **Colaboração com a DGAJ e o IGFEJ:** intensificar a comunicação para assegurar maior agilidade na liberação de recursos.
- **Gestão Sustentável:** investir em soluções de eficiência energética, como substituição integral para iluminação LED.
- **Melhorias no edificado:** renovar janelas no PJ de Torres Vedras; impermeabilização de telhados/eliminação de causas de infiltrações.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Lista dos procedimentos inseridos em GIS, recusados pela DGAJ por falta de verba orçamental:

Procedimentos a lançar	Valor
Limpeza das coberturas, algerozes e caleiras no Palácio da Justiça de Loures, Torres Vedras, Cadaval e Alenquer	2 792,10 €
Realizar desbaratização e desratização	6 136,44 €
Substituição de iluminação para LED numa sala de audiências e em dois átrios no P.J Loures	3 722,31 €
Substituir o leitor de Cartões de Cidadão do Quiosque existente no balcão + instalado no Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira	279,21 €
Reparação urgente das portas exteriores no Palácio da Justiça do Cadaval	318,94 €
Aquisição de 1 painel vinílico para a sala formação do Palácio da Justiça de Loures	1 279,20 €
Reparação urgente de um entupimento, rutura num WC do Palácio da Justiça de Loures	280,00 €
Reparação urgente da peça para desbloquear a porta lateral de entrada e saída no Palácio J. Vila Franca Xira e substituição fechadura no gabinete Juiz no Edifício Varanda Lezíria	356,70 €
Reparação urgente de torneira e desentupimento de cano em WC no Edifício dos Juízos Cíveis e do Trabalho de Torres Vedras	149,25 €
Reparação urgente de fechaduras e dobradiças em portas WC do público e gabinetes de Magistrados no Edifício do Comércio e Tribunal de Loures	3 399,72 €
TOTAL	18 713,87 €

Para melhor representação das despesas realizadas, segue mapa com o balancete orçamental referente ao mês de dezembro:



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Designação	Dot. Inicial €	Dot. Corr. €.	Cab. Acum. €.	Comp. Acum. €.	Pag. Acum. €.	Saldo Comp. €.
(OF) Combustíveis e Lubrificantes	3 000,00 €	2 662,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 662,26 €
(OF) Combustíveis e Lubrificantes - anos findos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(OF) Combustíveis e Lubrificantes (Viaturas)	6 000,00 €	6 773,70 €	6 773,70 €	6 273,70 €	3 446,09 €	500,00 €
(OF) Combustíveis e Lubrificantes (Viat.) - anos findos	0,00 €	356,49 €	356,49 €	356,49 €	356,49 €	0,00 €
(OF) Limpeza e Higiene	9 000,00 €	22 588,60 €	22 588,60 €	22 588,60 €	18 775,50 €	0,00 €
(OF) Limpeza e Higiene - anos findos	0,00 €	1 159,71 €	1 159,71 €	1 159,71 €	1 159,71 €	0,00 €
(OF) Vestuário e Artigos Pessoais	300,00 €	300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	300,00 €
(OF) Papel	33 000,00 €	45 720,72 €	45 720,72 €	45 720,72 €	35 241,67 €	0,00 €
(OF) Papel - anos findos	0,00 €	4 004,64 €	3 970,93 €	3 970,93 €	1 975,38 €	33,71 €
(OF) Consumíveis de Impressão	5 000,00 €	3 398,85 €	814,26 €	814,26 €	814,26 €	2 584,59 €
(OF) Consumíveis de Impressão - anos findos	0,00 €	1 452,04 €	1 452,04 €	1 452,04 €	1 452,04 €	0,00 €
(OF) Outros	5 330,00 €	5 200,24 €	5 200,24 €	5 200,24 €	4 698,56 €	0,00 €
(OF) Outros - anos findos	0,00 €	74,00 €	74,00 €	74,00 €	70,73 €	0,00 €
(OF) Outros - Envelopes	12 000,00 €	14 545,38 €	14 545,38 €	14 545,38 €	9 138,29 €	0,00 €
(OF) Outros - Contracapas	9 000,00 €	13 476,65 €	13 476,65 €	13 476,65 €	7 650,68 €	0,00 €
(OF) Contra Capas - anos findos	0,00 €	3 495,91 €	3 495,91 €	3 495,91 €	3 495,91 €	0,00 €
(OF) Armazenamento Digital - Pens / Cds	95,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(OF) Material de Consumo Clínico	159,00 €	159,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	159,00 €
(OF) Prémios, Condecorações e Ofertas	75,00 €	75,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75,00 €
(OF) Ferramentas e Utensílios	60,00 €	60,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60,00 €
(OF) Livros e Documentação Técnica	220,00 €	220,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	220,00 €
(OF) Livros e Documentação Técnica - anos findos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(OF) Artigos Honoríficos e de Decoração	120,00 €	34,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34,59 €
(OF) Outros Bens	51 411,00 €	72 134,65 €	70 713,28 €	70 713,28 €	64 700,52 €	1 421,37 €
(OF) Outros Bens - anos findos	0,00 €	36 456,08 €	36 456,08 €	36 456,08 €	29 332,34 €	0,00 €
(OI) Outros Bens – anos findos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(OF) Outros Bens - Viaturas	0,00 €	310,52 €	310,52 €	310,52 €	298,52 €	0,00 €
(OF) Encargos das Instalações – Eletricidade	150 000,00 €	111 396,69 €	110 678,56 €	110 678,56 €	70 223,67 €	718,13 €
(OF) Encargos das Instalações - Elétric. - anos findos	0,00 €	45 815,36 €	45 815,36 €	45 815,36 €	45 815,36 €	0,00 €
(OF) Encargos das Instalações - Água	30 000,00 €	27 056,18 €	27 056,18 €	26 036,18 €	20 322,74 €	1 020,00 €
(OF) Encargos das Instalações - Água - anos findos	0,00 €	5 713,44 €	5 713,44 €	5 607,01 €	2 372,29 €	106,43 €
(OF) Limpeza e Higiene	151 000,00 €	402 165,88 €	402 161,14 €	402 161,14 €	339 292,48 €	4,74 €
(OF) Limpeza e Higiene - anos findos	0,00 €	157 036,30 €	151 290,34 €	151 290,34 €	151 290,34 €	5 745,96 €
(OF) Conservação de Bens	0,00 €	307,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	307,50 €
(OF) Conservação de Bens - Extintores	1 500,00 €	1 500,00 €	36,83 €	36,83 €	0,00 €	1 463,17 €
(OF) Conservação de Bens - Impressoras-Fax-Digitalizador	1 700,00 €	1 467,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 467,14 €
(OF) Conservação de Bens - Edifícios	25 000,00 €	13 044,85 €	13 044,85 €	13 044,85 €	13 044,85 €	0,00 €
(OF) Conservação de Bens - Edifícios - anos findos	0,00 €	1 512,78 €	1 512,78 €	1 512,78 €	1 512,78 €	0,00 €
(OF) Conservação de Bens - Ar Condicionado	5 100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

(OF) Conservação de Bens - Elevadores	6 400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(OF) Conservação de Bens - Outros	1 600,00 €	2 750,00 €	2 714,49 €	2 714,49 €	2 714,49 €	35,51 €
(OF) Locação de Material de Transporte	13 545,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(OF) Locação de Material de Transporte	0,00 €	8 732,80 €	8 732,80 €	8 732,80 €	7 704,76 €	0,00 €
(OF) Locação de Material de Transporte - anos findos	0,00 €	4 912,05 €	4 912,05 €	4 712,86 €	4 712,86 €	199,19 €
(OF) Locação de Outros Bens	54 000,00 €	50 690,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	50 690,00 €
(OF) Comunicações Fixas de Voz	2 032,00 €	1 887,11 €	1 887,11 €	1 760,98 €	485,62 €	126,13 €
(OF) Comunicações Fixas de Voz - anos findos	0,00 €	387,86 €	345,36 €	345,36 €	164,75 €	42,50 €
(OF) Comunicações Móveis	462,00 €	1 232,87 €	1 232,87 €	1 180,09 €	338,74 €	52,78 €
(OF) Comunicações Móveis - anos findos	0,00 €	144,30 €	144,30 €	144,30 €	144,30 €	0,00 €
(OF) Transportes	7 000,00 €	6 760,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 760,00 €
(OF) Transportes - anos findos	0,00 €	240,00 €	240,00 €	240,00 €	30,00 €	0,00 €
(OF) Representação dos Serviços	120,00 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100,00 €
(OF) Seguros - Outras	600,00 €	600,00 €	283,80 €	283,80 €	0,00 €	316,20 €
(OF) Formação - Outras	100,00 €	119,55 €	119,55 €	119,55 €	0,00 €	0,00 €
(OF) Publicidade Obrigatória	200,00 €	498,56 €	498,56 €	498,56 €	498,56 €	0,00 €
(OF) Publicidade - Outra	30,00 €	30,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	30,00 €
(OF) Vigilância e Segurança	75 000,00 €	125 947,11 €	125 577,46 €	125 577,46 €	122 396,26 €	369,65 €
(OF) Vigilância e Segurança - anos findos	0,00 €	29 801,21 €	29 733,67 €	29 733,67 €	29 733,67 €	67,54 €
(OF) Assistência Técnica - Outros	4 036,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(OF) Assistência Técnica - Outros - anos findos	0,00 €	1 655,58 €	1 655,58 €	1 655,58 €	1 655,58 €	0,00 €
(OF) Assistência Técnica - AVAC	6 380,00 €	4 766,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 766,79 €
(OF) Assistência Técnica - AVAC - anos findos	0,00 €	1 510,71 €	1 510,71 €	1 510,71 €	1 510,71 €	0,00 €
(OF) Assistência Técnica - Elevadores	6 914,00 €	14 369,65 €	14 369,65 €	14 369,65 €	579,11 €	0,00 €
(OF) Assistência Técnica - Elevadores - anos findos	0,00 €	4 837,59 €	4 837,59 €	4 837,59 €	3 793,32 €	0,00 €
(OF) Assistência Técnica - Segurança Passiva	3 909,00 €	8 883,91 €	7 095,25 €	7 095,25 €	5 307,94 €	1 788,66 €
(OF) Assistência Técnica - Seg. Passiva - anos findos	0,00 €	141,20 €	141,20 €	141,20 €	141,20 €	0,00 €
(OF) Utilização de Infraestruturas de Transportes	2 500,00 €	2 596,64 €	2 496,65 €	2 496,65 €	1 943,25 €	99,99 €
(OF) Utilização de Infraestruturas Transp.-anos findos	0,00 €	192,65 €	192,65 €	192,65 €	192,65 €	0,00 €
(OF) Outros - Saúde no Trabalho	12 000,00 €	12 000,00 €	5 700,00 €	5 700,00 €	0,00 €	6 300,00 €
(OF) Outros Serviços	1 819,00 €	1 589,00 €	418,20 €	418,20 €	418,20 €	1 170,80 €
(OF) Outros Serviços - Despesas de Condomínios	7 600,00 €	5 953,44 €	5 953,44 €	5 953,44 €	5 745,12 €	0,00 €
(OF) Outros Serviços-Despesas de Condomínio-anos findos	0,00 €	708,97 €	708,97 €	708,97 €	708,97 €	0,00 €
(OF) Outros Serviços - Outros	27 000,00 €	10 155,65 €	10 155,65 €	10 155,65 €	5 998,32 €	0,00 €
(OF) Outros Serviços - Outros - anos findos	0,00 €	8 518,73 €	8 518,73 €	8 518,73 €	7 364,07 €	0,00 €
(OF) Outros Serviços - Inspeção de Elevadores	140,00 €	260,00 €	260,00 €	260,00 €	260,00 €	0,00 €
(OF) Outros Serviços - Inspeção de Veículos	40,00 €	40,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	40,00 €
(OF) Juros de Mora	150,00 €	151,06 €	94,31 €	78,25 €	41,76 €	72,81 €
(OF) Outras - Transferências para as famílias	12 000,00 €	12 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 000,00 €
(OF) Despesas Bancárias	50,00 €	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	50,00 €
(OF) Outras Despesas Correntes - Outras	100,00 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100,00 €
(OF) Impressoras / Fotocopiadoras / Scanners	300,00 €	300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	300,00 €
(OF) Equipamento Administrativo	300,00 €	300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	300,00 €
(OF) Equipamento Administrativo - Hard. de Comunicações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(OF) Equipamento Administrativo - Outros	0,00 €	243,46 €	243,46 €	243,46 €	243,45 €	0,00 €
(OF) Equipamento Básico - Outros	2 500,00 €	629,39 €	629,39 €	629,39 €	629,39 €	0,00 €
	747 897,00 €	1 328 462,99 €	1 225 821,44 €	1 223 800,85 €	1 031 938,25 €	104 662,14 €



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Taxa de Execução de 2024:

Rubrica	Designação	Dot. Corr. €.	Cab. Acum. €.
02.01.02.A0.00	(OF) Combustíveis e Lubrificantes	2 662,26 €	0,00 €
02.01.02.A0.09	(OF) Combustíveis e Lubrificantes - anos findos	0,00 €	0,00 €
02.01.02.B0.00	(OF) Combustíveis e Lubrificantes (Viaturas)	6 773,70 €	6 773,70 €
02.01.02.B0.09	(OF) Combustíveis e Lubrificantes (Viat.) - anos findos	356,49 €	356,49 €
02.01.04.00.00	(OF) Limpeza e Higiene	22 588,60 €	22 588,60 €
02.01.04.A0.09	(OF) Limpeza e Higiene - anos findos	1 159,71 €	1 159,71 €
02.01.07.00.00	(OF) Vestuário e Artigos Pessoais	300,00 €	0,00 €
02.01.08.A0.00	(OF) Papel	45 720,72 €	45 720,72 €
02.01.08.A0.09	(OF) Papel - anos findos	4 004,64 €	3 970,93 €
02.01.08.B0.00	(OF) Consumíveis de Impressão	3 398,85 €	814,26 €
02.01.08.B0.09	(OF) Consumíveis de Impressão - anos findos	1 452,04 €	1 452,04 €
02.01.08.C0.00	(OF) Outros	5 200,24 €	5 200,24 €
02.01.08.C0.09	(OF) Outros - anos findos	74,00 €	74,00 €
02.01.08.C1.00	(OF) Outros - Envelopes	14 545,38 €	14 545,38 €
02.01.08.C2.00	(OF) Outros - Contracapas	13 476,65 €	13 476,65 €
02.01.08.C2.09	(OF) Contra Capas - anos findos	3 495,91 €	3 495,91 €
02.01.08.C3.00	(OF) Armazenamento Digital - Pens / Cds	0,00 €	0,00 €
02.01.11.00.00	(OF) Material de Consumo Clínico	159,00 €	0,00 €
02.01.15.00.00	(OF) Prémios, Condecorações e Ofertas	75,00 €	0,00 €
02.01.17.00.00	(OF) Ferramentas e Utensílios	60,00 €	0,00 €
02.01.18.00.00	(OF) Livros e Documentação Técnica	220,00 €	0,00 €
02.01.18.A0.09	(OF) Livros e Documentação Técnica - anos findos	0,00 €	0,00 €
02.01.19.00.00	(OF) Artigos Honoríficos e de Decoração	34,59 €	0,00 €
02.01.21.00.00	(OF) Outros Bens	72 134,65 €	70 713,28 €
02.01.21.A0.09	(OF) Outros Bens - anos findos	36 456,08 €	36 456,08 €
02.01.21.A0.09	(OI) Outros Bens – anos findos	0,00 €	0,00 €
02.01.21.B0.00	(OF) Outros Bens - Viaturas	310,52 €	310,52 €
02.02.01.B1.00	(OF) Encargos das Instalações - Eletricidade	111 396,69 €	110 678,56 €
02.02.01.B1.09	(OF) Encargos das Instalações - Elétric. - anos findos	45 815,36 €	45 815,36 €
02.02.01.B2.00	(OF) Encargos das Instalações - Água	27 056,18 €	27 056,18 €
02.02.01.B2.09	(OF) Encargos das Instalações - Água - anos findos	5 713,44 €	5 713,44 €
02.02.02.00.00	(OF) Limpeza e Higiene	402 165,88 €	402 161,14 €
02.02.02.A0.09	(OF) Limpeza e Higiene - anos findos	157 036,30 €	151 290,34 €
02.02.03.00.00	(OF) Conservação de Bens	307,50 €	0,00 €
02.02.03.01.00	(OF) Conservação de Bens - Extintores	1 500,00 €	36,83 €
02.02.03.02.00	(OF) Conservação de Bens -Impressoras-Fax-Digitalizador	1 467,14 €	0,00 €
02.02.03.03.00	(OF) Conservação de Bens - Edifícios	13 044,85 €	13 044,85 €
02.02.03.03.09	(OF) Conservação de Bens - Edifícios - anos findos	1 512,78 €	1 512,78 €
02.02.03.04.00	(OF) Conservação de Bens - Ar Condicionado	0,00 €	0,00 €



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

02.02.03.05.00	(OF) Conservação de Bens - Elevadores	0,00 €	0,00 €
02.02.03.06.00	(OF) Conservação de Bens - Outros	2 750,00 €	2 714,49 €
02.02.06.00.00	(OF) Locação de Material de Transporte	0,00 €	0,00 €
02.02.06.A0.00	(OF) Locação de Material de Transporte	8 732,80 €	8 732,80 €
02.02.06.A0.09	(OF) Locação de Material de Transporte - anos findos	4 912,05 €	4 912,05 €
02.02.08.00.00	(OF) Locação de Outros Bens	50 690,00 €	0,00 €
02.02.09.C0.00	(OF) Comunicações Fixas de Voz	1 887,11 €	1 887,11 €
02.02.09.C0.09	(OF) Comunicações Fixas de Voz - anos findos	387,86 €	345,36 €
02.02.09.D0.00	(OF) Comunicações Móveis	1 232,87 €	1 232,87 €
02.02.09.D0.09	(OF) Comunicações Móveis - anos findos	144,30 €	144,30 €
02.02.10.00.00	(OF) Transportes	6 760,00 €	0,00 €
02.02.10.A0.09	(OF) Transportes - anos findos	240,00 €	240,00 €
02.02.11.00.00	(OF) Representação dos Serviços	100,00 €	0,00 €
02.02.12.B0.00	(OF) Seguros - Outras	600,00 €	283,80 €
02.02.15.B0.00	(OF) Formação - Outras	119,55 €	119,55 €
02.02.17.A0.00	(OF) Publicidade Obrigatória	498,56 €	498,56 €
02.02.17.C0.00	(OF) Publicidade - Outra	30,00 €	0,00 €
02.02.18.00.00	(OF) Vigilância e Segurança	125 947,11 €	125 577,46 €
02.02.18.A0.09	(OF) Vigilância e Segurança - anos findos	29 801,21 €	29 733,67 €
02.02.19.C0.00	(OF) Assistência Técnica - Outros	0,00 €	0,00 €
02.02.19.C0.09	(OF) Assistência Técnica - Outros - anos findos	1 655,58 €	1 655,58 €
02.02.19.C1.00	(OF) Assistência Técnica - AVAC	4 766,79 €	0,00 €
02.02.19.C1.09	(OF) Assistência Técnica - AVAC - anos findos	1 510,71 €	1 510,71 €
02.02.19.C2.00	(OF) Assistência Técnica - Elevadores	14 369,65 €	14 369,65 €
02.02.19.C2.09	(OF) Assistência Técnica - Elevadores - anos findos	4 837,59 €	4 837,59 €
02.02.19.C3.00	(OF) Assistência Técnica - Segurança Passiva	8 883,91 €	7 095,25 €
02.02.19.C3.09	(OF) Assistência Técnica - Seg. Passiva - anos findos	141,20 €	141,20 €
02.02.21.00.00	(OF) Utilização de Infraestruturas de Transportes	2 596,64 €	2 496,65 €
02.02.21.A0.09	(OF) Utilização de Infraestruturas Transp.-anos findos	192,65 €	192,65 €
02.02.22.H0.00	(OF) Outros - Saúde no Trabalho	12 000,00 €	5 700,00 €
02.02.25.00.00	(OF) Outros Serviços	1 589,00 €	418,20 €
02.02.25.01.00	(OF) Outros Serviços - Despesas de Condomínios	5 953,44 €	5 953,44 €
02.02.25.01.09	(OF) Outros Serviços-Despesas de Condomínio-anos findos	708,97 €	708,97 €
02.02.25.02.00	(OF) Outros Serviços - Outros	10 155,65 €	10 155,65 €
02.02.25.02.09	(OF) Outros Serviços - Outros - anos findos	8 518,73 €	8 518,73 €
02.02.25.03.00	(OF) Outros Serviços - Inspeção de Elevadores	260,00 €	260,00 €
02.02.25.04.00	(OF) Outros Serviços - Inspeção de Veículos	40,00 €	0,00 €
03.05.02.J0.00	(OF) Juros de Mora	151,06 €	94,31 €
04.08.02.B0.00	(OF) Outras - Transferências para as famílias	12 000,00 €	0,00 €
06.02.03.A1.00	(OF) Despesas Bancárias	50,00 €	0,00 €
06.02.03.O0.00	(OF) Outras Despesas Correntes - Outras	100,00 €	0,00 €



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

07.01.07.A0.B0	(OF) Impressoras / Fotocopiadoras / Scanners	300,00 €	0,00 €
07.01.09.A0.00	(OF) Equipamento Administrativo	300,00 €	0,00 €
07.01.09.A0.A0	(OF) Equipamento Administrativo - Hard. de Comunicações	0,00 €	0,00 €
07.01.09.A0.B0	(OF) Equipamento Administrativo - Outros	243,46 €	243,46 €
07.01.10.A0.B0	(OF) Equipamento Básico - Outros	629,39 €	629,39 €
Totais :		1 328 462,99 €	1 225 821,44 €

A lista seguinte demonstra, de forma detalhada, os procedimentos efetuados no âmbito das intervenções e aquisições para a Comarca de Lisboa Norte:

Procedimento nº 1 – DM Carvalho Lda - Aquisição de consumíveis de higiene para a Comarca de Lisboa Norte. Valor: 1.120,41€

Procedimento nº 2 – Rosa Maria Simões Arraiolo - Reparação urgente de substituir as torneiras no WC do piso O, no palácio da Justiça de Alenquer. Valor: 129,15€

Procedimento nº 3 - Esquadro Diligente - Aquisição montagem e reparação de estores e colocação de vidro em WC feminino, no Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira. Valor: 1.150,70€

Procedimento nº 4-AD – MarcaFogo - Aquisição e colocação da sinalização de emergência fotoluminescente no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 12.300,00€

Procedimento nº 5 – Vitório & Filho – Fábrica de Estores - Reparação de vários estores avariados no edifício do Comércio e no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 1.377,60€

Procedimento nº 6 – Vasco João Lopes Aranha - Reparação de um estore e colocação de mola e fitas de fixação, no Palácio da Justiça da Lourinhã. Valor: 249,69€

Procedimento nº 7 - DM Carvalho Lda - Aquisição de consumíveis de higiene para a Comarca de Lisboa Norte, para mais 2 meses. Valor: 2.703,15€

Procedimento nº 8 – Portelewa -Reparação das plataformas elevatórias para deficientes do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 861,00€

Procedimento nº 9 – Rosa Maria Simões Arraiolo - Reparação e impermeabilização do terraço piso 1 que provoca infiltração no teto do WC no piso inferior no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 5.227,50€

Procedimento nº 10-AD – ACENTOS & ASTERISCOS - Aquisição de envelopes para todos os núcleos da Comarca de Lisboa Norte. Valor: 6.749.63€



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Procedimento nº 11-AD - Ernesto Ribeiro e Ferreira, Lda - Reparação, e colocação de chão vinílico, numa sala de Audiência (0.122), em duas salas de testemunhas (0.123 e 0.124) e um gabinete de Magistrados (0.128), do piso 0 (edifício novo) no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 10.936,13€

Procedimento nº 12 – Rosa Maria Simões Arraiolo - Reparação urgente de 2 casas de banho de magistrados do piso 1, que estavam a perder água, no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 118,08€

Procedimento nº 13 – Ideias Vizinhas, Unipessoal Lda. – Substituição da parte elétrica nos corredores da Biblioteca, corredores de Magistrados no piso 1, gabinete de Magistrada e arquivo, no Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira. Valor: 1.861,30€

Procedimento nº 14 – Rosa Maria Simões Arraiolo - Reparação urgente de isolamento do telhado da sala de audiências, contentor 2 no P. J. Vila Franca de Xira. Valor: 346,86€

Procedimento nº 15 – Visacasa - Substituição dos 15 detetores de intrusão e de um detetor de incêndio, no Palácio da Justiça de Alenquer. Valor: 1.609,46€

Procedimento nº 16 – J. Gonçalo Porém & Filho Lda. - Colocação de calhas no chão e projetores led no Palácio Justiça de Torres Vedras. Valor: 2.56,55€

Procedimento nº 17 – DM Carvalho Lda - Aquisição de consumíveis de higiene para a Comarca de Lisboa Norte. Valor: 2.803,42€

Procedimento nº 18 - Verde Selvagem - Manutenção dos espaços verdes do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 5.412,00€

Procedimento nº 19 – Rosa Maria Simões Arraiolo - Reparação do teto no piso de uma sala de inquirição no piso 0 devido a infiltração do piso superior no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 3.837,60€

Procedimento nº 20 – Rosa Maria Simões Arraiolo - Reparação urgente de 2 autoclismos instalados no piso 0 junto ao Tribunal de Família, no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 206,64€

Procedimento nº 21 – Paulo Jorge Mateus Frederico - Reparação urgente devido a uma rotura no cano de água existente na parede junto ao acesso ao Arquivo do Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira. Valor: 3.075,00€

Procedimento nº 22 – Sporgravo - Aquisição de 5 carimbos do art.º 144º do CPC, para a Comarca de Lisboa Norte. Valor 178,35€



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Procedimento nº 23 – Protege II, Saneamento e Ambiente Unip., Lda. - Reparação urgente - desentupimento das Caixas das águas Pluviais e do esgoto no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 349,80€

Procedimento nº 24 – Condomínio Prédio Rua José dias da Silva Lote B Vila Franca de Xira - Pagamento de valor extra ao condomínio, por impossibilidade de exercer a função de Administração do Condomínio. Valor: 250,00€

Procedimento nº 25 – Município de Torres Vedras - Reinspecção dos 2 elevadores – Edifício dos Juízos Cíveis e do Trabalho de Torres Vedras. Valor: 260,00€

Procedimento nº 26 – Protege II, Saneamento e Ambiente Unip., Lda. - Reparação urgente devido a entupimento no Palácio Justiça de Loures. Valor: 307,50€

Procedimento nº 27 – Infortipo - Aquisição de 20 placas sinalização para os elevadores do P. J. Loures. Valor: 202,83€

Procedimento nº 28 – PCDIGA Lda. - Aquisição de apoio de pés para uma Senhora Magistrada do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 22,80€

Procedimento nº 29 – Fantoffice Lda. - Aquisição de cadeira ergonómica para uma Senhora Magistrada do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 220,66€

Procedimento nº 30 – Sotsworf S.A. - Reparação do AVC instalado na parte cível piso 0 do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 4.661,70€

Procedimento nº 31 – Vasco João Lopes Aranha - Reparação urgente da fechadura da porta da secretaria do MP do Palácio da Justiça da Lourinhã. Valor: 215,25€

Procedimento nº 32 – DM Carvalho Lda - Aquisição de consumíveis de higiene para a Comarca de Lisboa Norte. Valor: 2.632,66€

Procedimento nº 33 – IDEALSEGURANÇA - Reparação urgente do alarme de incêndio no Palácio da Justiça de Vila Franca Xira. Valor: 167,77€

Procedimento nº 34 – IDEALSEGURANÇA - Reparação urgente do alarme de incêndio no Palácio da Justiça de Alenquer. Valor: 148,22€

Procedimento nº 35 – Rosa Maria Simões Arraiolo - Reparação das grades das janelas e portas das varandas e reparação de uma janela partida de uma casa de banho do edifício do Comércio, em Loures. Valor: 861,00€

Procedimento nº 36 – Rosa Maria Simões Arraiolo - Fixação das estantes dos arquivos do núcleo de Vila Franca de Xira (Edifícios I, II e III). Valor: 1.931,10€



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Procedimento nº 37 – Rosa Maria Simões Arraiolo - Fixação das estantes dos arquivos do P. J. Alenquer. Valor: 467,40€

Procedimento nº 38 – Ideias Vizinhas, Unipessoal Lda. - Colocação de tomadas de rede junto às celas instaladas na garagem do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 995,60€

Procedimento nº 39 – João Francisco R. Augusto - Reparação/substituição urgente da fechadura da porta de entrada do Tribunal de Família J3-J4 do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 147,60€

Procedimento nº 40 – VIANAFOGO - Manutenção pontual dos 6 extintores que excedem os contratualizados no contrato de manutenção em vigor, Palácio da Justiça de Loures. Valor: 36,83€

Procedimento nº 41 – Esquadro Diligente - Reparação urgente de um estore, da janela dos Juízos de Família e Menores de Vila Franca de Xira. Valor: 73,80€

Procedimento nº 42 – Lar & Caça, Ferragens e Ferramentas Lda. - Aquisição urgente de uma fechadura e respetivas chaves para a porta do gabinete da Exma. Senhora Juíza de Direito da Família e Menores de Torres Vedras. Valor: 62,00€

Procedimento nº 43 – Esquadro Diligente - Aquisição e colocação de fitas sinalização de porta de vidro - Tribunal do Trabalho de Vila Franca de Xira. Valor: 73,80€

Procedimento nº 44 – SOFTSTAN – Manutenção Informática Lda. - Reparação de 11 impressores e 3 aparelhos de Vídeo Conferência da Comarca de Lisboa Norte. Valor: 2.297,37€

Procedimento nº 45/AD – Pinto & Cruz - Reparação das Cláusulas de reprovação dos elevadores 4, 5 e 6 do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 9.863,37€

Procedimento nº 46 – Chaves do Areeiro - Reparação/substituição de diversas fechaduras, uma mola aérea e uma barra antipânico no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 969,60€

Procedimento nº 47 – Ideias Vizinhas, Unipessoal Lda. - Substituição da parte elétrica e colocação de sensores por aproximação no Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira. Valor: 1.102,33€

Procedimento nº 48 – J. Gonçalo Porém & Filho, Lda. - Procedimento urgente devido a um curto circuito na parte elétrica (iluminação) na sala de audiências do piso 1 do Palácio da Justiça de Alenquer. Valor: 846,90€

Procedimento nº 49 – Ideias Vizinhas, Unipessoal Lda. - Reparação de várias avarias elétricas em gabinetes de Magistrado, salas de audiências e átrios do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 2.320,87€



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Procedimento nº 50 – Esquadro Diligente - Colocação Urgente de um vidro na janela de um WC existente entre dois gabinetes de magistrados no piso 1, do Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira. Valor: 98,40€

Procedimento nº 51 – Protege II Saneamento e Ambiente, Unip. Lda. - Procedimento urgente devido a um entupimento da única casa de banho instalada junto às celas do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 553,50€

Procedimento nº 52 – Esquadro Diligente - Aquisição e colocação de 15 estores, no piso 0, do Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira. Valor: 2.675,00€

Procedimento nº 53 – DM Carvalho Lda - Aquisição de consumíveis de higiene para a Comarca de Lisboa Norte. Valor: 3.461,29€

Procedimento nº 54 – Infortipo - Aquisição de 14 placas de sinalização "proibição de uso em caso de incêndio" para os elevadores instalados no Palácio e no Novo Edifício de Torres Vedras. Valor: 146,59€

Procedimento nº 55 – João Francisco Rodrigues Augusto - Reparação urgente da fechadura da porta de entrada no Edifício do Comércio e porta de WC e Gabinete de Magistrado no Palácio Justiça de Loures. Valor: 418,20€

Procedimento nº 56 – Elísio Manuel Alexandre - Reparação urgente da porta de saída de emergência do Edifício das Varandas da Lezíria de Vila Franca de Xira. Valor: 307,50€

Procedimento nº 57 – Elísio Manuel Alexandre - Reparação urgente de wc público no Palácio Justiça de Vila Franca de Xira. Valor: 129,15€

Procedimento nº 58 – Elísio Manuel Alexandre - Reparação Urgente de prumada de água que se encontrava com rutura no Palácio da Justiça de Alenquer. Valor: 492,00€

Procedimento nº 59 – Melco - Comércio de tecnologias Militares Lda. - Aquisição de 6 tubos de tinta para recolha de impressões digitais para a Comarca de Lisboa Norte. Valor: 124,72€

Procedimento nº 60 – Ideal Canalizador de Carlos Manuel Mamede Filipe - Reparação de wc de Magistrados e wc de pessoas de mobilidade reduzida no Palácio da Justiça de Torres Vedras. Valor: 220,20€

Procedimento nº 61 – Francisco Moreira da Silva Lda, - Seguro de acidentes pessoais para contratação de quatro pessoas ao abrigo dos Contratos Emprego Inserção para os Núcleos de Loures, Alenquer e Vila Franca de Xira. Valor: 283,80€



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Procedimento nº 62 – José António Martins da Silva - Aquisição de toners para todos os núcleos da Comarca de Lisboa Norte. Valor: 814,26€

Procedimento nº 63 – Esquadro Diligente Lda. - Substituição do Vidro da Porta de Saída de Emergência no Edifício das Varandas da Lezíria de Vila Franca de Xira. Valor: 295,20€

Procedimento nº 64 – Softstan– Manutenção Informática Lda. - Reparação de diversas impressoras e de um aparelho de videoconferência dos diversos Núcleos da Comarca de Lisboa Norte. Valor: 1.158,54€

Procedimento nº 65 – António José Bernardino Higino - Construções Criativas - Reparação e isolamento das caleiras existentes no telhado do Palácio da Justiça da Lourinhã. Valor: 1.045,50€

Procedimento nº 66 – Toval – Chaves e Ferragens Lda. - Substituição urgente de fechadura da porta de acesso ao arquivo do Palácio Justiça de Vila Franca de Xira. Valor: 89,61€

Procedimento nº 67 – S.O.S Multisserviços, de Acácio José dos Santos Costa – Reparações diversas em casas de banho, afinações de portas, substituição de fechadura e reparação de 3 estores no Palácio da Justiça Lourinhã. Valor: 335,00€

Procedimento nº 68 – Elísio Manuel Alexandre - Reparação urgente de WC junto à secretaria dos Juízos de Família e Menores no Palácio Justiça de Vila Franca de Xira. Valor: 175,89€

Procedimento nº 69 – Hermano Marques, Unipessoal Lda. - Reparação urgente de um estore no gabinete de um Senhor Magistrado no edifício do Comércio em Loures. Valor: 123,00€

Procedimento nº 70 – Carceluz Lda. - Aquisição de Lâmpadas LED, arrancadores e tomadas para a Comarca de Lisboa Norte. Valor: 2.730,78€

Procedimento nº 71 – Alvercanalizações Lda. - Reparação de diversas Casas de Banho no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 1.038,91€

Procedimento nº 72 – Ideias Vizinhas, Unipessoal Lda. - Substituição parte elétrica em WC dos funcionários e interruptor na Sala de Audiências grande no Tribunal do Trabalho de Vila Franca de Xira. Valor: 582,27€

Procedimento nº 73 – Liderportas Lda. - Reparação urgente do portão de saída da garagem do Palácio da Justiça de Loures. Valor: 202,95€



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Procedimento nº 74 – LUSOFOGO - Fornecimento e montagem de agulhetas para carretel, provas hidráulicas e carregamento de extintores e placas sinalização de carretel para a Comarca de Lisboa Norte. Valor: 630,82€

Procedimento nº 75 – INFORTIPO - Aquisição de diversas placas/ sinais rígidos fotoluminescentes para a Comarca de Lisboa Norte. Valor: 900,69€

Procedimento nº 76 – Silva & Amorim - Serralharia Civil Lda. - Aquisição e colocação de grelhas de proteção contra quedas em altura em Courettes, no piso 2 e piso 0 no Palácio da Justiça de Loures. Valor: 1260,75€.

1.3. Cumprimento dos Contratos

Ao nível do contrato centralizado de serviços de limpeza, há evidência de que as horas contratadas não são as suficientes no quesito limpeza diária. Seria importante os próximos contratos incluírem também a limpeza exterior de vidros compatível com a estrutura dos edifícios de todos os núcleos, ou seja, com garantia de condições mecânicas de acesso às janelas e partes envidraçadas mais altas.

V. Recursos Humanos

No ano de 2024 exerceram funções na Comarca de Lisboa Norte:

1- Juízes de Direito

De janeiro a julho: 68 Juízes, dos quais 57 titulares, 4 auxiliares, 1 auxiliar em substituição de titular, 1 colocado nos termos do art.º 107.º do DL n.º 49/2014 e 6 colocados no âmbito do Quadro Complementar de Juízes de Lisboa.

De setembro a dezembro: 60 juízes, dos quais 52 titulares, 2 colocados nos termos do art.º 107.º do DL n.º 49/2014 e 6 colocados no âmbito do Quadro Complementar de Juízes de Lisboa (sendo que 3 Juízes estão colocados como auxiliar em substituição do titular).

2- Magistrados do Ministério Público:

70 Magistrados do Ministério Público, dos quais 66 titulares e 4 colocados no âmbito do Quadro Complementar de Lisboa.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- 3- **Oficiais de Justiça:** 185 Oficiais de Justiça, dos quais 4 secretários de justiça, 33 escrivães de direito, 74 escrivães adjuntos e 74 escrivães auxiliares.
- 4- **Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais:** 13, a que acrescem 3 ao abrigo dos Contratos CEI e 1 Técnico Superior;
- 5- **Assessores do Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais:** 2

Segue, abaixo, o quadro dos Magistrados Judiciais que exerceram funções na Comarca, durante o ano de 2024:

Quadro de Magistrados Judiciais								
Comarca de Lisboa Norte								
Magistrados Judiciais que exerceram funções no período em análise								
Núcleo	Unidade Orgânica	Quadro Legal (1)	Auxiliares		Quadro Real	Acumulações (além quadro, medidas de gestão)	Período de tempo em que exerceu (ram), no período (2) (em meses)	Na Unidade, exerceram funções no período (em média)
			Em substituição de titular	Artº 108º do RLOSJ				
Loures	Juízo Central Criminal	6	1	2	8			8
Loures	Juízo Local Criminal Loures	4			4			4
Loures	Juízo do Trabalho de Loures	2			2	0,2	7	2,02
Loures	Juízo Família e Menores Loures	4			4	0,4	7	4,04
Loures	Juízo Local Cível de Loures	4		1	4	0,5	7	4,05
Loures	Juízo Central Cível	5	1		4	1	10	5
Loures	Juízo Execuções	3			3	0,2	12	3,02
Loures	Juízo Instrução	3			3			3
Loures	Juízo Pequena instância	2			2			2
Lourinhã	Juízo Genérico	1			1			1
Torres Vedras	Local Criminal	2			2			2
Torres Vedras	Local Cível	2			2			2
Torres Vedras	Trabalho	1			1			1



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Torres Vedras	Família e Menores	1	1		1	0,6	10	1,06
Vila Franca Xira	Local Criminal	3			3			3
Vila Franca Xira	Local Cível	2			2			2
Vila Franca Xira	Família e Menores	3			3			3
Vila Franca Xira	Trabalho	2			2			2
Vila Franca Xira	Comércio	4			4			4
Alenquer	Local Criminal	1			1	0,3	3	1,03
Alenquer	Local Cível	1			1			1

Notas explicativas:

- Juízo Central Criminal:

Foram colocados 2 Senhores Juizes em reforço de quadro que assumiram, na distribuição de serviço realizada, funções como J7 e J8 (ficticiamente criados para tal efeito). O Senhor Juiz que exercia funções no lugar de J8 veio a integrar a equipa ALTEC, tendo sido substituído por Senhora Juíza do QCJ.

Juízo Local Criminal de Loures:

A Senhora Juíza Titular colocada em setembro de 2023 esteve de baixa médica até 6 de maio de 2024, tendo sido substituída por Senhora Juíza do QCJ.

Juízo de Família e Menores de Loures:

J4 - Foram adotadas medidas de gestão que vigoraram de janeiro a julho de 2024 sendo atribuída a tramitação de 3 números de processos a Senhora Juíza do QCJ. A partir de 4 de novembro de 2024 foram adotadas medidas de gestão, estando 3 números de processo a ser tramitados por Senhora Juíza em acumulação de serviço.

De janeiro a julho de 2024 os processos de inventário de J1, J2 e J3 estiveram a ser assegurados por Senhora Juíza em acumulação de funções.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Juízo Central Cível:

J1: A Senhora Juíza titular tinha atribuída uma incapacidade de 71%, estando o serviço assegurado por Senhora Juíza do QCJ e estando a Senhora Juíza titular com a responsabilidade de prolação de decisão final em processos.

A Senhora Juíza titular foi desligada do serviço por aposentação, não tendo sido substituída no movimento judicial.

De 30 de setembro de 2024 e até ao dia 21 de dezembro de 2024, as Senhoras Juízas titulares dos lugares de **J3, J4 e J6**, do Juízo Central Cível de Loures tramitaram, em regime de acumulação de funções, o expediente diário do lugar de J1 do Juízo Central Cível de Loures. Os julgamentos agendados para as segundas-feiras foram assegurados por Senhora Juíza do QCJ. O demais serviço ficou acautelado pelo regime de substituição legal.

J5: O Senhor Juiz titular até setembro de 2024 tinha atribuída 20% de redução de serviço, que se encontrava assegurada por Senhora Juíza do QCJ. O Senhor Juiz colocado em setembro de 2024 tem atribuído 20 % de redução de serviço, que se encontra assegurada por Senhora Juíza do QCJ.

Juízo de Execução de Loures:

O Senhor Juiz titular de J3, movimentado em setembro último, tinha atribuída redução de serviço, tendo sido adotadas medidas de gestão atribuindo a tramitação de 3 números de processos a Senhora Juíza do QCJ e medidas de acumulação de serviço para assegurar a redução de serviço e a acumulação de serviço gerada por períodos de baixa médica do titular. O Senhor Juiz titular do lugar de J3 colocado no movimento judicial de setembro encontra-se em comissão de serviço e não foi assegurada a sua substituição. O serviço foi assegurado até 21 de dezembro de 2024 pelas Senhoras Juízas titulares de J1 e J2, em partes iguais, em regime de acumulação de serviço.

Juízo do Trabalho de Loures:

Foram adotadas medidas de gestão que vigoraram de janeiro a julho de 2024, estando um número de cada lugar de Juiz a ser assegurado por Senhor Juiz em regime de acumulação de serviço.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

O Senhor Juiz titular colocado no movimento de setembro encontra-se em comissão de serviço, não tendo sido assegurada a sua substituição no movimento judicial. O serviço foi assegurado até dezembro de 2024 por Senhora Juíza do QCJ.

Juízo de Família e Menores de Torres Vedras:

O Senhor Juiz titular encontra-se em comissão de serviço. A Senhora Juíza auxiliar em substituição de titular encontrou-se de baixa médica prolongada. O serviço foi assegurado até setembro de 2024 por Senhora Juíza do QCJ, tendo sido adotadas medidas intermitentes de gestão com a tramitação de 3 números de processos por Senhora Juíza do QCJ e em acumulação de funções até setembro último.

A partir de setembro de 2024 o serviço passou a ser assegurado por Senhor Juiz colocado na comarca ao abrigo do art. 107.º do ROFTJ e, após 1 de outubro de 2024, 3 números de processos passaram a ser assegurados por Senhora Juíza do QCJ e após 15 de outubro de 2024, 2 números de processos (bem como os que tivessem terminação em 0) passaram a ser assegurados por Senhora Juíza em acumulação de funções.

Juízo Local Criminal de Alenquer:

Foram adotadas medidas de gestão, estando 3 números de expediente diário a ser tramitados por Senhor Juiz colocado ao abrigo do art. 107.º do ROFTJ.

1. Assiduidade

1.1. Juízes

Segue-se uma tabela do absentismo respeitante aos juízes de direito no período em análise, tendo em conta as categorias constantes dos registos efetuados na plataforma *Index*, no âmbito das respetivas competências delegadas, pelos serviços de apoio aos órgãos de gestão da Comarca de Lisboa Norte:



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

	Soma dos dias
Artigo 10.º, n.º 1 EMJ	72,5
Artigo 10.º-A, n.º 2 EMJ	33
Ações de formação diversas	40
Doença	1287 *
Licenças parentais	0
Total	1432,5
Juízes em funções na Comarca	60
Total de dias <u>úteis</u> no período em análise	262

* inclui 11 faltas por assistência a filho < 12 anos e 14 dias de falta para assistência a familiares. /// *366 dias de faltas dizem respeito a baixa prolongada de uma Sr.ª Juíza.

1.1.2 Resumo dos Dados

I. Motivos de Absentismo:

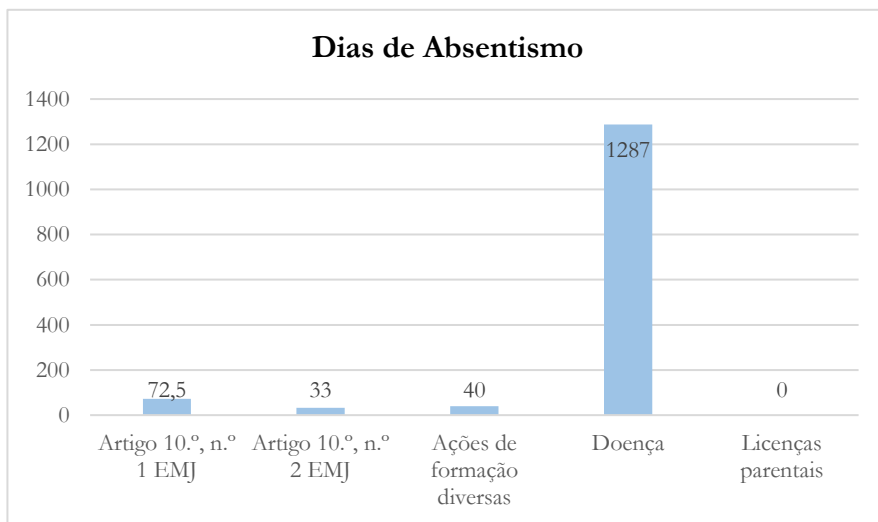
- **Artigo 10.º, n.º 1 EMJ:** 72,5 dias.
- **Artigo 10.º, n.º 2 EMJ:** 33 dias.
- **Ações de formação diversas:** 40 dias
- **Doença:** 1287 dias (representa a maior fatia de absentismo)
- **Licenças parentais:** 0 dias (não houve ausências por este motivo)

II. Totais:

- **Total de dias de absentismo:** 1432,5 dias
- **Total de juízes em funções na comarca:** 60
- **Total de dias úteis no período analisado:** 262 dias



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência



Os dados analisados revelam que o índice de assiduidade foi de 91%, demonstrando que a grande maioria dos dias úteis disponíveis foram efetivamente aproveitados para o trabalho. Por outro lado, as ausências representaram apenas 9% do total dos dias úteis disponíveis no período.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

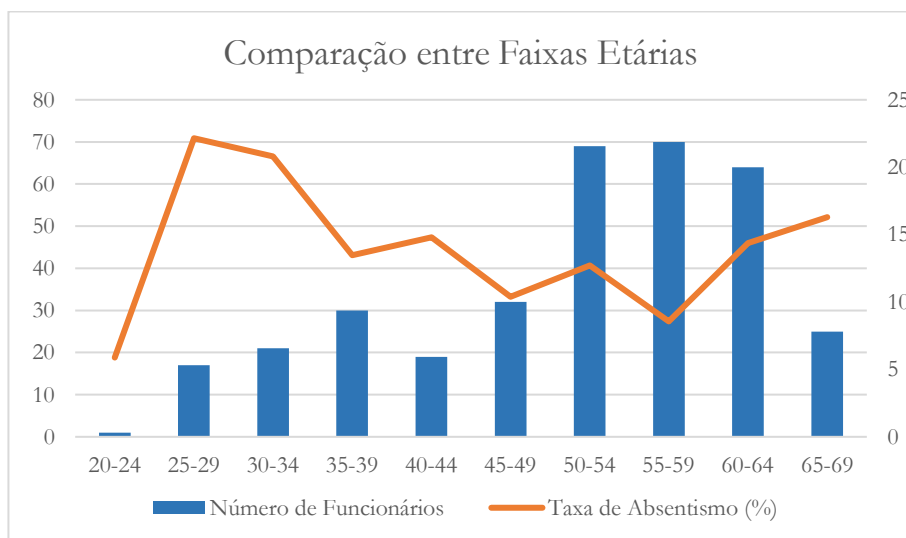
1.2. Funcionários

O Tribunal da Comarca de Lisboa Norte apresentou, em 2024, uma taxa de absentismo média de 13,37%, com um total de 318 funcionários, extraídos do CHRONUS.

Os dados revelam uma variação significativa na taxa de absentismo em função da faixa etária dos funcionários:

Escalão Etário	Funcionários	Taxa de Absentismo (%)
De 20 a 24	1	5,88
De 25 a 29	17	22,15
De 30 a 34	21	20,79
De 35 a 39	30	13,48
De 40 a 44	19	14,80
De 45 a 49	32	10,40
De 50 a 54	69	12,72
De 55 a 59	70	8,57
De 60 a 64	64	14,37
De 65 a 69	25	16,30

O gráfico abaixo revela uma correlação entre idade, número de funcionários e absentismo:





Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Da análise dos dados recolhidos, verifica-se que o escalão etário dos **25 aos 29 anos** apresenta a maior taxa de absentismo, situada em 22,15%, possivelmente associada a licenças parentais e ausências para o acompanhamento de filhos menores.

O grupo dos **55 a 59 anos** apresenta a menor taxa de absentismo (8,57%), o que pode indicar maior estabilidade laboral e experiência acumulada.

Observa-se uma baixa representatividade de funcionários nas faixas etárias mais jovens, especialmente na faixa dos 20 a 24 anos, em contraste com a maior concentração de profissionais nas faixas etárias acima dos 50 anos.

Por outro lado, os níveis de absentismo variam significativamente entre os serviços:

Local de Trabalho	Funcionários	Taxa de Abs (%)
J. Local Cível - Alenquer (Ed. 19)	5	9,15
J. Local Criminal - Alenquer (Ed. 19)	5	4,57
Diap-Sec - Alenquer (Ed. 19)	3	11,07
U. Centrais - Alenquer (Ed. 19)	2	21,35
J. Proximidade - Cadaval (Ed. 335)	1	13,00
Gestão da Comarca - Loures (Ed. 21)	6	4,18
J. Central Cível - Loures (Ed. 21)	29	6,80
J. Central Criminal - Loures (Ed. 21)	13	18,46
J. Local Cível - Loures (Ed. 21)	7	26,01
J. Família Menores - Torres Vedras (Ed. 24)	9	27,40
M.º P.º - Vila Franca De Xira (Ed. 26)	3	40,30
U. Centrais - Vila Franca De Xira (Ed. 25)	2	0,00

Os serviços com taxas mais elevadas são:

- **J. Família e Menores - Torres Vedras** (Ed. 24): 27,4%
- **J. Local Cível - Loures** (Ed. 21): 26,01%

Estes valores indicam dificuldades estruturais ou específicas nessas unidades, como a carga de trabalho excessiva, ambiente de trabalho desfavorável ou problemas organizacionais.

Destaque positivo para:

- **J. Local Criminal - Alenquer** (Ed. 19): 4,57%.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Os quadros infra são demonstrativos do défice estrutural dos Tribunais:

Carreira judicial															
Núcleo	Quadro Legal				Colocações				Lugares Vagos				Baixa prolongada		
	Sec.	ED	EAdj	EAux	Sec	ED	EAdj	EAux		ED	EAdj	EAux	ED	EAdj	EAux
Loures	3	21	48	66	2	18	43	41	1	3	5	25	1	1	5
Alenquer	0	2	4	6		2	3	5	0	0	1	1			
Lourinhã	0	1	2	2		1	3	2	0	0	-1	0			
Torres Vedras	1	6	9	18	1	6	7	14	0	0	2	4			1
Vila Franca de Xira	1	13	26	29	1	6	18	12	0	7	8	17		2	1
TOTAIS	5	43	89	121	4	33	74	74	1	10	15	47			
Percentagem de preenchimento do Quadro de O.J.					80%	77%	83%	61%		23%	17%	39%			
% do preenchimento do Quadro de OJ - Loures					67%	86%	90%	62%		14%	10%	38%			
% do preenchimento do Quadro de OJ - Alenquer						-	75%	83%		-	25%	17%			
% do preenchimento do Quadro de OJ - Lourinhã						-	150%	100%		-	-50%	0%			
% do preenchimento do Quadro de OJ - Torres Vedras					100%	100%	78%	78%		0%	22%	22%			
% do preenchimento do Quadro de OJ - Vila Franca de Xira					100%	46%	69%	41%		54%	31%	59%			

Carreira do regime geral															
Núcleo	Quadro Legal				Colocações				Lugares Vagos				Baixa prolongada		
	TSup	ATecn	AOper		TSup	ATecn	AOper		TSup	ATecn	AOper	TSup	ATecn	AOper	
Loures	1	4	4		0	2	3		1	2	1		1		
Alenquer	0	0	1		0	0	0		0	0	1				
Lourinhã	0	0	1		0	0	1		0	0	0				
Torres Vedras	0	1	2		0	2	2		0	-1	0				
Vila Franca de Xira	0	2	2		0	1	2		0	1	0				
TOTAIS	1	7	10		0	5	8		1	2	2				
Percentagem de preenchimento do Quadro de O.J.					0%	71%	80%		100%	29%	20%				
% do preenchimento do Quadro de OJ - Loures					0%	50%	75%		100%	50%	25%				
% do preenchimento do Quadro de OJ - Alenquer					-	-	0%		-	-	100%				
% do preenchimento do Quadro de OJ - Lourinhã					-	-	100%		-	-	0%				
% do preenchimento do Quadro de OJ - Torres Vedras					-	200%	100%		-	-100%	0%				
% do preenchimento do Quadro de OJ - Vila Franca de Xira					-	50%	100%		-	50%	0%				

Dos quadros anteriormente apresentados, resulta a seguinte análise, de forma objetiva:

Carreira Judicial

Quadro Legal (Portaria n.º 372/2019, de 15 de outubro) e Colocações:

- O quadro legal da Comarca é composto por 258 posições, sendo:



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

- 5 Secretários de Justiça;
 - 43 Escrivães de Direito;
 - 89 Escrivães Adjuntos;
 - 121 Escrivães Auxiliares.
- Atualmente, existem 185 colocações, representando um **preenchimento geral de 71,70%**.

1. Lugares Vagos:

- Há 73 lugares vagos, correspondendo a **28,29 % do total**.

2. Percentual de Preenchimento por Núcleo:

- **Loures:** 62% de preenchimento total, com maior déficit em Escrivães Auxiliares (38% de vagas).
- **Alenquer:** **83%** de preenchimento total; necessário reforço em categorias como Escrivães Auxiliares.
- **Lourinhã:** 100% de preenchimento. Apresenta algumas dificuldades pontuais ao nível dos serviços do Ministério Público.
- **Torres Vedras:** Quadro com 78% de preenchimento, com alguma dificuldade em Escrivães Adjuntos e Auxiliares.
- **Vila Franca de Xira:** Apenas 41% de preenchimento para Escrivães Auxiliares, demandando atenção prioritária.

3. Impacto das Baixas Prolongadas:

- 8 funcionários encontram-se afastados por baixas prolongadas:
 - Loures: 7 baixas;
 - Vila Franca de Xira: 3 baixas;
 - Torres Vedras: 1 baixa.

A carreira judicial enfrenta um déficit significativo, especialmente em Vila Franca de Xira e Loures, com destaque para a carência de Escrivães Auxiliares.

No quadro seguinte, ilustra-se a composição de cada Unidade de Processos da Comarca e as ausências de longa duração durante o período de 2024:



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

		Composição atual das unidades de processos - 2024					Baixas de longa duração em 2024				
Núcleo	Juízo	Secretário	EscDir	EscAdj	EscAux	Total	Secretário	EscDir	EscAdj	EscAux	Total
Alenquer	Local Cível		1	1	1	3					
Alenquer	Local Criminal		1	1	3	5					
Alenquer	Unidade Central			1	1	2					
Alenquer	Totais núcleo	0	2	3	5	10	0	0	0	0	0
Cadaval	Proximidade			1	0	1					
Loures	Central Cível		1	2	2	5					
Loures	Central Criminal		2	4	6	12				2	
Loures	Local Cível										0
Loures	Unidade 1		1	2	2	5		1			1
Loures	Unidade 2		1	2	2	5					0
Loures	Local Criminal										
Loures	Unidade 1 (J 1 e J4)		1	3	2	6			1		
Loures	Unidade 2 (J 2 e J3)		1	2	2	5				1	
Loures	Pequena Criminalidade										
Loures	Unidade 1		1	2	1	4				1	
Loures	Unidade 2		1	1	1	3				1	
Loures	Instrução Criminal		1	3	3	7					
Loures	Família e Menores										
Loures	Unidade 1		1	1	1	3					
Loures	Unidade 2			1	1	2					
Loures	Unidade 3		1	1	1	3					
Loures	Unidade 4			1	2	3					
Loures	Trabalho		1	3	1	5					
Loures	Execução		1	4	3	8					
Loures	Unidade Central	2	1	5	4	12			1		
Loures	Unidade de Apoio		2		2						
Loures	Apoio OG			1	2	3					
Loures	Comércio		1	5	3	9					
Loures	Totais núcleo	2	18	43	41	100	0	1	2	5	8
Lourinhã	Competência genérica		1	3	2	6					
Lourinhã	Totais núcleo	0	1	3	2	6	0	0	0	0	0
Torres Vedras	Local Cível		1	2	2	5					
Torres Vedras	Local Criminal										
Torres Vedras	Unidade 1		1	1	3	5					
Torres Vedras	Unidade 2		1	1	2	4					
Torres Vedras	Família e Menores		1	3	3	7					
Torres Vedras	Trabalho		1		2	3					
Torres Vedras	Unidade Central	1	1	0	2	4					
Torres Vedras	Quadro proximidade										
Torres Vedras	Totais núcleo	1	6	7	14	28	0	0	1	2	3
Vila Franca de	Local Cível		1	2	1	4					
Vila Franca de	Local Criminal		1	4	4	9					
Vila Franca de	Família e Menores										
Vila Franca de	J1		1	2	1	4			1		
Vila Franca de	J2_J3		1	2	3	6					
Vila Franca de	Trabalho		1	2	2	5					
Vila Franca de	Comércio		0	4	0	4			1		
Vila Franca de	Unidade Central	1	1	2	1	5		1	1		
Vila Franca de	Totais núcleo	1	6	18	12	37	0	1	3	7	11
Comarca	Totais Comarca	4	33	74	74	185	0	2	6	14	26

Ao longo do ano de 2024, a Comarca enfrentou dificuldades significativas decorrentes da falta de pessoal. Essa carência afetou não apenas as unidades processos, mas também os arquivos (eliminação de processos, organização de objetos apreendidos e outras tarefas administrativas).

Adicionalmente, foram implementadas medidas de gestão para minimizar a acumulação de serviço, incluindo o cumprimento de funções à distância para Alenquer, a alocação de funcionários das Unidades Centrais para colaboração com serviços do Ministério Público e a colaboração da Equipa de Recuperação da DGAJ no cumprimento de despachos de arquivamento.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

A produtividade dos tribunais também foi afetada pelo aumento de absentismo que se fez sentir, originado por adesão às greves convocadas, e que na comarca afetaram o desenvolvimento do trabalho, o decurso das audiências de julgamento e diligências e a tramitação processual, bem como o atendimento ao cidadão.

Das necessidades reportadas à DGAJ salienta-se a existência, desde julho 2022 de um assistente operacional com funções de motorista. Em 23 de setembro de 2024, foi reforçado o quadro com mais um assistente operacional com as mesmas funções. Importa, contudo, mencionar que, em breve, um dos motoristas deixará de estar vinculado à comarca.

A talhe de foice refira-se que também o parque automóvel se mostra insuficiente para a dimensão da Comarca, constituindo um dos problemas com os quais a Comarca se depara. Com efeito, sente-se a necessidade de, além da viatura atribuída aos Órgãos de Gestão, virem a existir viaturas polivalentes em serviço nos Núcleos de Torres Vedras e de Vila Franca de Xira – veja-se que, mercê da concentração de grande parte dos atos jurisdicionais em Loures, a viatura disponível é necessária para, diariamente, proceder ao transporte de processos entre os vários núcleos da Comarca e a sede da mesma, em Loures.

Conforme já realçado em relatórios anteriores, a situação do quadro de recursos humanos permanece crítica e tem-se agravado de forma preocupante, com impacto direto na qualidade, eficácia e eficiência dos serviços das secretarias. A implementação do Novo Mapa Judiciário e as alterações na área jurisdicional, sem o correspondente ajuste no número de funcionários, resultaram num aumento significativo da carga de trabalho para um quadro funcional que já era insuficiente. Este cenário é agravado pela constante saída de funcionários, superior ao número de colocações.

Adicionalmente, o envelhecimento do quadro de funcionários e o consequente agravamento das condições de saúde têm contribuído para um aumento das ausências por doença, criando uma situação de cansaço, saturação e desmotivação generalizada. Apesar da maioria dos funcionários demonstrar um esforço extraordinário, muitas vezes à custa de sacrifícios pessoais, este modelo não é sustentável a longo prazo.

A carreira de Oficial de Justiça tem-se tornado cada vez menos atrativa. As condições laborais pouco competitivas, aliadas a vencimentos desatualizados e inadequados, não refletem a complexidade e a responsabilidade inerentes à função. Esta realidade desmotiva os profissionais, agrava a escassez de recursos humanos e compromete a eficiência do sistema judicial e a qualidade do serviço público prestado.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Acresce que o movimento extraordinário realizado em dezembro de 2024, destinado a suprir as lacunas existentes, revelou-se insuficiente para colmatar as necessidades, já que muitas das vagas não foram preenchidas, perpetuando o défice de recursos humanos nas secretarias judiciais e mantendo um cenário de grande pressão sobre os profissionais já em funções.

Torna-se, assim, absolutamente imperativo que a Administração Central promova o reforço urgente do quadro de funcionários, tanto de oficiais de justiça quanto administrativos, para atender às reais necessidades da Comarca. Sem estas medidas estruturais, muitas unidades orgânicas correm o risco iminente de atingir o ponto de rutura, comprometendo irremediavelmente a capacidade de prestar um serviço público de qualidade.

A publicação da Portaria n.º 266/2024/1 foi um marco relevante para a tramitação eletrónica dos processos, muito embora se encontre de momento em risco de a sua implementação imediata se encontrar comprometida, por falta de meios humanos para a executar.

VI. O arquivo

Os arquivos estão equipados com 15.483 metros de prateleiras, dos quais 13.106 metros estão ocupados com documentação instalada e apenas 2.377 metros permanecem disponíveis.

Desde 2003 foram eliminados 489.447 processos e remetidos 48.726 processos para o Arquivo Distrital.

De acordo com os dados fornecidos (informação extraída do PISAT), há atualmente:

- 83.370 processos pendentes de eliminação;
- 8.000 processos por enviar para o Arquivo Distrital.
- Este totaliza 91.370 processos que aguardam tratamento.

Atualmente, estão em funções no arquivo 5 Assistentes Técnicos, responsáveis pela execução das tarefas relacionadas.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Comarca de Lisboa Norte Plano anual para a eliminação de processos 2024				
Avaliação do trabalho realizado até 31 dezembro				
Total de arquivos	Arquivos	Nº de processos previstos eliminar em 2024 (valores indicados pelos tribunais)	Assistentes técnicos em funções	Nº de processos eliminados até 31 de dezembro
1	Cadaval: Arquivo Central da Comarca de Lisboa Norte			
2	Alenquer: LCv, LCr e DIAP	5 000	0	7 836
3	Cadaval: Juízo de Proximidade	0		
4	Loures: CCr, CCv, LCr, LCv, JIC, FM, Peq. Crim, Exec, Tb, DIAP e Administração	47 000	3	44 813
5	Loures: Comércio	0		
6	Lourinhã: Gen e DIAP	1 000		667
7	Torres Vedras: LCv, LCr, FM e DIAP	6 000	2	10 169
8	Torres Vedras: Tb	0		
9	Vila Franca de Xira: LCr, FM e DIAP	20 000		11 469
10	Vila Franca de Xira: LCv	0		
11	Vila Franca de Xira: Tb	0		
	Totais	79 000	5	74 954

O Plano Anual para a Eliminação de Processos de 2024 da Comarca de Lisboa Norte apresentou resultados satisfatórios, com 94,89% da meta total cumprida até 31 de dezembro. Das 79.000 eliminações previstas, 74.954 processos foram eliminados.

O núcleo de Alenquer destacou-se, sendo eliminados 7.836 processos, superando a meta de 5.000 processos em 56,76%. De igual modo, o núcleo de Torres Vedras eliminou 10.169 processos, ultrapassando a meta de 6.000 processos em 69,48%.

Em contraciclo, os restantes núcleos ficaram aquém do cumprimento das metas - Vila Franca de Xira eliminou 11.469 processos, atingindo apenas 57,35% da meta de 20.000 processos, a



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Lourinhã alcançou 66,7% da meta, eliminando 667 processos do total de 1.000. Por fim, o núcleo de Loures eliminou 44.813 processos, atingindo 95,32% da meta de 47.000 processos.

Desde setembro de 2023 que não está afeto nenhum assistente operacional em Alenquer. O arquivo é tratado por uma escrivã adjunta que assegura, igualmente, uma parte substancial do serviço da unidade central.

VII. Greves e o seu impacto

As várias greves dos Senhores Oficiais de justiça, ocorridas ao longo do ano de 2024 não poderiam deixar de ser aqui abordadas, não só pelo seu reflexo ao nível da assiduidade, como também, e sobretudo, do ponto de vista das consequências para o serviço, globalmente considerado.

Embora com diferentes níveis de adesão, cumpre referir que as mesmas causaram, de modo geral, fortes entropias na organização do serviço.

Assim e durante o ano ora analisado, foram decretados os seguintes períodos de greve:

- **Desde 10-01-2023 (por tempo indeterminado):** Greve decretada a todas as tardes, das 13h30 até às 24h – Sindicato dos Oficiais de Justiça (ainda em vigor).
- **Desde 08-01-2024:** Greve ao trabalho fora das horas de expediente das secretarias (almoço e após as 17h), por tempo indeterminado e sem serviços mínimos.
- **Desde 28-06-2024:** Greve das manhãs das quartas e das sextas-feiras, das 09H00 às 12H30, por tempo indeterminado.

Estas greves tiveram um impacto significativo na capacidade de resposta das secretarias, dificultando ainda mais a gestão de um serviço já pressionado por um quadro funcional deficitário. A conjugação dessas paralisações com a falta crónica de recursos humanos contribuiu para atrasos na tramitação processual, aumentando os desafios na prestação de um serviço público eficiente e de qualidade.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Assim, é essencial que se procurem soluções para mitigar os efeitos dessas paralisações e para reforçar os quadros de recursos humanos, reduzindo o impacto das mesmas no serviço judicial.

VIII. Estatística Oficial

A informação relativa à estatística oficial visa prestar informação sobre o movimento processual, por juízo e por juiz.

Visa ainda medir, através dos indicadores abaixo referidos, observar os níveis de eficiência do tribunal.

1) O **indicador de congestão** estabelece a razão entre o número de processos pendentes, no início do ano, e o número de processos findos, nesse ano. Este indicador traduz a eficiência do sistema na resposta à pendência existente, sem considerar qualquer entrada de processos, no ano em análise.

Assim temos:

$$\text{Indicador Congestão} = \frac{\text{Pendências Iniciais}}{\text{Processos Findos}}$$

Um sistema pode ser tanto mais eficiente, na sua gestão dos processos pendentes, quanto mais baixa seja a sua taxa. Uma taxa de congestão inferior à unidade, significa que foi possível findar um número de processos superior àquele que estava pendente, no início do ano.

2) O **indicador de resolução** estabelece a relação entre o número dos processos findos e o número de processos entrados. Indica a capacidade de resolução de processos face às entradas, independentemente das pendências acumuladas.

Assim temos:

$$\text{Indicador Resolução} = \frac{\text{Processos Findos}}{\text{Processos Entrados}}$$



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Neste caso, um sistema eficiente para a resolução das entradas (sem consideração das pendências) terá uma taxa de resolução igual à unidade. Valores superiores à unidade indicam uma resolução de casos superiores às entradas (o sistema tem capacidade de resolução de processos entrados e de recuperação dos acumulados) e valores inferiores à unidade indicam o contrário.

3) O **indicador de recuperação** estabelece a relação entre o número de processos findos, e a adição do número de processos pendentes com o número dos processos entrados. Indica a eficiência do sistema em dar resposta aos processos acumulados.

Assim temos:

$$\text{Indicador Recuperação} = \frac{\text{Processos Findos}}{\text{Pendências Iniciais} + \text{Processos Entrados}}$$

Um sistema eficiente, para a resolução total dos processos pendentes e dos entrados, terá um indicador de recuperação igual à unidade. Quanto mais baixo for o seu valor, menor capacidade de absorção de pendências se registará.



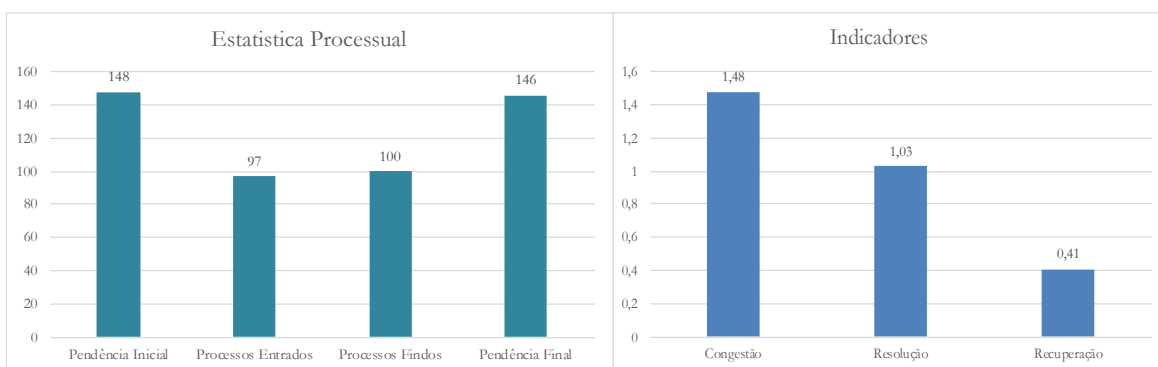
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

1. Análise por juízo

De seguida são apresentados os quadros de movimento processual por Juízo.

- Juízo Central Cível de Loures

Estatística oficial							
Juízo Central Cível							
Juizes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	202	100	109	193	1,85	1,09	0,36
Juiz 3	141	97	109	129	1,29	1,12	0,46
Juiz 4	122	93	101	114	1,21	1,09	0,47
Juiz 5	134	101	86	149	1,56	0,85	0,37
Juiz 6	143	96	96	143	1,49	1	0,4
Média por juiz	148	97	100	146	1,48	1,03	0,41



Os resultados alcançados mostram uma taxa de resolução média superior à unidade e indica que o sistema consegue uma resolução de casos superiores às entradas durante o ano (o sistema tem capacidade de resolução de processos entrados e consegue avançar nas pendências). O Juiz 5 apresenta um indicador de resolução de 0,85, que está ligeiramente abaixo da unidade.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

A taxa média de congestão por juiz é 1,48, sendo justificada pela existência de alguns processos antigos ainda pendentes.

Comparado com o ano transato, quando a taxa média de congestão foi de 1,76, observa-se uma redução significativa, representando um avanço de aproximadamente 15,9% da eficiência na gestão das pendências iniciais.

O Juízo Central Cível, à semelhança da generalidade da Comarca, vivencia uma situação de défice de funcionários judiciais, principalmente de Escrivães Auxiliares, o que, associado ao número limitado de salas de audiência disponíveis (no edifício do Polo Cível do Tribunal há 7 salas de audiência para 14 juízes), levou à adoção de medidas de contenção dos períodos de agendamento de diligências, através de despacho da Senhora Juíza Presidente que definiu, ouvidos os Senhores Juízes e a Senhora Administradora, a alocação de períodos de utilização das salas de audiências. Assim, cada lugar de Juiz do Juízo Central dispõe apenas de 3 períodos de sala (um dia e meio) por semana para a realização de diligências, o que limita o seu nível de produtividade.

A situação que envolve o Juiz 1 (J1) no Juízo Central Cível de Loures evidencia um contexto de transição e reorganização judicial devido à aposentação da Juíza Titular, o que, consequentemente impactou diretamente a gestão de processos. Para mitigar os efeitos dessa transição, foram adotadas, ao longo de 2024, medidas de gestão para minimizar as pendências, que se mostraram positivas, considerando que, no ano anterior, a pendência era superior.



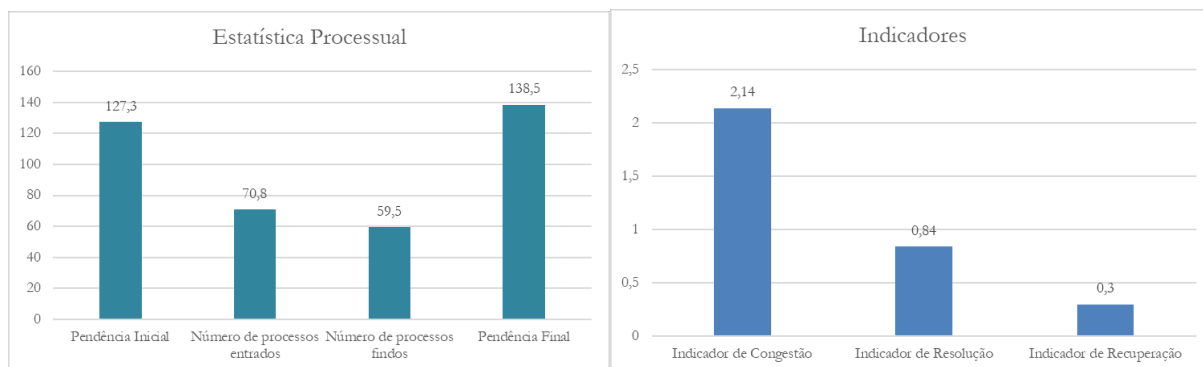
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Central Criminal de Loures

Estatística oficial							
Juízo Central Criminal							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	110	74	49	135	2,24	0,66	0,27
Juíz 2	134	68	58	143	2,31	0,85	0,29
Juíz 3	145	57	53	149	2,74	0,93	0,26
Juíz 4	116	65	56	125	2,07	0,86	0,31
Juíz 5	136	85	59	162	2,31	0,69	0,27
Juíz 6	123	76	82	117	1,5	1,08	0,41
Média por juiz	127,3	70,8	59,5	138,5	2,14	0,84	0,3
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	22	3	3	22	7,33	1	0,12
Juíz 2	12	1	2	11	6	2	0,15
Juíz 3	19	4	1	22	19	0,25	0,04
Juíz 4	13	3	1	16	13	0,33	0,06
Juíz 5	25	7	3	29	8,33	0,43	0,09
Juíz 6	16	2	2	16	8	1	0,11
Média por juiz	17,8	3,3	2	19,3	8,92	0,6	0,09
Considerando apenas matéria criminal							
Juíz 1	88	71	46	113	1,91	0,65	0,29
Juíz 2	122	67	56	132	2,18	0,84	0,3
Juíz 3	126	53	52	127	2,42	0,98	0,29
Juíz 4	103	62	56	109	1,84	0,9	0,34
Juíz 5	111	78	56	133	1,98	0,72	0,3
Juíz 6	107	74	80	101	1,34	1,08	0,44
Média por juiz	109,5	67,5	57,7	119,2	1,9	0,85	0,33



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência



A média geral (cível e criminal) mostra uma pendência inicial de 127,3 processos por juiz, aumentando para 138,5 no final do período. Em média, foram 70,8 o número de processos entrados e 59,5 processos findos por juiz.

A maioria das pendências dos juízes está relacionada com os processos em matéria criminal, com uma média de 109,5 no início do período, observando-se um aumento para 119,2 na pendência final.

Em matéria cível a pendência inicial média é de 17,8 processos por juiz, aumentando para 19,3 no final do período.

A taxa de resolução média situa-se nos 0,84, abaixo da unidade, destacando-se, em contraciclo o J6, com uma taxa de 1,08.

A taxa de congestão média permanece em 2,14, mantendo-se similar ao registado no ano anterior.

A taxa de recuperação média ficou situada nos 0,30, ligeiramente superior à do ano anterior.

Foram implementadas medidas de gestão no Juízo Central Criminal de Loures para mitigar pendências e otimizar a tramitação. Entre elas, destaca-se a substituição do Senhor Juiz que ocupava o lugar de J8, aquando da sua saída para integrar a Equipa ALTEC, por uma Senhora Juíza do QCJ, a designação de juiz substituto em resposta a ausências e a acumulação de funções pela Senhora Juíza do Juízo Local Cível para realização de julgamentos coletivos em períodos específicos de 2024.



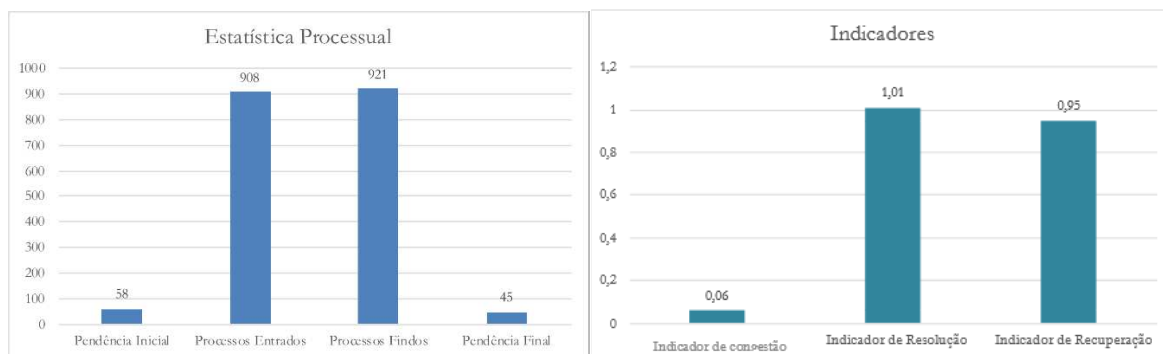
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Central de Instrução Criminal

Estatística oficial							
Juízo de Instrução Criminal da Instância Central							
Juizes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	63	910	919	54	0,07	1,01	0,94
Juiz 2	50	911	930	31	0,05	1,02	0,97
Juiz 3	62	904	914	51	0,07	1,01	0,95
Média por juiz	58	908	921	45	0,06	1,01	0,95
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	1	0	7	0	0,14	na	na
Juiz 2	1	2	3	-	0,33	1,5	1
Juiz 3	-	0	5	0	-	na	na
Média por juiz	1	1	4	-	0,13	4	2,67
Considerando apenas matéria crime							
Juiz 1	13	79	100	9	0,13	1,27	1,09
Juiz 2	18	76	81	13	0,22	1,07	0,86
Juiz 3	25	65	79	11	0,32	1,22	0,88
Média por juiz	22	71	80	12	0,27	1,13	0,87
Considerando apenas atos jurisdicionais							
Juiz 1	14	729	728	15	0,02	1	0,98
Juiz 2	11	733	737	7	0,01	1,01	0,99
Juiz 3	13	736	732	17	0,02	0,99	0,98
Média por juiz	13	733	732	13	0,02	1	0,98
Considerando apenas instruções							
Juiz 1	18	96	84	30	0,21	0,88	0,74
Juiz 2	20	100	109	11	0,18	1,09	0,91
Juiz 3	24	98	98	23	0,24	1	0,8
Média por juiz	21	98	97	21	0,21	0,99	0,82



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência



O Juízo de Instrução de Loures obteve uma taxa de resolução média situada 1,01, ligeiramente superior à do ano transato (1,00).

Por referência aos lugares de Juiz, todos apresentaram índices superiores a 1, o que indica uma resolução de casos superiores às entradas (o sistema tem capacidade de resolução de processos entrados e de recuperação dos acumulados).

A taxa média de congestão ficou situada nos 0,06, ligeiramente abaixo do ano anterior (0,07).

A taxa de recuperação média ficou situada nos 0,95, ligeiramente superior à do ano anterior.

A pendência inicial média geral foi de 58 processos por juiz, reduzindo-se para uma pendência final média de 45 processos, representando uma diminuição de 13 processos, o que equivale a uma redução de 22,41%. A redução mais expressiva ocorreu na matéria crime, com a pendência inicial de 22 processos caindo para 12 processos. Nas demais categorias, as pendências iniciais e finais permaneceram praticamente estáveis, como na matéria cível (1 processo) e nos atos jurisdicionais e instruções (13 e 21 processos, respetivamente).

A pendência final diminuiu face ao ano anterior, com uma deferência de 14 processos.

Mantém-se o propósito de pensar na possibilidade de criação de um juízo de instrução criminal em Vila Franca de Xira, com um lugar de juiz, importando monitorizar o número de entradas e complexidade dos processos.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo de Execução

Estatística oficial							
Juízo de Execução							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	7 719	2 353	3 001	7 071	2,57	1,28	0,3
Juiz 2	8 447	2 296	2 881	7 863	2,93	1,25	0,27
Juiz 3	8 294	2 293	2 723	7 865	3,05	1,19	0,26
Média por juiz	8 153	2 314	2 868	7 600	2,84	1,24	0,27



A pendência inicial média no Juízo de Execução foi de 8.153 processos por juiz, enquanto a pendência final média foi reduzida para 7.600 processos por juiz, representando uma redução de 553 processos, o que equivale a uma diminuição de 6,78% (não contemplando os processos entrados).

O Indicador de Congestão, pese embora elevado - 2,84, diminuiu 0,26 face do ano transato. O Indicador de Resolução apresentou um resultado positivo de 1,24, demonstrando que os juízes resolveram, em média, 24% mais processos do que os que entraram no período, contribuindo para a recuperação dos processos acumulados.

A taxa média de recuperação ficou situada nos 0,27, com os juízes apresentando valores bastante próximos entre si.

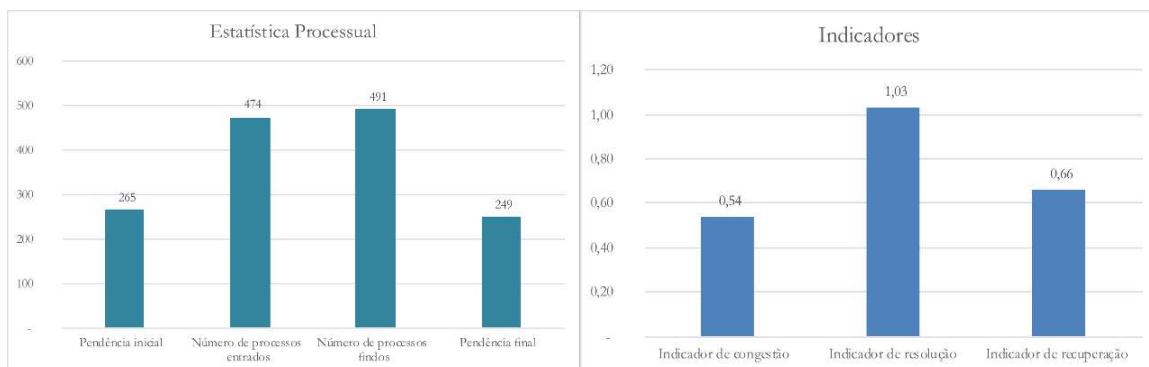
A pendência média final apresentou uma redução em relação ao período anterior, passando de 8.065 para 7.600.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Central de Comércio de Vila Franca de Xira

Estatística oficial							
Juízo de Comércio							
Júizes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Júiz 1	351	518	565	304	0,62	1,09	0,65
Júiz 2	194	477	462	209	0,42	0,97	0,69
Júiz 3	210	460	452	218	0,46	0,98	0,67
Júiz 4	306	442	484	264	0,63	1,1	0,65
Média por juiz	265	474	491	249	0,54	1,03	0,66



Pese embora o já referido quanto à deslocalização do Juízo do Comércio em Loures, com as dificuldades criadas no funcionamento do Juízo, e que se reiteram, os resultados apresentam-se francamente positivos, com um indicador de congestão de 0,54, numa tendência que já vinha do ano anterior e um indicador de resolução acima da unidade. O indicador recuperação situa-se nos 0,66.

Assim, os juízes apresentaram um desempenho eficiente, com uma pendência inicial média de 265 processos por juiz, reduzida para 249 processos no final do período, representando uma redução média de 16 processos, o que equivale a uma redução aproximada de 6,04%.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Renova-se o expendido em relatórios anteriores quanto às idiossincrasias estatísticas, causadas pelos processos de insolvência, os quais, não obstante findarem estatisticamente, continuam a importar uma série de atos processuais suplementares, que implicam trabalho para o juiz e para a secção e que não se mostram refletidos na estatística oficial

- **Juízos Centrais de Família**

Estatística oficial							
Juízos de Família e Menores							
Juízo de Família e Menores de Loures							
Juízes	Pendência inicial	N.º de processos entrados	N.º de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	264	831	933	162	0,28	1,12	0,85
Juíz 2	322	763	826	259	0,39	1,08	0,76
Juíz 3	231	805	720	314	0,32	0,89	0,69
Juíz 4	529	854	997	386	0,53	1,17	0,72
Média por juiz	337	813	869	280	0,39	1,07	0,76
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	79	128	111	96	0,71	0,87	0,54
Juíz 2	99	117	110	106	0,9	0,94	0,51
Juíz 3	75	129	99	105	0,76	0,77	0,49
Juíz 4	115	119	113	121	1,02	0,95	0,48
Média por juiz	92	123	108	107	0,85	0,88	0,5
Considerando apenas matéria tutelar							
Juíz 1	185	703	822	66	0,23	1,17	0,93
Juíz 2	223	646	716	153	0,31	1,11	0,82
Juíz 3	156	676	621	209	0,25	0,92	0,75
Juíz 4	414	735	884	265	0,47	1,2	0,77
Média por juiz	245	690	761	173	0,32	1,1	0,81



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Juízo de Família e Menores de Torres Vedras							
Juizes	Pendência inicial	N úmero de processos entrados	N úmero de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	524	1 119	1 117	526	0,47	1	0,68
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	138	193	165	166	0,84	0,85	0,5
Considerando apenas matéria tutelar							
Juiz 1	386	926	952	360	0,41	1,03	0,73

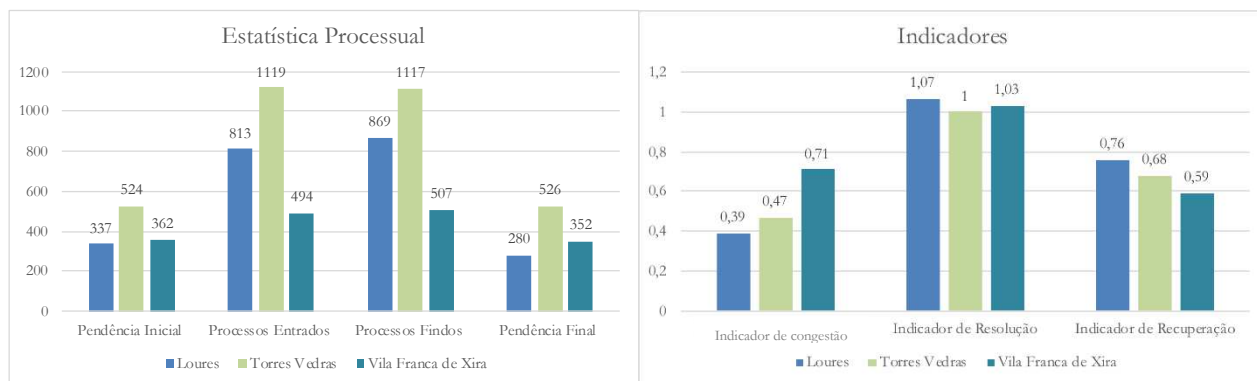
Juízo de Família e Menores de Vila Franca de Xira							
Juizes	Pendência inicial	N úmero de processos entrados	N úmero de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	363	510	584	289	0,62	1,15	0,67
Juiz 2	321	443	438	336	0,73	0,99	0,57
Juiz 3	401	528	498	430	0,81	0,94	0,54
Média por juiz	362	494	507	352	0,71	1,03	0,59
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	91	108	106	93	0,86	0,98	0,53
Juiz 2	89	88	82	95	1,09	0,93	0,46
Juiz 3	108	113	97	124	1,11	0,86	0,44
Média por juiz	96	103	95	104	1,01	0,92	0,48
Considerando apenas matéria tutelar							
Juiz 1	272	402	478	196	0,57	1,19	0,71
Juiz 2	232	355	356	241	0,65	1	0,61
Juiz 3	293	415	401	306	0,73	0,97	0,57
Média por juiz	266	391	412	248	0,65	1,05	0,63

Juízo de Família e Menores de Torres Vedras							
Juizes	Pendência inicial	N úmero de processos entrados	N úmero de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	524	1 119	1 117	526	0,47	1	0,68
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	138	193	165	166	0,84	0,85	0,5
Considerando apenas matéria tutelar							
Juiz 1	386	926	952	360	0,41	1,03	0,73

*Nota - a média considera que em TV um juiz da bolsa tem 1/3 do serviço



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência



No Juízo de Família e Menores de Loures registou-se uma diminuição da pendência, em linha com a tendência verificada no ano anterior.

A taxa de congestão encontra-se abaixo da unidade (0,39), refletindo uma boa eficiência na gestão de pendências acumuladas, com destaque para os Juízes 1 (0,28) e 3 (0,32), que apresentam os melhores resultados.

Quanto ao indicador de resolução encontra-se acima da unidade, em terreno positivo, o que indica que o sistema não apenas consegue resolver os processos entrados, mas também avança na recuperação de processos acumulados. Mantendo uma tendência observada anteriormente, o Juiz 4, que vem beneficiando de sucessivas medidas de gestão, apresenta, em consequência, o melhor desempenho, com um valor de 1,17, enquanto o Juiz 3 apresenta um valor próximo da unidade (0,89).

Face à diferença de pendência relativamente aos demais lugares de juiz, foi colocado no J4, em outubro de 2024, em regime de acumulação de funções, uma Senhora Juíza Titular de lugar de Juiz no Juízo de Família e Menores de Cascais, que passou a assumir a tramitação dos processos da titularidade do lugar de J4 do Juízo de Família e Menores de Loures com numeração terminada em 7, 8 e 9.

A matéria tutelar demonstra maior eficiência geral em comparação à matéria cível, refletindo um desempenho mais equilibrado na gestão dos processos.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

O número de processos entrados no Juízo de Família e Menores de Loures é significativo, espelhando uma tendência de crescimento já verificada no ano transato, destacando a necessidade de uma gestão eficaz para lidar com o volume crescente.

O Juízo foi fortemente penalizado com o movimento de funcionários ocorrido em setembro, que levou à reorganização das Unidades de Processos, estando neste momento a Unidade de apoio aos lugares de J1 e J4 sob a chefia do mesmo Escrivão de Direito, o mesmo sucedendo com a Unidade de apoio aos lugares de J2 e J3.

No Juízo de Família e Menores de Torres Vedras continua a verificar-se um elevado número de processos entrados, absolutamente distanciado da média dos processos entrados nos demais juízos da Comarca. Essa diferença evidencia uma maior carga processual no Juízo de Torres Vedras, tendo sido implementadas medidas de gestão para mitigar os seus efeitos. Desta forma, entre outubro de 2024 e julho de 2025, a Senhora Juíza titular do lugar de J3 do Juízo de Família e Menores de Vila Franca de Xira acumulou funções em processos específicos, realizando diligências às sextas-feiras; uma Senhora Juíza do QCJ assumiu a tramitação e diligências de processos no mesmo período; o demais serviço foi assegurado por uma Senhora Juíza do QCJ, face à ausência prolongada da Senhora Juíza auxiliar de substituição.

Ainda assim, de forma objetiva, este juízo apresentou uma taxa de resolução igual à unidade (1), o que indica um sistema eficiente para a resolução das entradas (sem considerar as pendências), refletindo uma ligeira melhoria face ao ano transato.

Após o movimento judicial de Juízes em setembro de 2024, voltaram a ser implementadas medidas de gestão no Juízo de Família e Menores de Torres Vedras para mitigar as pendências e otimizar a tramitação.

Entre 15 de outubro de 2024 e 15 de julho de 2025 a Senhora Juíza titular do lugar de J3 do Juízo de Família e Menores de Loures acumulou a tramitação de processos com números terminados em 7 e 9, bem como os processos cujos números terminados em 0 sejam precedidos por 7 ou 9 (70 e 90), assegurando as diligências às sextas-feiras. Entre 24 de setembro de 2024 e 15 de julho de 2025, a uma Senhora Juíza do QCJ assumiu a tramitação de processos com números terminados em 4, 5 e 6. A partir de 1 de outubro de 2024, também passou a assegurar as diligências. O demais serviço foi assegurado por Juiz colocado ao abrigo



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

do artigo 107.º do ROFTJ, devido à ausência prolongada da Senhora Juíza auxiliar de substituição.

Tem atravessado um período de forte instabilidade ao nível dos recursos humanos, não só no que concerne aos Senhores Juízes em funções, como no que respeita aos funcionários, estando vários ausentes do serviço, levando à adoção de medidas de gestão de recurso a funcionários de outras unidades.

No Juízo de Família e Menores de Vila Franca de Xira os resultados alcançados mostram uma média de taxa de resolução acima da unidade – 1,03, evidenciando capacidade de resolver mais processos do que os entrados. Ainda assim, é possível verificar um comportamento diverso entre os lugares de juiz, com o lugar J1 acima da unidade (1,15) e demais juízes abaixo da unidade.

O indicador de congestão médio (0,70) reflete um congestionamento moderado no Juízo, mantendo-se consistente face ao ano anterior, evidenciando que, no geral, foi possível findar um número de processos superior àquele que estava pendente, no início do ano.

A pendência final deste juízo foi de 352 processos, um valor superior ao do período anterior, que contabilizou 332 processos.

Também este Juízo sofreu um decréscimo expressivo de funcionários ao seu serviço, em consequência do movimento judicial e face à necessidade de colocação de um Senhor Escrivão Adjunto a exercer funções no Juízo Central Criminal de Loures.

Encontra-se a funcionar com a ratio mínima, que também se verifica nos demais Juízos de Família e Menores de Loures, grosso modo, de um Escrivão Adjunto e de Escrivão Auxiliar por Juiz em funções.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízos Centrais de Trabalho

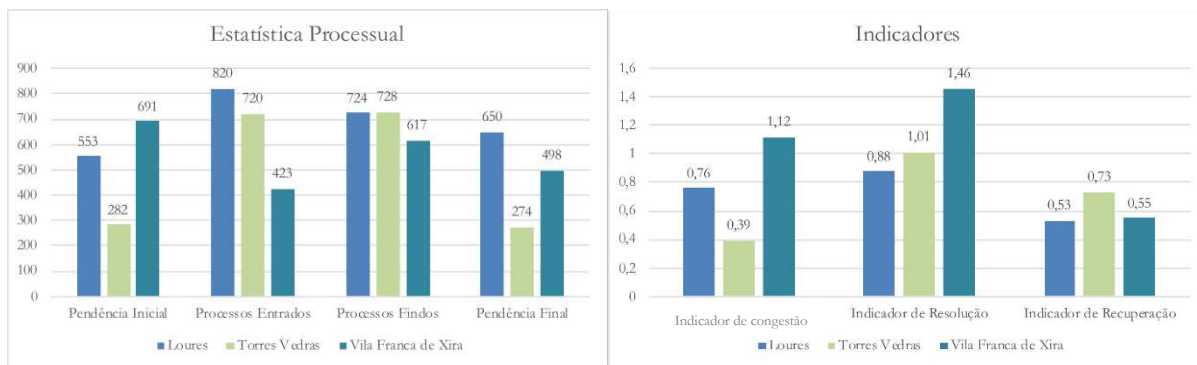
Estatística oficial							
Juízos de Trabalho							
Juízo Trabalho de Loures							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	537	826	738	625	0,73	0,89	0,54
Juíz 2	569	814	709	674	0,8	0,87	0,51
Média por juiz	553	820	724	650	0,76	0,88	0,53
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	84	34	33	85	2,55	0,97	0,28
Juíz 2	102	26	23	104	4,43	0,88	0,18
Média por juiz	93	30	28	95	3,32	0,93	0,23
Considerando apenas matéria laboral							
Juíz 1	453	792	705	540	0,64	0,89	0,57
Juíz 2	467	788	686	570	0,68	0,87	0,55
Média por juiz	460	790	696	555	0,66	0,88	0,56

Juízo de Trabalho de Torres Vedras							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	282	720	728	274	0,39	1,01	0,73
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	25	31	33	23	0,76	1,06	0,59
Considerando apenas matéria laboral							
Juíz 1	257	689	695	251	0,37	1,01	0,73



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Juízo Trabalho de Vila Franca de Xira							
Juízes	Pendência inicial	N úmero de processos entrados	N úmero de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	652	416	613	456	1,06	1,47	0,57
Juíz 2	729	430	621	539	1,17	1,44	0,54
Média por juiz	691	423	617	498	1,12	1,46	0,55
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	94	40	28	106	3,36	0,7	0,21
Juíz 2	85	45	51	79	1,67	1,13	0,39
Média por juiz	90	43	40	93	2,27	0,93	0,3
Considerando apenas matéria laboral							
Juíz 1	558	376	585	350	0,95	1,56	0,63
Juíz 2	644	385	570	460	1,13	1,48	0,55
Média por juiz	601	381	578	405	1,04	1,52	0,59



No Juízo do Trabalho de Loures os resultados demonstram uma taxa média de resolução próxima da unidade (0,88). Ambos os lugares de juízes apresentaram desempenho abaixo da unidade, indicando dificuldades em resolver integralmente os processos entrados durante o período analisado.

A taxa de congestão apresenta uma média de 0,76, o que reflete um congestionamento moderado. Ambos os lugares de juízes apresentam valores próximos, com o J1 (0,73) e o J2 (0,80).



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Regista-se um número médio de processos entrados por juiz de 820 processos, com uma concentração significativa na matéria laboral, que registou uma média de 790 processos por juiz, em contraste com a matéria cível, que apresentou apenas 30 processos por juiz.

Salienta-se que, conforme exposição recentemente realizada ao Conselho Superior de Magistratura com vista à adoção de medidas de apoio por parte da Senhora Juíza titular de J2 do Juízo do Trabalho de Loures tendo por referência os Juízos do Trabalho, não só da comarca, mas de toda a área metropolitana de Lisboa, a média de processos entrados por juiz no Juízo do Trabalho de Loures é quase o triplo da registada no Juízo com menor número de entradas por juiz e mais do dobro da média de processos dos Juízos que se lhe seguem. Ainda, olhando à pendência oficial, a diferença é de cerca do dobro relativamente aos juízos com menor pendência.

A análise aturada dos dados estatísticos impõe a conclusão pela necessidade de redimensionamento da resposta da jurisdição do Trabalho nesta Comarca através da criação de um terceiro Juízo do Trabalho de Loures.

O Juízo do Trabalho de Torres Vedras apresenta bons resultados nos indicadores gerais, com destaque para o Indicador de Resolução (1,01) e Indicador de Congestão (0,39), que refletem boa eficiência na gestão de processos.

Apresentou um número total de 720 processos entrados, sendo 31 na matéria cível e 689 na matéria laboral, observando-se, ainda, uma diminuição das pendências, o que reflete uma redução no volume acumulado.

No Juízo do Trabalho de Vila Franca de Xira, os resultados alcançados demonstram uma taxa de resolução média acima da unidade – 1,46, com ambos os juízes em terreno positivo. Já o indicador de congestão, médio por juiz, situa-se ligeiramente acima da unidade – 1,12.

O número médio de processos entrados por juiz situou-se nos 423 processos, sendo 43 em matéria cível e 381 em matéria tutelar.

Obteve uma diminuição da pendência, em linha com o observado no ano anterior, assinalando uma tendência de melhoria contínua.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízos Locais Cíveis

Estatística oficial							
Juízos Locais Cíveis							
Juízo Local Cível de Alenquer							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	380	591	481	490	0,79	0,81	0,5

Juízo Local Cível de Loures							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	662	664	661	665	1	1	0,5
Juiz 2	667	669	655	681	1,02	0,98	0,49
Juiz 3	648	673	649	672	1	0,96	0,49
Juiz 4	455	659	580	534	0,78	0,88	0,52
Média por juiz	608	666	636	638	0,96	0,95	0,5

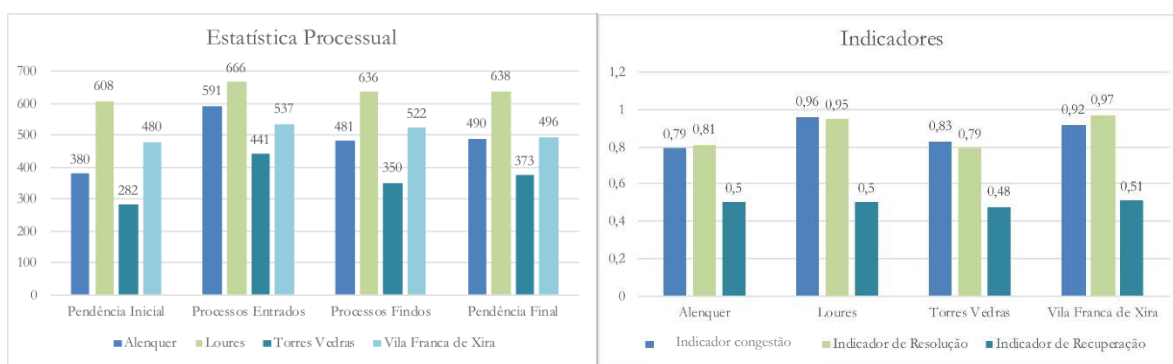
Juízo Local Cível de Torres Vedras							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	278	454	349	383	0,8	0,77	0,48
Juiz 2	286	427	351	362	0,81	0,82	0,49
Média por juiz	282	441	350	373	0,81	0,79	0,48

Juízo Local Cível de Vila Franca de Xira							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	501	522	492	531	1,02	0,94	0,48
Juiz 2	459	552	551	461	0,83	1	0,55
Média por juiz	480	537	522	496	0,92	0,97	0,51



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Médias de todos os juízes (ver nota)	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Média por Juiz - Total	482	579	530	531	0,91	0,92	0,5



Os quatro Juízos obtiveram uma taxa de resolução inferior à unidade, situada nos 0,92, contudo foi superior à do ano passado que se situou nos 0,89. O Juízo de Alenquer apresentou o valor mais elevado, com 0,81, enquanto o Juízo de Torres Vedras apresentou o menor valor - 0,79. A taxa de congestão global, situou-se nos 0,91, com uma ligeira melhoria face ano transato -0,93.

Destaca-se o Juízo Local Cível de Loures com uma taxa de congestão mais próxima da unidade – 0,96, o que indica uma carga processual muito significativa.

Já a respeito da taxa de recuperação, esta é de 0,50, ligeiramente superior à do período que antecedente, situada nos 0,49.

A pendência desta jurisdição sofreu um ligeiro aumento – 531, contrariando a diminuição verificada no ano precedente, que se situou nos 479, ou seja, mais 52 processos pendentes.

Os índices de produtividade mostram-se inoportáveis para o atual quadro de juizes, assentando num esforço insustentável de longo termo, aportando um desgaste dos Senhores Juizes titulares que lhes não pode ser exigido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

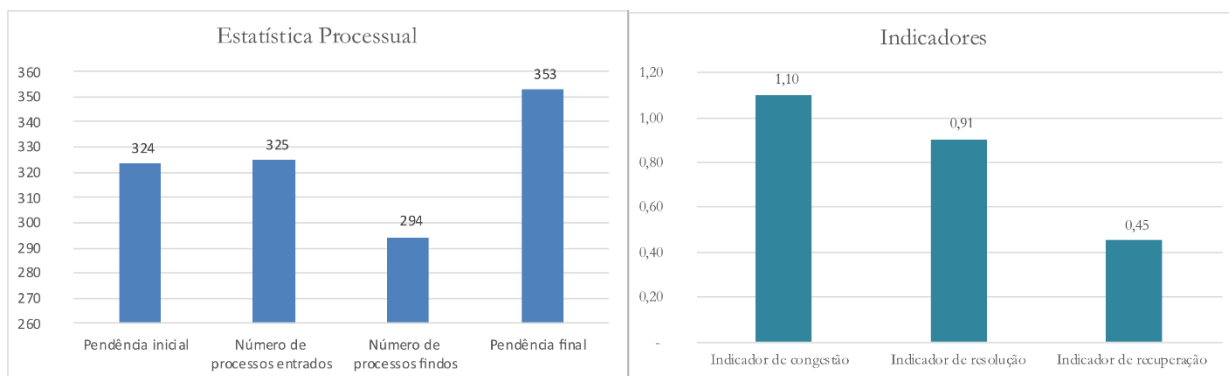
Reitera-se o já afirmado em anteriores relatórios, impondo-se uma alteração do quadro legal, sustentando objetivamente os dados estatísticos a necessidade de criação de mais dois lugares de juiz, com a necessária previsão de aumento do quadro de funcionários, a fim de lhes conferir suporte.

- **Juízo Local Criminal de Loures**

Estatística oficial							
Juízo Local Criminal de Loures							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	310	337	269	378	1,15	0,8	0,42
Juíz 2	439	323	315	442	1,39	0,98	0,41
Juíz 3	288	314	249	353	1,16	0,79	0,41
Juíz 4	257	325	344	238	0,75	1,06	0,59
Média por juiz	324	325	294	353	1,1	0,91	0,45
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	23	7	8	22	2,88	1,14	0,27
Juíz 2	22	11	8	25	2,75	0,73	0,24
Juíz 3	27	7	8	26	3,38	1,14	0,24
Juíz 4	26	12	12	26	2,17	1	0,32
Média por juiz	98	37	36	99	2,72	0,97	0,27
Considerando apenas matéria criminal							
Juíz 1	287	330	261	356	1,1	0,79	0,42
Juíz 2	417	312	307	417	1,36	0,98	0,42
Juíz 3	261	307	241	327	1,08	0,79	0,42
Juíz 4	231	313	332	212	0,7	1,06	0,61
Média por juiz	299	316	285	328	1,05	0,9	0,46



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência



O tratamento autónomo do Juízo Local Criminal de Loures prende-se com o facto de a sua situação se mostrar diversa dos demais Juízos Locais Criminais da Comarca.

Com efeito, e ao contrário dos demais juízos, aqui apenas são tramitados processos comuns singulares e recursos de contraordenação, de valor superior a €15.000,00.

Os resultados do Juízo mostram uma taxa de resolução muito próxima da unidade (0,91). Destaca-se o J4, que apresenta desempenho muito positivo, com o indicador acima da unidade, enquanto os demais juízes permanecem abaixo.

No que diz respeito à taxa de congestão média, verifica-se um valor de 1,10, espelhando um nível moderado de congestionamento. Este valor ultrapassa a unidade, em contraste com o ano anterior, que se situou abaixo deste limite - 0,98.

O J4 (0,75) destaca-se com um desempenho abaixo da unidade, enquanto os demais juízes apresentam valores superiores.

Verifica-se, ainda, um ligeiro aumento na pendência média, face ao período antecedente que se situou nos 330 processos.

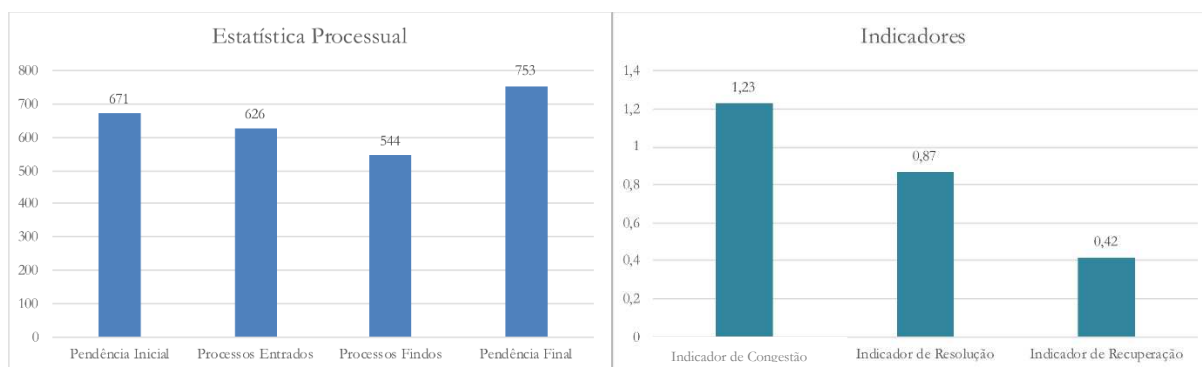
À semelhança do ocorrido noutros juízos da Comarca, e no que respeita aos Srs. Funcionários, houve que proceder à reestruturação da Secretaria – unificação de unidades sob a mesma chefia.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo de Pequena Instância Criminal de Loures

Estatística oficial							
Juízo de Pequena Criminalidade de Loures							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	692	630	514	808	1,35	0,82	0,39
Juíz 2	649	622	574	697	1,13	0,92	0,45
Média por juiz	671	626	544	753	1,23	0,87	0,42
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	565	269	139	695	4,06	0,52	0,17
Juíz 2	570	271	203	638	2,81	0,75	0,24
Média por juiz	568	270	171	667	3,32	0,63	0,2
Considerando apenas matéria criminal							
Juíz 1	127	361	375	113	0,34	1,04	0,77
Juíz 2	79	351	371	59	0,21	1,06	0,86
Média por juiz	103	356	373	86	0,28	1,05	0,81



O Juízo de Pequena Criminalidade obteve uma taxa média de resolução próximo da unidade, (0,87), um indicador de congestão acima da unidade (1,23) e um indicador de recuperação de pendências com uma taxa de 0,42.

Em 2024, registou-se um aumento da pendência em comparação com o período anterior, onde foram contabilizados 675 processos pendentes.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Cumpre referir que, face à natureza de processos tramitados no Juízo – sobretudo de natureza sumária - a estatística oficial mostra-se distante da estatística de secretaria, uma vez que os processos findam estatisticamente logo após a entrada em juízo.

Permanecem, no entanto, pendentes na secretaria para a fase da execução da pena, por períodos de tempo significativos.

- **Juízos Locais Criminais (exceto Loures)**

Estatística oficial							
Juízos Locais Criminais							
Juízo Local Criminal de Alenquer							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	82	564	588	58	0,14	1,04	0,91
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	40	121	132	29	0,3	1,09	0,82
Considerando apenas atos Jurisdicionais							
Juíz 1	2	322	324	-	0,01	1,01	1
Considerando apenas matéria criminal							
Juíz 1	40	121	132	29	0,3	1,09	0,82

Juízo Local Criminal de Torres Vedras							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	180	595	624	149	0,29	1,05	0,81
Juíz 2	185	590	627	147	0,3	1,06	0,81
Média por juiz	183	593	626	148	0,29	1,06	0,81
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	43	25	38	30	1,13	1,52	0,56
Juíz 2	41	37	48	30	0,85	1,3	0,62
Média por juiz	21	16	22	15	0,98	0,72	0,59
Considerando apenas atos Jurisdicionais							
Juíz 1	2	293	292	3	0,01	1	0,99
Juíz 2	2	289	287	4	0,01	0,99	0,99
Média por juiz	2	291	290	4	0,01	0,99	0,99
Considerando apenas matéria criminal							
Juíz 1	135	277	294	116	0,46	1,06	0,71
Juíz 2	142	264	292	113	0,49	1,11	0,72
Média por juiz	139	271	293	115	0,47	1,08	0,72



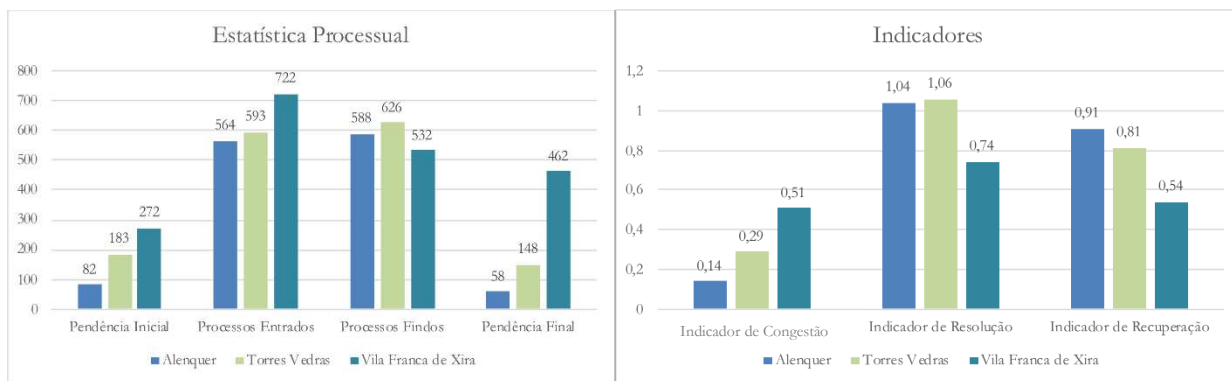
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Juízo Local Criminal de Vila Franca de Xira							
Juizes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juiz 1	265	723	540	449	0,49	0,75	0,55
Juiz 2	302	728	550	480	0,55	0,76	0,53
Juiz 3	249	715	507	457	0,49	0,71	0,53
Média por juiz	272	722	532	462	0,51	0,74	0,54
Considerando apenas matéria cível							
Juiz 1	91	248	30	309	3,03	0,12	0,09
Juiz 2	106	247	24	329	4,42	0,1	0,07
Juiz 3	96	249	30	315	3,2	0,12	0,09
Média por juiz	98	248	28	318	3,49	0,11	0,08
Considerando apenas atos jurisdicionais							
Juiz 1	5	192	195	2	0,03	1,02	0,99
Juiz 2	3	196	199	0	0,02	1,02	1
Juiz 3	3	193	196	0	0,02	1,02	1
Média por juiz	4	194	197	1	0,02	1,02	1
Considerando apenas matéria criminal							
Juiz 1	169	283	315	138	0,54	1,11	0,7
Juiz 2	193	285	327	151	0,59	1,15	0,68
Juiz 3	150	273	281	142	0,53	1,03	0,66

Médias de todos os juizes (ver nota)	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Média por Juiz - Total	180	559	491	249	0,37	0,88	0,66
Média por Juiz - Jurisdição Cível	60	132	43	149	1,38	0,33	0,22
Média por Juiz - Jurisdição Criminal	118	215	234	98	0,51	1,09	0,7



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência



Os Juízos Locais Criminais de Alenquer, Torres Vedras e Vila Franca de Xira tramitam, além dos processos comuns, também todos os recursos de contraordenação, processos sumários, sumaríssimos, abreviados e os atos jurisdicionais (agora em muito menor número, face à concentração da prática da maioria e dos mais significativos atos jurisdicionais em Loures). A tramitação dos atos jurisdicionais, que se vinha apresentando como fator de elevada instabilidade para a tramitação dos Juízos locais, particularmente os de natureza mais complexa, como primeiros interrogatórios judiciais, buscas e escutas, veio a ser ultrapassada com a deslocação destes atos para o Juízo Central de Instrução Criminal de Loures.

O Juízo Local Criminal de Vila Franca de Xira apresentou uma taxa média de congestão eficiente (0,54). Por outro lado, o indicador médio de resolução revela uma tendência contrária.

O indicador de recuperação médio situou-se em 0,74, superando o valor do ano anterior, que foi de 0,65.

Verifica-se um aumento significativo da pendência, passando de 292 processos no ano precedente para 462 processos.

Atravessou um período de graves dificuldades ao nível dos recursos humanos, com ausências ao serviço recorrentes por parte dos Escrivães Auxiliares que levaram a que as suas funções fossem assumidas pelos Senhores Escrivães Adjuntos, em prejuízo das próprias, o que levou a uma significativa acumulação de serviço.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

O Juízo Local Criminal de Alenquer apresenta um excelente desempenho nos indicadores gerais, com boa gestão das pendências (congestão de 0,14), resolução acima da unidade (1,04) e alta recuperação (0,91). Ainda evidencia uma diminuição significativa da pendência, de 321 para 58 processos.

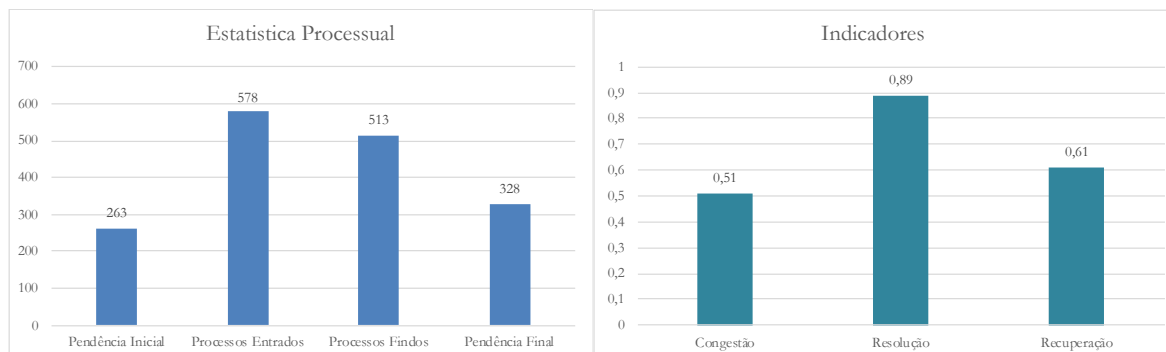
Os resultados alcançados no Juízo Local Criminal de Torres Vedras apresentam uma média de taxa de resolução acima da unidade – 1,06, com ambos os juízes em terreno positivo. O indicador médio de congestão encontra-se abaixo da unidade, o que demonstra que foi possível findar um número de processos superior àquele que estava pendente, no início do ano. Verifica-se, ainda, uma diminuição da pendência (148), face ao período homólogo onde se apuraram 181 processos.

- **Juízo de Competência Genérica da Lourinhã**

Estatística oficial							
Juízo de Competência Genérica da Lourinhã							
Juízes	Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de recuperação
Juíz 1	263	578	513	328	0,51	0,89	0,61
Considerando apenas matéria cível							
Juíz 1	196	295	245	246	0,8	0,83	0,5
Considerando apenas atos jurisdicionais							
Juíz 1	2	151	145	8	0,01	0,96	0,95
Considerando apenas matéria criminal							
Juíz 1	65	132	123	74	0,53	0,93	0,62



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência



O Juízo de Competência Genérica da Lourinhã obteve uma taxa de resolução global de 0,51, inferior à do ano de 2023 (0,98).

A taxa de congestão global de 0,51%, refletiu uma ligeira melhoria face ao ano antecedente (0,64%) e a taxa de recuperação de 0,61% manteve-se estável.

No que respeita à pendência (inicial e final), este ano registou-se um aumento de 19,81%, já também verificada no ano anterior.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

2. Pendência Secretaria/ Unidade Orgânica/ Oficial de Justiça

No âmbito do quadro que se segue, analisa-se a pendência da Secretária por Unidade Orgânica e Oficial de Justiça:

Pendência por UO / Oficial de justiça / Estatística de Secretaria

	Localidade	Juízo	OJ em funções - Média	Pendência a inicial por OJ	Processos entrados por OJ	Processos findos por OJ	Pendência final por OJ	Diferença de processos entrados face à média (#)	Diferença de processos entrados face à média (%)	diferença de processos pendentes no final, face à média (#)	diferença de processos pendentes no final, face à média (%)
Juízos Centrais	Loures	Central Cível	5,0	245	98	81	261	-79	-45%	-63	-19%
	Loures	Central Criminal	12,0	220	36	16	240	-142	-80%	-84	-26%
	Loures	Instrução	7,0	38	389	395	32	212	119%	-292	-90%
	Loures	Execução	8,0	4 501	884	1 228	4 156	707	399%	3 833	1185%
	Loures	Comércio	13,0	592	147	122	616	-31	-17%	293	91%
	Loures	Família e Menores de Loures	11,0	328	301	286	337	124	70%	13	4%
	Torres Vedras	Família e Menores de Torres Vedras	7,0	156	164	129	183	-13	-7%	-141	-43%
	Vila Franca de Xira	Família e Menores de VFX	10,0	288	151	133	300	-26	-15%	-23	-7%
	Loures	Trabalho de Loures	5,0	294	329	292	331	152	86%	7	2%
	Cadaval (temp.)	Trabalho de Torres Vedras	3,0	146	241	252	135	64	36%	-189	-58%
	Vila Franca de Xira	Trabalho de VFX	5,0	409	171	149	432	-6	-3%	109	34%



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Juízos Locais	Alenquer	Juízo Cível de Alenquer	3,0	230	199	103	327	22	12%	3	1%
	Loures	Juízo Cível de Loures	10,0	346	271	104	513	94	53%	190	59%
	Torres Vedras	Juízo Cível de Torres Vedras	5,0	170	179	155	193	2	1%	-130	-40%
	Vila Franca de Xira	Juízo Cível de VFX	4,0	316	272	215	373	95	54%	50	15%
	Alenquer	Juízo Criminal de Alenquer	5,0	181	183	199	164	6	3%	-159	-49%
	Loures	Juízo Criminal de Loures	11,0	343	120	106	357	-57	-32%	33	10%
	Torres Vedras	Juízo Criminal de Torres Vedras	9,0	154	132	147	140	-45	-25%	-184	-57%
	Vila Franca de Xira	Juízo Criminal de VFX	9,0	371	241	133	479	64	36%	156	48%
	Loures	P.Criminalidade	7,0	791	180	137	835	3	2%	511	158%
	Lourinhã	Compt. Genérica	6,0	97	97	65	130	-80	-45%	-194	-60%
TOTAL SEM EXECUÇÕES			155,0	291	177	144	323				

Consideradas as especificidades próprias de cada juízo, não se mostra possível estabelecer um número de processos padrão por Oficial de Justiça em todo o território.

Não obstante, a análise do número médio de processos a cargo de cada OJ permite fazer alguma gestão de serviço, em função do número de processos pendentes e entrados.

Face às especificidades dos juízos de Execução e de Instrução Criminal, onde são praticados grande número de atos, não foram os mesmos contabilizados na média de processos por oficial de justiça.

Assim, em 2024 entraram, em média 177 processos (contra os 168 de 2023), tendo findado 144, por oficial de justiça.

Comparativamente com 2023 verifica-se, pois, um ligeiro aumento das entradas por OJ (cerca de 9 processos), mostrando, aliás, tendência de crescimento (148 em 2022 e 135 em 2021).



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Comparativamente com o ano de 2023, verifica-se que a 31 dezembro 2024 estavam pendentes, em média, 323 processos por OJ, (mais 42 processos por oficial de justiça que no ano anterior).

Em relação à diferença de processos entrados face à média, destacam-se o Juízo Local Cível de Loures, com um aumento de 91% (equivalente a 162 processos), e o Juízo do Trabalho de Loures, com um aumento de 86% (152 processos).

No que diz respeito à diferença média de processos pendentes superiores à média, o Juízo de Pequena Criminalidade de Loures lidera com um acréscimo de 158%, seguido pelo Juízo Local Cível de Loures, com 98% acima da média.

Em contrapartida, destacando-se com bom desempenho, com pendências finais inferiores à média, o Juízo Criminal de Torres Vedras (-57%) e o Juízo de Família e Menores de Torres Vedras (-56%).

3. Pendência por jurisdição

3.1. Pendência Oficial

PENDÊNCIA OFICIAL POR JURISDIÇÃO									
Área		Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de Recuperação	Variação de pendência
Jurisdição Cível	Execuções	24 460	6 942	8 605	22 799	2,84	1,24	0,27	-6,8%
	Outras	6 335	7 890	7 478	6 748	0,85	0,95	0,53	6,5%
Jurisdição criminal		4 729	7 174	6 326	5 569	0,75	0,88	0,53	17,8%
Jurisdição laboral		2 769	3 206	3 409	2 568	0,81	1,06	0,57	-7,3%
Jurisdição tutelar		2 955	5 853	6 113	2 702	0,48	1,04	0,69	-8,6%
Instrução Criminal		175	2 725	2 763	136	0,06	1,01	0,95	-22,3%
Total		41 423	33 790	34 694	40 522	1,19	1,03	0,46	-2,2%

Na análise acima, resultam as seguintes flutuações na pendência oficial, numa análise por jurisdição, em toda a comarca, verificando-se:

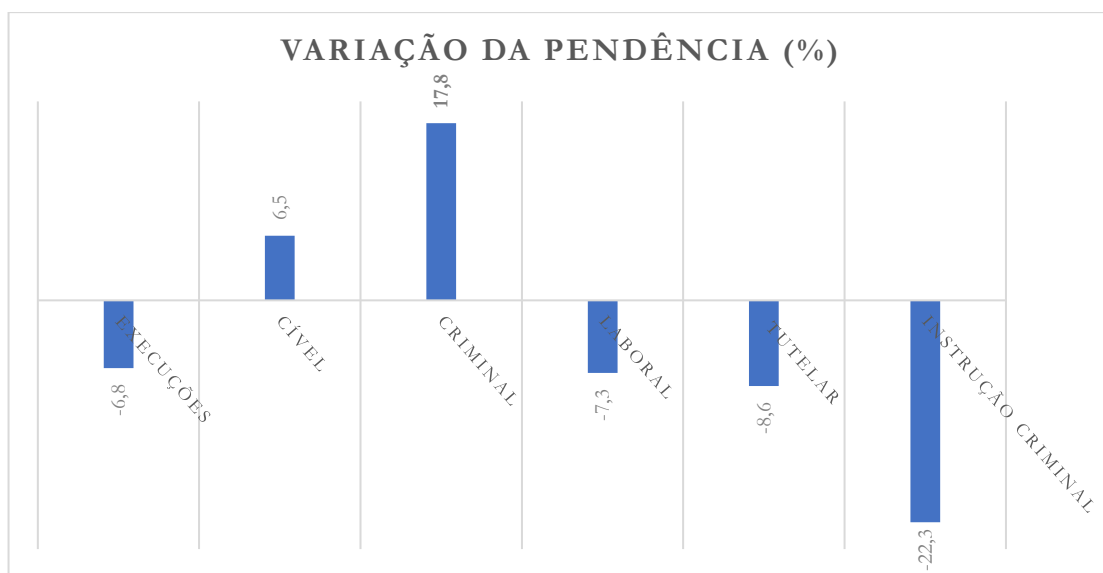
- **Instrução Criminal:** Redução de 22,3%;
- **Execuções:** Redução de 6,8%;
- **Jurisdição Laboral:** Redução de 7,3%;



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- **Jurisdição Tutelar:** Redução de 8,6%;
- **Jurisdição Criminal:** Aumento de 17,8%;
- **Jurisdição Cível (sem execuções):** Aumento de 6,5%.

Melhor exemplificado no gráfico abaixo:



Em conclusão, verifica-se uma variação de -2,2% nas pendências totais, com a redução de 41.423 para 40.522 processos, o que aponta para um avanço prudente na gestão do fluxo processual.

A Jurisdição Criminal apresentou o maior aumento de pendências (17,8%), subindo de 4.729 para 5.569 processos.

Por outro lado, a Instrução Criminal destacou-se pela maior redução percentual (-22,3%), com a pendência final a diminuir de 175 para 136 processos.

As jurisdições Laboral e Tutelar apresentaram reduções das pendências, com variações de 7,3% e 8,6%, respetivamente. A Jurisdição Laboral viu a sua pendência final diminuir de 2.769 para 2.568 processos, enquanto a Jurisdição Tutelar reduziu de 2.955 para 2.702 processos.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

As Execuções concentram o maior volume de pendências, com 22.799 processos ao final do período, embora tenha apresentado uma redução de 6,8%.

Ainda na Jurisdição Cível, não contemplando as Execuções, houve um aumento nas pendências de 6,5%, passando de 6.335 para 6.748 processos.

Deste modo, mesmo debatendo-se com problemas estruturais e conjunturais, a Comarca de Lisboa Norte, do ponto de vista da análise da pendência, atingiu um desempenho muito aceitável, conseguindo uma efetiva diminuição dos processos pendentes, na maioria das jurisdições.

3.2. Pendência Secretaria

PENDÊNCIA SECRETARIA POR JURISDIÇÃO									
Área		Pendência inicial	Número de processos entrados	Número de processos findos	Pendência final	Indicador de congestão	Indicador de resolução	Indicador de Recuperação	variação de pendência
Jurisdição Cível	Execuções	36 004	7 073	9 827	33 248	3,66	1,39	0,23	-7,7%
	Outras	15498	7985	5138	18338	3,02	0,64	0,22	18,3%
Jurisdição criminal		17842	7567	6052	19355	2,95	0,80	0,24	8,5%
Jurisdição laboral		3956	3224	2961	4219	1,34	0,92	0,41	6,6%
Jurisdição tutelar		7585	5971	5383	7985	1,41	0,90	0,40	5,3%
Instrução Criminal		268	2723	2768	222	0,10	1,02	0,93	-17,2%
Total		81 153	34 543	32 129	83 367	2,53	0,93	0,28	2,7%

Da análise dos processos pendentes, por jurisdição, na secretaria, resulta:

Instrução Criminal: Redução de 17,2%;

Execuções: Redução de 7,7%;

Jurisdição Laboral: Aumento de 6,6%;

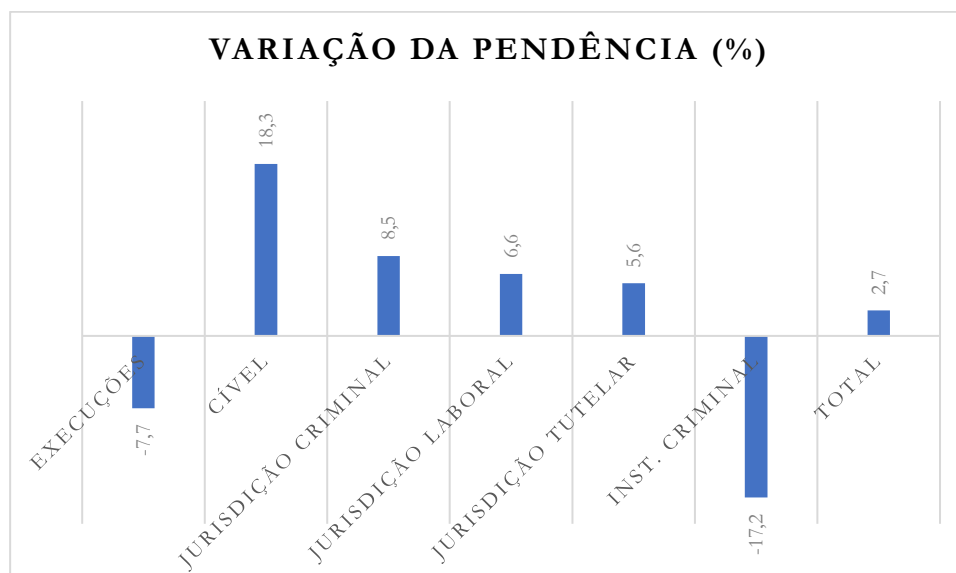
Jurisdição Tutelar: Aumento de 5,3%;

Jurisdição Criminal: Aumento de 8,5%;



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Jurisdição Cível (sem execuções): Aumento de 18,3%.



Em conclusão, destaca-se a significativa redução na variação de pendência no juízo de Instrução Criminal, evidenciando uma excelente capacidade de gestão e resolução de processos. Importa salientar que, mesmo após as importantes mudanças organizacionais que culminaram na centralização dos atos jurisdicionais em Loures, em setembro de 2022, o juízo continua a demonstrar resiliência e eficiência face ao aumento da carga de trabalho.

Da mesma forma, destaca-se a redução da pendência no Juízo de Execuções, evidenciando um ciclo contínuo de diminuição, em linha com o desempenho observado no ano transato. Em contraciclo, verifica-se um aumento na jurisdição cível, na ordem dos 18,3%. É de salientar, a este facto, a significativa entrada e pendência de processos de inventário pendentes nos Cartórios Notariais para os Juízos Locais Cíveis e, ainda, o expressivo aumento dos Processos de Maior Acompanhado.

Nas restantes jurisdições, verificam-se, igualmente, aumentos nas pendências.

A Gestão da Comarca mantém-se empenhada em implementar "serviços" especializados de apoio a áreas processuais específicas, o que tem desenvolvido ao ritmo possível, face às dificuldades com que se debate ao nível dos recursos.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Como foi sendo pontualmente referido, para manter o funcionamento das várias jurisdições em toda a comarca houve necessidade de adotar medidas de concentração de diversas Unidades sob a mesma chefia nos Núcleos de Loures e Vila Franca de Xira, em que o défice atinge maior expressão.

A carência de recursos humanos afetou não apenas as unidades processos, mas também os arquivos (eliminação de processos, organização de objetos apreendidos e outras tarefas administrativas). Para mitigar esse problema, foram levados a efeito procedimentos para a contratação de colaboradores no âmbito de programas de emprego-inserção, que se têm revelado muito importantes. Contudo, tendo os contratos em causa uma duração limitada de um ano, não correspondem plenamente às necessidades da Comarca.

Em suma, o funcionamento da Secretaria permanece condicionado por problemas funcionais relacionados com a falta de funcionários, estando o quadro subdimensionado, não preenchido e sofrendo ainda a situação agravamento pelas constantes saídas de funcionários para outros organismos, o que contribui para uma excessiva carga processual por oficial de justiça.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

IX. A Colaboração da Comarca com a sociedade

A integração de alunos para a realização de formação prática representa uma valiosa oportunidade de aproximação à sociedade civil. Este processo não só aumenta a visibilidade das profissões diretamente relacionadas com a justiça e os tribunais, mas também permite que os serviços beneficiem do contributo dos estudantes para alcançar os seus objetivos, sem incorrer em quaisquer custos para o Estado. A tradição da Comarca em acolher alunos de cursos técnico-profissionais persiste, mantendo uma estreita colaboração com o Centro de Formação da DGAJ.

No âmbito da integração com a sociedade civil, foi proposta a cedência de um espaço significativo no Palácio da Justiça da Lourinhã, anteriormente ocupado pela GNR e atualmente devoluto, à Câmara Municipal da Lourinhã. Esse espaço seria destinado à prestação de serviços de apoio à população pela autarquia. Além de solucionar questões práticas relacionadas com a deterioração do edifício, essa iniciativa contribuiria para revitalizar o local, promovendo a funcionalidade dos espaços e fortalecendo a imagem da instituição.

Por fim, destaca-se a criação da aplicação informática "Exportar Emails", desenvolvida pelo oficial de justiça do Núcleo de Loures, Fernando Manuel Ribeiro de Almeida. Essa ferramenta, já em uso nas Unidades Centrais da Comarca, caracteriza-se por sua elevada intuição, permitindo agilizar o processamento de emails e seus anexos recebidos, direcionando-os aos processos no *Citius*. A aplicação simplifica uma tarefa que antes envolvia múltiplos procedimentos, tornando-a mais eficiente e prática.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

X – Objetivos

A fixação de objetivos, para o ano de 2024, com efeitos desde 1 de janeiro a 31 de dezembro, obedeceu aos critérios definidos pelo Conselho Superior da Magistratura. Foram fixados os seguintes objetivos obrigatórios:

- Redução ou não aumento da pendência;
- Controlo de dilação;
- Controlo de prescrições por causas imputáveis ao Tribunal;
- Priorização de processos mais antigos.

Foram, ainda, fixados alguns objetivos facultativo, atendendo às realidades particulares de cada juízo.

Os valores referidos nos indicadores reportam-se a 15-09-2023, por ocasião da realização das reuniões para fixação de objetivos para o ano de 2024.

- Juízo Central Cível de Loures

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO CENTRAL CÍVEL DE LOURES						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: J1= 206 ; J3=145; J4=130; J5=133; J6=159 TOTAL:773	Pendência atual: J1= 193 ; J3=129; J4=114 ; J5=149; J6=143 TOTAL: 728
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: J1= 298; J3=217; J4=210; J5=241; J6=240 TOTAL: 1206	Pendência atual: J1=328; J3=224; J4=237; J5=262; J6=253 ; Total: 1304
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar dilação	6 meses	Cumprido



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Metas:

1. Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.

Resultado:

- Cumprido na Pendência Oficial (apesar do J5 não ter atingido o objetivo)
- Não cumprido na Pendência de Secretária.

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido

- Juízo do Comércio de Loures

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO DO COMÉRCIO DE VILA FRANCA DE XIRA						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Não aumentar a pendência em valor superior a 10%	Pendência atual: J1= 434; J2=241; J3=238; J4=317 TOTAL: 1230	Pendência atual: J1=304 ; J2=209; J3=218; J4=264TOTAL: 995
			SECRETARIA	Não aumentar a pendência em valor superior a 10%	Pendência atual: U1=2046 ; U2=1757;U3=1814;U4= 1916 TOTAL: 7533	TOTAL: U1=2107; U2=1947; U3=1952; U4=2006 TOTAL: 8012
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar dilação	2 meses	Cumprido

Metas:

1. Não aumentar a pendência em 10%

Resultado:

- Cumprido na Pendência Oficial



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

- Cumprido na Pendência de Secretaria (apesar do aumento, a pendência manteve-se abaixo dos 10%).

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido

- **Juízo Central Criminal de Loures**

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO CENTRAL CRIMINAL DE LOURES						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUZ TITULAR	Não se fixaram objetivos		
			SECRETARIA			
		Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências	JUZ TITULAR	Não se fixaram objetivos		

- Não foram fixados objetivos no Juízo Central Criminal de Loures.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo de Instrução Criminal de Loures

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO DE INSTRUÇÃO CRIMINAL DE LOURES						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	'Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual a atual pendência estatística	Pendência atual: J1= 72; J2= 71; J3=48 TOTAL: 191	Pendência atual: J1=54 ; J2=31 ; J3= 51 TOTAL: 136
			SECRETARIA	'Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual a atual pendência estatística	Pendência atual: 301	Pendência atual: 222
		Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar a dilação	6 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos pelo menos idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística

Resultado:

- Cumprido na Pendência Oficial (apesar do J3 ter um aumentado ligeiramente)
- Cumprido na Pendência de Secretaria.

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo de Execuções de Loures

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO DE EXECUÇÃO DE LOURES						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar processos, em número superior aos processos entrados, priorizando os mais antigos	Pendência atual: J1 =7903; J2= 8594; J3=8498 TOTAL: 24995	Pendência atual: J1=7071; J2= 7863; J3=7865 TOTAL: 22799
			SECRETARIA	Findar processos, em número superior aos processos entrados, priorizando os mais antigos	Pendência atual: J1= 11890; J2 = 12803; J3 = 12755 TOTAL: 37448	Pendência atual: J=10455; J2=11409; J3=11384
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar a dilação	4 MESES	Cumprido

Metas:

1. Findar processos, em números superiores aos processos entrados, priorizando os mais antigos

Resultado: Cumprido.

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo de Família e Menores de Loures

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES DE LOURES						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	A manter-se o atual número de entradas, Fixa-se como objetivo o não aumento da pendência acima de 50%	Pendência atual: J1 = 201; J2=270; J3=244; J4=485 TOTAL: 1200	Pendência atual: J1 =162 ; J2=259; J3=314; J4=386 TOTAL: 1121
			SECRETARIA	A manter-se o atual número de entradas, Fixa-se como objetivo o não aumento da pendência acima de 50%	Pendência atual: J1=807; J2=872; J3=671; J4=1026 TOTAL=3376	Pendência atual: J1=903; J2= 999; J3= 767; J4=1033 TOTAL= 3702
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar a dilação	Conferências: 2 meses Julgamentos: 2 meses e meio	Cumprido

Metas:

1. Não aumentar a pendência acima de 50%

Resultado:

- Cumprido na Pendência Oficial (apesar do aumento verificado no J3)
- Cumprido na Pendência de Secretaria (apesar do aumento, não foi superior a 50%).

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo de Família e Menores de Vila Franca de Xira

COMARCA DE LISBOA NORTE					
JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES DE VILA FRANCA DE XIRA					
METAS A ATINGIR		ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Manutenção da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: 320; J2=313; J3=364 J1= Pendência atual: J1=289 ; J2=336; J3=430 Total: 1055
		Tentar não aumentar a pendência devido à carência de funcionários	SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendência atual: U1= 988; U2=804; U3=749 Pendência atual: U1= 924; U2=988; U3=1092 TOTAL: 3004
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar a dilação	4 meses Cumprido, com exceção do J3 que se encontra ligeiramente acima. Último agendamento 29/05/2025

Metas:

- Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado:

- Não cumprido na Pendência Oficial (apesar do J1 ter diminuído)
- Não Cumprido na Pendência de Secretaria (U1 diminuiu).

- Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido (com exceção do J3 de forma ligeiramente acima, último agendamento a 25/05/2025)



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo de Família e Menores de Torres Vedras

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES DE TORRES VEDRAS						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: 443	Pendência atual: 526
			SECRETARIA	Findar número de processos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendência atual: 1072	Pendência atual: 1279
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar dilação	2 meses e meio	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado: Não cumprido.

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo do Trabalho de Loures

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO DO TRABALHO DE LOURES						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Não aumento da pendência, sem prejuízo, dos esforços encetados para a reduzir	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: J1= 675; J2= 675 TOTAL: 1350	Pendência atual: J1=625 J2= 674 TOTAL:1299
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendência atual: J1= 716 ; J2= 787 TOTAL= 1503	Pendência atual: J1=774; J2=880 TOTAL 1654
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar a dilação	6 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado:

- Cumprido na Pendência Oficial
- Não cumprido na Pendência de Secretaria.

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- **Juízo do Trabalho de Torres Vedras**

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO DO TRABALHO DE TORRES VEDRAS						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos de acidentes de trabalho, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, na fase contenciosa com referência à atual pendência estatística.	Pendência atual: 276	Pendência atual: 274
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos findos no ano anterior.	Pendência atual: 401	Pendência atual: 404
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Manter ou diminuir a pendência existente nas secções de processo comum	Dilação 2 a 3 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos de acidentes de trabalho pelo menos idêntico ao número de processos entrados no período anual, na fase contenciosa com referência à atual pendência estatística.

Resultado:

- Cumprido na Pendência Oficial
- Não cumprido na Pendência de Secretaria (ligeiramente acima).

2. Manter ou diminuir a pendência existente nas secções de processo comum

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo do Trabalho de Vila Franca de Xira

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUIZO DO TRABALHO DE VILA FRANCA DE XIRA						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: J1 = 419; J2 = 513 TOTAL: 932	Pendência atual: J1 = 456; J2 = 539 TOTAL: 995
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendência atual: U1 = 680; U2 = 747 TOTAL: 1427	Pendência atual: U1 = 1032; U2 = 1129 TOTAL: 2161
		Fixação de dilação médio de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Aumentar dilação	Dilação 3 a 6 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado: Não cumprido.

2. Aumentar a dilação

Resultado: Cumprido



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Local Cível Alenquer

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO LOCAL CÍVEL DE ALENQUER						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: 405	Pendência atual: 490
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos findos no ano anterior.	Pendência atual: 603	Pendência atual: 980
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar a dilação	4 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos pelo menos idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística (Pendência Oficial)

Resultado: Não cumprido.

2. Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos findos no ano anterior (Pendência de Secretaria)

Resultado: Não cumprido

- a) Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Local Cível de Loures

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO LOCAL CÍVEL DE LOURES						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar igual número de processos aos do ano passado	Pendência atual: J1=586 ; J2=617 ; J3=695 ; J4=415 Total = 2313	Pendência atual: J1= 665; J2=681; J3=672 ; J4=534 Total = 2552
			SECRETARIA	Findar igual número de processos aos do ano passado	Pendência atual: J1=854; J2=913 ; J3=863; J4=560 TOTAL= 3190	Pendência atual: J1=1517 ; J2= 1575; J3=1123; J4= 916 TOTAL= 5131
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar dilação. Quanto ao J3 ressalva-se que existem 40 processos para marcar julgamento	6 meses - J1, J2 e J4; 12 meses - J3	Cumprido

Metas:

1. Findar igual número de processos aos do ano passado

Resultado:

- Não cumprido na Pendência Oficial (apesar do J3 ter diminuído a pendência)
- Não cumprido na Pendência de Secretaria.

2. Não aumentar a dilação (com especificidades)

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Local Cível de Torres Vedras

COMARCA DE LISBOA NORTE					
JUÍZO LOCAL CÍVEL DE TORRES VEDRAS					
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: J1 =277 ; J2 =297 TOTAL: 574
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendência atual: J1=383; J2 =362 TOTAL: 745
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar a dilação	Pendência atual: J1=508; J2=457 TOTAL: 965
				3 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado: Não cumprido

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Local Cível Vila Franca de Xira

COMARCA DE LISBOA NORTE					
JUÍZO LOCAL CÍVEL DE VILA FRANCA DE XIRA					
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: J1= 501; J2 = 456
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendência atual: J1 = 531; J2 = 461 Total: 992
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	diminuir a dilação	Pendência atual: J1 = 750; J2 = 742 Total: 1492
					4 meses
					Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado: Não cumprido

2. Diminuir a dilação

Resultado: Cumprido



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Local Criminal Loures

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO LOCAL CRIMINAL DE LOURES						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual	Pendência atual: J1= 365; J2=466;J3=360; J4= 304 TOTAL: 1495	Pendência atual: J1= 378 ; J2= 442; J3= 353; J4= 238 TOTAL: 1411
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual	Pendência atual: J1= 1015 J2=1129;J3=831;J4= 980 TOTAL: 3955	Pendência atual: J1= 1127; J2= 1020;J3= 878; J4=898 TOTAL: 3923
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar a dilação - a manutenção desta dilação está dependente do volume de entradas.	12 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual

Resultado:

- Cumprido na Pendência Oficial (apesar do J1 ter aumentado ligeiramente)
- Cumprido na Pendência de Secretaria (exceção J3 e J4).

2. Não aumentar a dilação (com especificidades)

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- **Juízo Local Criminal de Torres Vedras**

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO LOCAL CRIMINAL DE TORRES VEDRAS						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendencia atual: J1 =200 ;J2=183 TOTAL:383	Pendencia atual: J1= 149 ; J2= 147. TOTAL: 296
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendencia atual J1 = 738;J2=713 TOTAL: 1451	Pendencia atual: J1= 589; J2=667 TOTAL: 1256
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	J1 - A dilação está dependente da necessidade de agendamento dos 30 processos reafetos à Sra. Juiz J2 - Não aumentar a dilação	J1 - 5 meses ; J2 - 3 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado: Cumprido.

2. Não aumentar a dilação (com especificidades)

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Local Criminal de Vila Franca de Xira

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO LOCAL CRIMINAL DE VILA FRANCA DE XIRA						
METAS A ATINGIR			AÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: J1 = 262; J2 = 286; J3 = 242 TOTAL: 790	Pendência atual: J1 = 449; J2 = 480; J3 = 457 TOTAL: 1386
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendência atual: U1 = 946 ; U2 = 1140; U3 = 907 TOTAL: 2993	Pendência atual: U1 = 1363; U2 = 1495; U3 = 1455 TOTAL: 4313
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Diminuir dilação	5 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos pelo menos idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado: Não cumprido.

2. Diminuir a dilação

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Local Criminal de Alenquer

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO LOCAL CRIMINAL DE ALENQUER						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATÓRIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos findos no ano anterior, contando com a ajuda da Sra Juiz do QCJ a partir de janeiro.	Pendência atual: 339	Pendência atual: 58
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos findos no ano anterior.	Pendência atual: 880	Pendência atual: 820
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUZ TITULAR	Inexistência de processos prescritos por causa imputável ao Tribunal. Não aumentar dilação	7 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar o número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos findos no ano anterior

Resultado: Cumprido.

2. Inexistência de processos prescritos por causa imputável ao Tribunal. Não aumentar a dilação.

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Local de Pequena Criminal

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO DE PEQUENA CRIMINALIDADE						
METAS A ATINGIR			AÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: J1= 446; J2= 447 Total: 893	Pendência atual: J1= 808; J2=697 Total: 1505
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendência atual: J1= 2486 J2 = 2412 Total: 4898	Pendência atual: J1=3193; J2=2649 Total: 5842
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar dilação	5 meses	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado: Não cumprido.

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Juízo Competência Genérica da Lourinhã

COMARCA DE LISBOA NORTE						
JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA DA LOURINHÃ						
METAS A ATINGIR			ACÇÕES A IMPLEMENTAR		INDICADORES DE MEDIDA	Pendência anual 2024
OBRIGATORIAS	Quantitativas	Redução ou não aumento da pendência	JUIZ TITULAR	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística.	Pendência atual: 285	Pendência atual: 328
			SECRETARIA	Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência real.	Pendência atual: 601	Pendência atual: 778
		Fixação de dilação média de agendamento de diligências	JUIZ TITULAR	Não aumentar a dilação	4 meses e meio	Cumprido

Metas:

1. Findar número de processos, pelo menos, idêntico ao número de processos entrados no período anual, tendo como referência a atual pendência estatística/real

Resultado: Não cumprido.

2. Não aumentar a dilação

Resultado: Cumprido.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

XI. Medidas de Gestão

1. Juízes

No que respeita aos Senhores Juízes, as medidas de gestão visaram essencialmente assegurar o funcionamento dos juízos onde se verificaram maiores constrangimentos, quer a nível de pendência e de dilação de agendamentos, quer a nível das ausências por doença, ou ainda pelo destacamento em comissões de serviços dos respetivos titulares, enfrentadas da seguinte forma:

Juízo Central Cível de Loures

- Até julho de 2024, em virtude da redução de serviço do Senhor Juiz titular do J5, os processos terminado em 1 e 2 foram assegurados por Senhora Juíza do QCJ, incluindo as diligências desses números.
- Até julho de 2024, a Senhora Juíza do QCJ ficou responsável por 79% do serviço face à redução de serviço da Senhora Juíza titular.
- De 30 de setembro de 2024 e até ao dia 21 de dezembro de 2024, as Senhoras Juízas titulares dos lugares de J3, J4 e J6, do Juízo Central Cível de Loures assumiram, em regime de acumulação de funções, a tramitação do expediente diário do lugar de J1 do Juízo Central Cível de Loures, por efeitos de aposentação da Senhora Juíza Titular. A Senhora Juíza titular do lugar J3 tramitou os números de processos terminados em 1, 4 e 7, a Sra. Juíza titular do lugar J4 tramitou a numeração terminada em 2, 5 e 8 e a Sra. Juíza titular do lugar J6 tramitou os números de processos terminados em 3, 6 e 9. Ficaram excluídos do regime de acumulação a tramitação e julgamento de Providências Cautelares, que ficaram sob a competência da Senhora Juíza titular do lugar J3, na qualidade de substituta legal do lugar de J1.
- A partir do dia 30 de setembro de 2024 e até ao dia 21 de dezembro de 2024, ficou afeta ao lugar de J1 a Senhora Juíza do QCJ, assegurando as diligências agendadas



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

para as segundas-feiras no J1 do Juízo Central Cível de Loures, com exceção dos dias 30 de setembro, 7 e 21 de outubro, em que se encontrava impedida na realização de outras diligências. A recalendarização de diligências agendadas para outros dias da semana foi articulada entre a Senhora Juíza Substituta Legal, titular do lugar de J3, e a Senhora Juíza do QCJ.

- Em virtude da redução de serviço do Senhor Juiz Titular do lugar J5, a partir do dia 30 de setembro de 2024 e até ao dia 15 de julho de 2025 ficou Senhora Juíza do QCJ a assegurar a tramitação do processado dos processos com números terminados em 1 e 2, incluindo a realização das respetivas diligências.

Juízo Local Cível de Loures

- Desde janeiro e até julho, foi afeta ao lugar de J3 Senhora Juíza do QCJ para recuperação de pendência, assumindo a tramitação de 50% do serviço daquele lugar.
- Desde abril e até 15 de julho, face à nomeação da Senhora Juíza em regime de estágio, como Juíza de Direito em lugar de auxiliar, foi colocada no lugar de J1, ficando responsável por 3 números de processos, e no lugar de J2 assumindo a tramitação de 2 números de processos, incluindo, em ambos os casos, a realização de diligências.

Juízo Central Criminal de Loures

- A partir do dia 26 de fevereiro de 2024 a Senhora Juíza do QCJ (que se encontrava a apoiar o Juízo Local Criminal de Alenquer) passou a assumir funções no lugar de J8, em substituição do Juiz Titular, em virtude da ausência deste por motivo de incorporação na equipa ALTEC. Posteriormente, com a divulgação das listas de lugares a preencher no âmbito do Quadro Complementar de Juízes, a mesma Juíza permaneceu no lugar de J8, com vigência a partir de 1 de setembro de 2024 e que se estenderá até dia 15 de julho de 2025.
- Face às necessidades de natureza estrutural e conjuntural verificadas, o Senhor Juiz colocado no lugar do artigo 107.º do ROFTJ no último movimento judicial, ficou



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

afeto ao Juízo Central Criminal de Loures, onde se ficcionou para efeitos de distribuição de processos, a criação do lugar J7.

- No juízo esteve colocada, a partir de 1 de setembro e até 31 de dezembro de 2024, a Senhora Juíza do QCJ, em substituição da Juíza Titular, que se encontra em comissão de serviço no STJ.
- A Senhora Juíza a exercer funções no Juízo Local Cível de Loures passou a estar afeta, em regime de acumulação, à realização de julgamentos do tribunal coletivo que viessem a ter lugar às quartas feiras, no período da tarde, na 2.º Unidade do Juízo Central Criminal de Loures, em substituição da Senhora Juíza Titular do lugar J8 (que se encontrava a presidir a julgamento de especial complexidade, de natureza urgente), no período compreendido entre os dias 30 de outubro e 18 de dezembro de 2024. Foi previsto também a acumulação no período da manhã, nos dias 6, 13, 20 e 27 de novembro e 4 de dezembro de 2024.

Juízo Local Criminal de Loures

- Desde janeiro até ao dia 06 de maio de 2024, a Senhora Juíza do QCJ assegurou a totalidade do lugar de J3 face à ausência da Senhora Juíza titular por baixa médica.
- Desde abril e até 15 de julho, face à nomeação da Senhora Juíza em regime de estágio, como Juíza em lugar de auxiliar, foi colocada nos lugares de J1, J2 e J4, com a seguinte distribuição de serviço:
 - 1) Presidir às diligências e audiências de julgamento agendadas no JL Criminal J1 às sextas-feiras de manhã; no JL Criminal J2 às quartas-feiras de manhã; e no JL Criminal J4 às quintas-feiras de manhã;
 - 2) Após a sentença, tramitar os processos com os números 5 e 6 do JL Criminal J1, números 8 e 9 do JL Criminal J2 e os processos com os números 6 e 9 do JL Criminal J4;
 - 3) Após a marcação da audiência de julgamento tramitar os processos respeitantes às audiências de julgamento a que irá presidir;



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

- 4) Após o recebimento ou marcação de julgamento, tramitar os recursos de contraordenação de acordo com os números de processos atribuídos e já referenciados em 2.
- 5) Tramitar os processos de tratamento involuntário/internamento compulsivo, na primeira fase de confirmação judicial de urgência à razão de para cada dois processos entrados, assegurando a tramitação de pelo menos um e para aqueles que já contenham decisão final, de acordo com os números de processos atribuídos e já referenciados em 2).

Juízo Execuções

- Desde 4 de janeiro até julho de 2024, face à redução de serviço do Senhor Juiz titular do lugar de J3, a Senhora Juíza titular do lugar de J1 assegurou a tramitação e as diligências dos processos com numeração terminada em 9 e 0, incluindo a tramitação dos processos declarativos.
- Devido à ausência do Senhor Juiz Titular do lugar J3, por se encontrar em comissão de serviço no STJ, as Senhoras Juízas que ocupam os lugares de J1 e J2 asseguraram, em regime de acumulação de funções, todo o serviço concernente aos processos com números pares (J1) e aos processos com números ímpares (J2). A acumulação teve início no dia 1 de setembro de 2024 e término no dia 21 de dezembro de 2024.

Juízo de Trabalho Loures

- Desde 1 de janeiro de 2024 até 15 de julho de 2024, o Senhor Juiz titular do Juízo do Trabalho de Torres Vedras assegurou em regime de acumulação de serviço, a tramitação e realização de diligências dos processos terminados em 1 de ambos os lugares de Juiz, excluindo as juntas médicas desses números.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

- No juízo esteve colocada, a partir de 1 de setembro e até 31 de dezembro de 2024, Senhora Juíza do QCJ em substituição do Juiz Titular, em virtude se encontrar em comissão de serviço no CEJ.

Juízo de Família e Menores de Loures

- A partir de janeiro e até julho de 2024, a Senhora Juíza do QCJ assegurou a tramitação e realização de diligências dos processos distribuídos ou a distribuir, com numeração terminada em 7, 8 e 9.
- Desde janeiro até julho de 2024, os processos de inventário dos lugares de J1, J2 e J3, foram assegurados por Senhora Juíza do JIC de Cascais, em regime de acumulação de serviço.
- A partir do dia 31 de outubro de 2024 e até ao dia 15 de julho de 2025, a Senhora Juíza Titular de lugar de Juiz no Juízo de Família e Menores de Cascais assumiu em regime de acumulação de funções, a tramitação dos processos da titularidade do lugar de J4 do Juízo de Família e Menores de Loures com numeração terminada em 7, 8 e 9. Realiza as diligências nos processos aludidos às quartas-feiras.

Juízo de Família de Torres Vedras

- Desde janeiro até julho de 2024 o serviço foi assegurado por Senhora Juíza do QCJ, com exceção dos números com terminação em 4, 5 e 6.
- Desde janeiro até março de 2024, a Senhora Juíza titular do lugar de J3 do Juízo de Família e Menores de Vila Franca de Xira assegurou, em regime de acumulação de serviço, a tramitação e realização de diligências de todos os processos distribuídos com numeração terminada em 4, 5 e 6.
- Desde 12 de abril até julho de 2024 os processos terminados em 4, 5 e 6, com exceção da realização de diligências, foram assegurados por Senhora Juíza do Juízo de Família e Menores de Lisboa, em regime de acumulação de serviço. As diligências desses números foram asseguradas pela Senhora Juíza do QCJ.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

- A partir do dia 15 de outubro de 2024 e até ao dia 15 de julho de 2025, a Senhora Juíza que ocupa o lugar de J3 do Juízo de Família e Menores de Loures veio a assegurar, em regime de acumulação, a tramitação do processado e diligências dos processos com números terminados em 7 e 9, e dos processos cujos números, terminados em 0, sejam antecedidos dos números 7 e 9 (70 e 90). Assegura ainda as respetivas diligências às sextas-feiras.
- A Senhora Juíza do QCJ, assegura a partir do dia 24 de setembro de 2024 e até ao dia 15 de julho de 2025 a tramitação do processado dos processos com números terminados em 4, 5 e 6, e a partir do dia 1 de outubro de 2024 também as diligências.
- O demais serviço é assegurado por Senhor Juiz colocado em setembro de 2024 ao abrigo do artigo 107.º do ROFTJ, atendendo à ausência prolongada da Senhora Juíza auxiliar de substituição.

Local Criminal de Alenquer

- A partir de abril de 2024 e até ao dia 15 de julho de 2024, a Senhora Juíza do Juízo Local Criminal da Amadora assegurou, em regime de acumulação de serviço, a tramitação dos processos terminados em 5, 7 e 9.
- A partir do dia 20 de setembro de 2024 e até ao dia 15 de julho de 2025, o Senhor Juiz colocado no lugar do artigo 107.º do ROFTJ, afeto ao Juízo Central Criminal de Loures, passou a assegurar a tramitação do expediente dos processos terminados em 5, 7 e 9 do Juízo Local Criminal de Alenquer.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

2. Secretarias

Nas secretarias, a falta de meios humanos e a saída de funcionários, destacados para outros organismos, obrigou a que fossem tomadas igualmente medidas de gestão continuas. Essas medidas foram implementadas com base na avaliação permanente das necessidades e no equilíbrio entre as prioridades identificadas e o que, em cada momento, se considerou mais adequado. Destacam-se as seguintes:

Recuperação Processual com Apoio da Equipa de Recuperação da DGAJ:

Apoio ao DIAP de Loures e aos serviços do Ministério Público da Lourinhã, com cumprimento de despachos.

Trabalho Extraordinário:

Recurso a trabalho extraordinário aos sábados por Oficiais de Justiça no Juízo do Comércio e no Juízo de Execuções, que trouxe resultados positivos. Essa medida mostrou-se eficiente na mitigação do acúmulo de processos, regularização de oficiosidades e de atos de contabilidade.

Contudo, a solicitação de serviço extraordinário para o Ministério Público de Alenquer ainda aguarda resposta, o que atrasa a recuperação processual.

Colaboração Interunidades:

A redistribuição de tarefas entre funcionários de diferentes unidades e núcleos foi crucial para garantir o andamento de processos, despachos e elaboração de contas.

O teletrabalho revelou-se uma ferramenta valiosa, permitindo avanços em determinadas tarefas e compensando um pouco a escassez de recursos humanos.

Adicionalmente, foram implementadas medidas de gestão para minimizar a acumulação de serviço, incluindo o cumprimento de funções à distância para Alenquer, a alocação de funcionários das Unidades Centrais para colaboração com serviços do Ministério Público e



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

a colaboração da Equipa de Recuperação da DGAJ no cumprimento de despachos de arquivamento.

Unidade de Apoio

Criação de uma Unidade de Apoio às diversas Unidades de Processo, que colabora com a elaboração de contas e demais atos de contabilidade, assegura cumprimento de trânsitos e emissão de certidões para a Autoridade tributária.

XII- Juíza Presidente

No âmbito das funções atribuídas por lei ao Juiz Presidente, foram levadas a cabo as seguintes atividades:

- Elaboração do relatório semestral;
- Elaboração dos mapas dos turnos de fins de semana (2023-2024);
- Despacho de organização dos turnos de férias judiciais (2023-2024), e elaboração dos respetivos mapas;
- Despacho de atribuição de períodos de utilização de salas de audiência;
- Despacho de alteração do regime de turnos à substituição;
- Despachos de regulamentação dos turnos ao serviço urgente;
- Despacho de organização do serviço de turno dos Juízos da jurisdição civil do Tribunal;
- Despachos de substituição de Juízes;
- Elaboração de turnos de juiz à distribuição;
- Despachos de autorização de residência fora da Comarca, de utilização de viatura automóvel própria ou de aluguer em deslocações de serviço no interior da Comarca;
- Despachos contemplando medidas de gestão a propor ao CSM;



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

- Autorização de ausência do serviço, nos termos do artigo 10º, nº 1, do Estatuto dos Magistrados Judiciais;
- Reuniões do Conselho de Gestão e do Conselho Consultivo;
- Visitas aos diferentes núcleos e Juízos;
- Indicação das necessidades previsíveis da Comarca, no que respeita aos Senhores Juízes colocados no Quadro Complementar de Juízes da área do Tribunal da Relação de Lisboa;
- Elaboração de proposta de objetivos processuais para o ano judicial de 2024;
- Resposta a exposições efetuadas por utentes;
- Reuniões com os Senhores vogais do C.S.M. e o Inspetor Judicial da área;
- Reuniões com Presidentes das Câmaras Municipais de Vila Franca de Xira, Torres Vedras e Loures, referentes a eventual colaboração quanto a questões relacionadas com o edificado da comarca;
- Reuniões com representantes da Ordem dos Advogados - delegações de Loures e Vila Franca de Xira;
- Receção do Senhor Procurador-Geral da República e comitiva.
- Participação em ações/conferências realizadas no âmbito das formações promovidas pelo CSM.
- Presença em reuniões de juízes Presidentes;
- Representação da Comarca em iniciativas organizadas por diversas entidades.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

XIII. Necessidades/Medidas adotadas ou a adotar

1. O edificado

A Comarca de Lisboa Norte apresenta várias e, nalguns casos, sérias necessidades ao nível do edificado e instalações.

Núcleo de Loures

Os problemas persistem no Palácio da Justiça de Loures, destacando-se a necessidade de obras de manutenção com foco na impermeabilização do telhado e das zonas ajardinadas, que permanecem sem reparo desde a última intervenção.

Outra necessidade já identificada prende-se com as infiltrações pluviais graves que comprometem a integridade do edifício, assim como a substituição urgente do sistema AVAC, que se encontra obsoleto e apresenta falhas há décadas. Priorizar o projeto de renovação do sistema AVAC e intensificar as negociações com o IGFEJ para a realização de obras estruturais é primordial.

Núcleo de Torres Vedras:

- **Palácio da Justiça**

Constata-se que as antigas janelas de madeira não proporcionam isolamento térmico adequado, permitindo infiltrações de água e prejudicando a eficiência energética do edifício. Além disso, é imprescindível realizar a renovação da instalação elétrica.

- **Novo Edifício de Torres Vedras**

Persistem infiltrações em janelas e paredes interiores, evidenciando deficiências na execução da obra.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Núcleo de Vila Franca de Xira:

O Tribunal do Trabalho encontra-se em um edifício inadequado, originalmente destinado a habitação, com espaços mal estruturados e insuficientes e com problemas graves na canalização que dá origem a um cheiro incompatível com o exercício de funções em condições dignas.

O Juízo do Comércio de Vila Franca de Xira, atualmente em Loures, está em situação similar. A construção do novo Palácio da Justiça de Vila Franca é, assim, uma necessidade urgente.

- **Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira**

Por se tratar, neste momento, da maior preocupação da Comarca, a par da falta de oficiais de justiça, entende-se ser pertinente destacar aqui a situação do Palácio de Justiça de Vila Franca de Xira.

Com efeito, a construção do novo Palácio de Justiça de Vila Franca de Xira é, de há muito, uma das grandes necessidades da Comarca, considerando não só o precário estado das instalações do atual Palácio de Justiça, bem como das instalações onde funciona o Tribunal do Trabalho, como também a sua exiguidade.

Renovam-se as informações que constam do relatório anterior, no que respeita ao estado do Palácio de Justiça de Vila Franca de Xira.

“O edifício foi construído em 1964, apresentando as características próprias de uma construção do Estado Novo. Atualmente, mercê do decurso do tempo, apresenta as marcas próprias da idade, sendo que não será exagero dizer que deixou de reunir condições de dignidade, quer para os utentes da Justiça, quer para aqueles que diariamente ali trabalham. Corolário desta falta de dignidade é o facto de aqui estarem instalados, desde 2010, três módulos transitórios, ditos “contentores”, onde funcionam duas salas de audiência e a Unidade Central. Como em outras situações, a “transitoriedade” tende a perpetuar-se e estes módulos deixaram de ter condições para ali funcionarem serviços de justiça. No interior daqueles módulos é visível a existência de bolor e humidades, que colocam em risco a saúde daqueles que ali trabalham, bem como daqueles que recorrem aos serviços do tribunal.”

Num dos módulos existe um buraco no chão, que colapsou naquele local, sendo que em janeiro de 2024 teve início empreitada de recuperação do chão, a cargo do IGFEJ, após devida sinalização por parte da Comarca.

A construção do Novo Palácio de Justiça de Vila Franca de Xira é uma urgência, tendo sido já lançado concurso para a concessão da empreitada, que será acompanhado de perto.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

No ano transato, a Senhora Ministra da Justiça Rita Alarcão Júdice, anunciou a abertura de concurso público para a construção do novo Tribunal de Vila Franca de Xira, que marca assim o desenrolar de um procedimento há muito aguardado e reconhecidamente de elevada urgência representando a tão esperada luz ao fundo do túnel na modernização das infraestruturas judiciais da Comarca.

Manutenção geral

A falta de um serviço centralizado de manutenção para pequenas intervenções (eletricidade, canalização, etc.) continua a ser um entrave à eficiência. A implementação um contrato centralizado para serviços de manutenção, garantindo agilidade na resolução de pequenos problemas estruturais seria uma mais valia para todas as Comarcas.

*

A respeito das intervenções que, com frequência e de forma generalizada, é necessário levar a efeito no edificado, entende-se que este trabalho poderia ser minorado, permitindo igualmente obter resultados mais práticos, rápidos, eficazes e, certamente, mais económicos para o Estado, se a Comarca dispusesse de uma prestação de serviços dirigida só à manutenção dos edifícios.

Tal solução apresenta-se, na nossa perspetiva, como racional, eficaz e muito rápida, na execução de pequenos trabalhos de reparação ou manutenção dos edifícios (*vg.* eletricidade, canalização). Apesar da necessidade manifestada, tal não tem sido o entendimento da DGAJ e, no momento, só o Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste dispõe desta prestação de serviço que “herdou” da comarca experimental, segundo se sabe com resultados muito positivos, que importaria replicar nas demais Comarcas do país.

Um edifício com a dimensão do Palácio de Justiça de Loures, sistematicamente a necessitar de reparações de natureza diversa, não se compadece, na resolução destas questões, com métodos de trabalho do século passado, pensados para edifícios de menor dimensão.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

A questão da manutenção, na forma como impacta o dia a dia daqueles que diariamente trabalham nas instalações, a necessidade de evitar a perpetuação de situações que, por vezes, se resolveria com uma pequena reparação importa, na nossa perspetiva, ser repensada.

Com efeito, a organização administrativa dos tribunais necessita, nos dias de hoje, de uma estrutura diferente que permita atuar eficazmente, considerando a complexidade técnica dos edifícios.

É essencial adotar um modelo que permita atuar preventivamente, evitando que a manutenção seja apenas reativa, ou seja, que intervenha apenas quando o problema já é evidente e necessita de resolução urgente. Esta abordagem é crucial para garantir a funcionalidade e a conservação a longo prazo das instalações judiciais.

O Tribunal, enquanto grande organização, depende também do bom funcionamento e das condições do local onde se encontra instalada.

2. A segurança

Esta questão tem vindo, ao longo do tempo, a ganhar cada vez maior importância, tendo em conta o aumento daquilo que configuramos como o nível de conflituosidade social.

Nos relatórios relativos aos anos de 2021 e 2022 referidos a nossa preocupação com esta situação, a qual se mantém.

A Comarca transmitiu, igualmente, à DGAJ estas preocupações.

Com efeito, no Palácio de Justiça de Loures estão em funções 3 efetivos que exercem funções de Segurança. Dada a dimensão do edifício e o elevado número de cidadãos que o frequentam, com o potenciar das possibilidades da necessidade de intervenção, entende-se que este número deveria ser reforçado.

No Palácio de Justiça de Vila Franca de Xira existe apenas um vigilante, que termina o seu horário de trabalho às 18.00 horas.

Por outro lado, no Palácio de Justiça de Alenquer e no Palácio de Justiça de Torres Vedras, não existe qualquer serviço de segurança às instalações. O mesmo ocorre nos edifícios do Juízo de Trabalho de Vila Franca de Xira, no Juízo Local Cível de Vila Franca de Xira, no Juízo do Comércio de Vila Franca de Xira (deslocalizado em Loures), no Palácio de Justiça



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

da Lourinhã e, por fim, no Palácio de Justiça do Cadaval (a funcionar, desde setembro de 2023, como juízo de proximidade).

No relatório relativo ao ano de 2022 aludimos ao que, tendo em conta as características de cada edifício e a atividade ali desenvolvida, se entendia adequado em termos de reforço de segurança.

Para ali se remete.

Conclui-se apenas, no sentido de referir ser imperioso o reforço da segurança dos edifícios que compõem o edificado do tribunal a comarca de Lisboa Norte e, sobretudo, das pessoas que diariamente ali exercem as suas funções e o frequentam enquanto utentes da justiça.

3. Equipamentos

A Comarca enfrenta uma expressiva carência de equipamentos fundamentais para garantir o funcionamento diário e a eficiência dos serviços prestados. Entre as necessidades prioritárias destacam-se:

- **Informática:** Substituição e modernização do parque tecnológico, com a aquisição de computadores e impressoras mais eficientes.
- **Telecomunicações:** Ampliação de telefone fixos e móveis, bem como a implementação de Wi-Fi nas salas de audiência.
- **Equipamentos para Videoconferência:** Aquisição de mais unidades para atender ao aumento contínuo da procura deste recurso.

Embora as medidas de gestão processual implementadas em 2024 tenham contribuído para mitigar parte das dificuldades enfrentadas, os desafios estruturais e operacionais permanecem críticos. Em algumas unidades de processos, a precariedade dos recursos ameaça gravemente a continuidade das atividades e a qualidade do atendimento, comprometendo a eficiência da Comarca.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

4. Desmaterialização e tramitação processual eletrónica

A entrada em vigor da Portaria n.º 266/2024/1, de 15 de outubro, representa um marco na modernização da justiça ao impor a tramitação eletrónica integral de processos no Ministério Público, incluindo as fases de inquérito penal e tutelar educativo.

Apesar do avanço, a medida agrava problemas estruturais da Comarca de Lisboa Norte, como escassez de recursos humanos e insuficiência tecnológica.

A análise dos quadros atuais revela que a Comarca de Lisboa Norte enfrenta um desequilíbrio estrutural nas suas equipas. Mesmo após o recente movimento extraordinário de oficiais de justiça, os recursos humanos disponíveis estão aquém das necessidades mínimas para as necessidades exigidas pelas entradas e pendências e para uma implementação eficiente da tramitação eletrónica, esta nomeadamente no núcleo de Loures.

5. Situação atual dos Recursos Humanos e o impacto da Portaria n.º266/2024/1

A análise dos quadros atuais revela que a Comarca de Lisboa Norte enfrenta um desequilíbrio estrutural nas suas equipas, mesmo após o recente movimento extraordinário de Oficiais de Justiça. Os Recursos Humanos disponíveis estão aquém das necessidades mínimos para as necessidades exigidas pelas entradas e pendências e para uma implementação eficiente da tramitação eletrónica, esta nomeadamente no Núcleo de Loures.

- **Loures:**

Apresenta o maior volume processual da Comarca, o que coloca este núcleo como prioridade. A insuficiência de recursos humanos tem um impacto direto na capacidade de digitalização dos processos, comprometendo a sua eficiência. Além disso, a elevada proporção de processos por magistrado, combinada com a ausência frequente de funcionários, aumenta a pressão sobre as equipas, resultando em dificuldades operacionais e sobrecarga de trabalho.

- **Vila Franca de Xira:**



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência

Mesmo com o reforço de funcionários no seguimento do movimento extraordinário de dezembro de 2024, o quadro de pessoal permanece aquém das necessidades. As condições de trabalho são agravadas por espaços inadequados e pela sobrecarga de processos, o que compromete não apenas a eficiência operacional, mas também a qualidade do trabalho realizado.

- **Alenquer:**

Alenquer lida com uma carga processual elevada e jurisdição complexa.

- **Lourinhã:**

O Núcleo da Lourinhã, embora equilibrado, opera no limite da capacidade, dependendo de reforços extraordinários.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

XIV– Propostas/Soluções

1. Juízes

Reafirma-se o já referido em relatórios anteriores, no que respeita ao desajustamento do quadro legal de juízes da Comarca de Lisboa Norte, nos seguintes juízos:

- **Juízo de Família e Menores de Torres Vedras:**

Mantêm-se as considerações apresentadas em relatórios anteriores a este respeito, sendo neste relatório ainda mais reforçadas.

Pese embora o facto de se tratar do Juízo de Família e Menores com maior número de entradas por juiz, a nível nacional, não foi, porém, contemplado com reforço do quadro legal, na alteração à LOSJ, levada a efeito por via do decreto Lei n.º 38/2020, de 18 março que criou, no país, mais 14 lugares de juiz com competência em matéria de Família e Menores.

O quadro legal de juízes do Juízo de Família e Menores de Torres Vedras, criado no Tribunal da comarca de Lisboa Norte, em 2014, com um único lugar de juiz titular mantém-se, desde então, inalterado.

Desde cedo se constatou que o lugar se encontrava subdimensionado para um único juiz, considerando o número de processos entrados, quando em comparação, não só com os restantes juízos da comarca, como também aos demais juízos de Família e Menores do País. Assim dos relatórios anteriores da comarca, remetidos ao CSM resultam os seguintes números de processos entrados:

- No ano judicial de 2014-2015 deram entrada 1195 processos;
- No ano judicial de 2015-2016 deram entrada 1267 processos;
- No ano judicial de 2017, deram entrada 1148 processos;
- No ano judicial de 2018, deram entrada 1079 processos;
- No ano judicial de 2019, deram entrada 1029 processos;



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

- No ano judicial de 2020, deram entrada 875 processos esta descida de números terá a sua explicação na pandemia *Covid 19*;
- No ano judicial de 2021, deram entrada 1001 processos;
- No ano de 2022 deram entrada 1078 processos;
- No ano de 2023 deram entrada 1116 processos e,
- No ano de 2024 deram entrada 1119 processos.

Assim, o excesso do número de processos entrados tem sido regular desde 2014, à exceção do já referido ano de 2020.

Esta realidade, reconhecida pelo CSM, tem justificado a colocação de juiz auxiliar desde 2015. O quadro legal de juízes mostra-se, pois, claramente subdimensionado, sendo premente a criação de um lugar de Juiz e correspondente secretaria.

Inexplicavelmente, constata-se que todos os Juízos que, em 2019, viram ser criado um lugar de juiz, apresentaram entradas médias, em 2018, por juiz titular, inferiores a Torres Vedras – Almada (659 processos por juiz); Gondomar (672 processos por juiz); Porto (676 processos por juiz); Lisboa (677 processos por juiz); Sintra (684 processos por juiz); V. N. Gaia (687 processos por juiz); Seixal (736 processos por juiz) Barreiro (785 processos por juiz); Santarém (830 processos por juiz); Amadora (901 processos por juiz); Braga (910 processos por juiz); e Paredes (935 processos por juiz).

Ficou, sem razão alcançável, por criar o segundo lugar de juiz no Juízo de Família e Menores de Torres Vedras, o que urge fazer na próxima revisão do mapa judiciário.

Embora se nos afigure ser do conhecimento comum, não é demais acrescentar que os processos tramitados nesta jurisdição são, em grande parte de natureza urgente e sensível, importando a realização de elevado número diário de diligências, o que em nada se compadece com a manutenção do atual número de lugares de juiz.

Conclui-se, assim, que a criação de mais um lugar de juiz no Juízo de Família e Menores de Torres Vedras é uma necessidade premente e uma proposta que deve ser considerada prioritária.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

- **Juízo de Execuções:**

Reiteram-se as considerações já apresentadas em relatórios anteriores.

Dado o elevado volume de entradas no juízo, é imperativo, na próxima revisão do mapa judiciário e mediante a garantia das condições necessárias em termos de recursos humanos, proceder à criação de um novo lugar de juiz e da respetiva secretaria, medida que consideramos urgente e indispensável.

- **Juízo Central Criminal**

Reiteram-se as considerações já expressadas em relatórios anteriores, destacando que a situação do juízo permanece inalterada, com um aumento geral da pendência processual.

Assim, e como ali se afirmou,

“No que respeita ao serviço do Juízo Central Criminal de Loures, é nosso entendimento que outros fatores deverão ser ponderados, para além do número de processos entrados, conforme anteriormente assinalado ao CSM:

- Constata-se um aumento de processos com elevado número de intervenientes processuais; a distribuição de um destes processos a um lugar de juiz é passível de introduzir entropias no serviço, obrigando à tomada de medidas gestionárias de difícil implementação, considerando a escassez de recursos humanos.

Com efeito, o volume de serviço e a tipologia de processos submetidos a julgamento no Juízo Central Criminal de Loures justifica, para uma gestão equilibrada dos recursos e da dilação de agendamentos, a possibilidade de composição de 4 Tribunais Coletivos, a assegurar a realização de julgamentos 4 dias por semana, ao invés dos atuais 3 dias por semana, o que imporia o alargamento do quadro de juizes no Juízo Central Criminal.”

Esta realidade, determinou a adoção de medidas de gestão, conforme mencionadas anteriormente, por forma a atenuar os impactos das pendências processuais.

No futuro, aquando da próxima revisão do mapa judiciário, afigura-se-nos necessária a criação de dois lugares de juiz e respetiva secretaria.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

- **Juízo Local Cível de Loures**

O crescente aumento no volume de processos entrados no juízo de Loures justifica a criação de mais dois lugares de juiz, visando assegurar a melhor resposta possível ao cidadão. Com efeito, o número de processos entrados em Loures, por lugar de juiz titular, é relevantemente superior ao número de processos entrados nos restantes Juízos Cíveis do Tribunal e mesmo do país.

- **Juízo Família e Menores de Loures:**

Face ao volume de processos entrados, olhando à pendência global do Juízo - não obstante os índices de resposta positiva de alguns lugares de juiz, com particular destaque para J1 - importa ponderar a criação de mais um lugar de juiz, com a correspondente secretaria, considerando, além do mais, a natureza sensível da jurisdição e a necessidade de criar condições para uma resposta pronta ao cidadão, no caso, às famílias e às crianças.

- **Juízo Local Criminal Alenquer**

O significativo e repentino aumento no número de processos entrados em 2021 continuou a verificar-se nos anos de 2022 e 2023, ainda que tenha registado um decréscimo em 2024. Esta circunstância exigiu a continuidade das medidas de gestão que já vinham sendo adotadas em anos anteriores e que, face às circunstâncias atuais, foram repensadas e aplicadas outras novas medidas, conforme já mencionado no capítulo correspondente, para o qual se remete.

Num cenário ideal de disponibilidade de recursos humanos e considerando as incertezas e o panorama vivenciado anteriormente, torna-se essencial, nos próximos anos, avançar com a criação de um segundo lugar de juiz, acompanhado da respetiva secretaria.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

2. Oficiais de Justiça

- **Reforço de Recursos Humanos:**

Dada a morosidade do processo de digitalização, seria oportuna a alocação de equipas de funcionários administrativos, pelo menos durante a fase de transição. Além disso, é urgente investir na capacitação dos atuais funcionários, oferecendo formação prática para otimizar a utilização das plataformas eletrónicas e minimizar o impacto inicial da mudança tecnológica, eventualmente com formação *on job*.

A Portaria n.º 372/2019, que define os quadros legais, subestima a carga de trabalho em núcleos como Alenquer. É necessária uma revisão que contemple a realidade processual atual, com a inclusão de mais vagas e o preenchimento efetivo dos quadros, conforme definido na referida legislação.

Ainda, é fundamental aumentar o número de concursos públicos para a contratação de novos Oficiais de Justiça, garantindo a ocupação do máximo de vagas.

A persistência do desinvestimento estatal na justiça representa um dos principais entraves à melhoria dos serviços. A escassez de recursos humanos, aliada à falta de incentivos para as carreiras judiciais, torna difícil estabelecer metas ambiciosas para 2025.

- **Investimento Tecnológico:**

O desenvolvimento de plataformas mais intuitivas e interoperáveis pode reduzir a necessidade de mão de obra direta. A introdução de ferramentas de automação e a facilitação da troca de informações entre tribunais e outros órgãos do sistema de justiça são igualmente muito bem-vindas. Neste ponto, é incontornável referimo-nos às ferramentas criadas por um oficial de justiça desta Comarca, o Técnico de Justiça Principal Fernando Almeida, e amplamente difundida pela DGAJ por todas as Comarcas, o OJTools, como um excelente exemplo de boas práticas e de melhorias facilitadoras do trabalho nas unidades centrais.

- **Gestão Estratégica:**

Monitoramento contínuo para ajustar recursos conforme as solicitações.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Garantir que o reforço de pessoal previsto para janeiro de 2025 atenda às áreas mais críticas. Seria um bom avanço para a desmaterialização e consagração da autenticidade do expediente eletrónico remetido pelos Órgãos de Polícia Criminal tendo em vista a simplificação do tratamento do expediente relativo aos inquéritos contra desconhecidos.

Concluindo, a Portaria n.º 266/2024/1 é um passo relevante, mas sua implementação exige um alinhamento robusto entre recursos humanos e tecnologia. Sem intervenções imediatas, a modernização da tramitação processual eletrónica pode agravar atrasos e desmotivação, prejudicando a imagem e eficiência da justiça. Investir em pessoas e tecnologia é essencial para uma transição bem-sucedida

XV – Conclusões

A atividade do Tribunal encontra-se marcada pelas dificuldades sentidas ao nível dos recursos humanos, tanto no que concerne a Juízes como a Funcionários.

No que respeita aos Juízes, para além de se encontrar o Tribunal da Comarca de Lisboa Norte subdimensionado do ponto de vista da organização judiciária, sendo imperiosa a criação de novos Juízos nos termos expostos, o número de Juízes em funções a nível nacional não permitiu, sequer, no último movimento judicial, preencher todos os lugares de juiz previstos no atual quadro.

A acumulação de serviço tem sido adotada como medida de recurso para fazer face à carência de Juízes, o que, todavia, constitui resposta limitada e insuficiente.

O quadro de funcionários estabelecido para o Tribunal (cfr. anexo I da Portaria n.º 161/2014, de 21 de agosto, alterado e republicado pelas Portarias n.ºs 93/2017, de 6 de março, 118/2019, de 18 de abril e 372/2019 de 15 de outubro), por seu turno, é também insuficiente para fazer face ao volume de serviço nas diversas jurisdições, com particular destaque para os núcleos de Loures e de Vila Franca de Xira.

Para além disso, apresenta uma situação de acentuado défice no preenchimento do quadro, o que tende a agravar-se a cada movimento, já que as condições de trabalho que o tribunal tem para oferecer, também em consequência disso, são cada vez mais penalizadoras.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

Com o número de funcionários que se encontram em funções o tribunal não tem condições para dar uma resposta, com os níveis de qualidade pretendidos, ao serviço de justiça que lhe incumbe prestar.

A demora na negociação do Estatuto dos Funcionários Judiciais e sua crescente desmotivação, tem dado origem a greves que afetam de forma grave e irreversível o funcionamento dos serviços.

Ainda assim, por força da competência, empenho e dedicação de todos quantos prestam serviço neste Tribunal não têm os cidadãos pelo mesmo servidos ficado sem uma resposta eficaz e, na esmagadora maioria das vezes, atempada, relativamente às suas pretensões. Os resultados que constam dos dados que se deixaram descritos espelham a sua entrega e sacrifício, “apesar dos pesares”, verificando-se uma diminuição de 2,2% nas pendências totais, com a redução de 41.423 para 40.522 processos. E tem sido possível manter em funcionamento todas as jurisdições do Tribunal fruto de medidas de gestão muitas vezes difíceis de implementar, por implicarem a desagregação de equipas há muitos anos estabilizadas, mediante a concentração de Unidades de Processos.

Estamos, porém, a atingir um limite que nem a criatividade e perseverança nas medidas de gestão permite ultrapassar, numa realidade que o recente concurso de funcionários veio mitigar mas não resolver.

A entrada em vigor da Portaria n.º 266/2024/1, de 15 de outubro dá mais um passo na modernização da justiça estendendo ao Ministério Público a tramitação eletrónica integral de processos, incluindo as fases de inquérito penal e tutelar educativo. Trata-se, contudo, de iniciativa legal que levará tempo a revelar resultados e que, no imediato, veio contribuir para o congestionamento dos recursos.

Finalmente, as questões que se prendem com a degradação do edificado, antigas, reiteradas nos sucessivos relatórios, exasperam, tornando os dias chuvosos cada vez mais difíceis, por se agravarem os problemas com as infiltrações e proliferarem os baldes espalhados pelos edifícios.

Ainda, a ausência de autonomia financeira adensa a frustração por falta de capacidade de resolução das questões que surgem no dia a dia, por mais simples.

Há, contudo, que manter viva a esperança e firme o foco e determinação.

As novas instalações do tribunal em Vila Franca de Xira já ganharam a configuração de projeto em execução, que se pretende acompanhar.



**Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
Gabinete da Presidência**

O nosso grande valor reside sempre nas pessoas, Juízes e Funcionários, a quem se dirigem as últimas palavras, de homenagem e louvor, sem cujo esforço e abnegação não era possível apresentar os resultados que o presente relatório espelha.

Loures, 7 de fevereiro de 2025.

A Juíza Presidente do Tribunal da Comarca de Lisboa Norte,

**Sara Pina
Cabral**

Assinado de forma
digital por Sara Pina
Cabral
Dados: 2025.02.07
14:59:10 Z

Ana Cristina Albino

De: Gabinete de Apoio - Lisboa Norte <ga.lisboa.norte@tribunais.org.pt>
Enviado: 7 de fevereiro de 2025 15:36
Para: CSM
Assunto: Relatório anual - 2024
Anexos: Relatório anual 2024.pdf

Categorias: Ana Albino

***Excelentíssimo Senhor,
Vice Presidente do Conselho Superior da Magistratura
Juiz Conselheiro, Dr. Luis Azevedo Mendes***

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., em anexo, para conhecimento, relatório anual do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, referente ao ano de 2024.



Com os melhores cumprimentos,
Márcia Mendonça
Oficial de Justiça
Gabinete de Apoio aos Órgãos de Gestão
Voip: 709092 - Telef.: 21 982 5222
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
ga.lisboa.norte@tribunais.org.pt